



CAMINHOS DE NATAL

JEANNE FONSECA LEITE NESI
2^a Edição

IPHAN

Jeanne Fonseca Leite Nesi

CAMINHOS DE NATAL

2ª Edição

Natal/RN | IPHAN | 2020

Ilustrações | Urban Sketchers Natal

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Bolsonaro

MINISTRO DO TURISMO

Marcelo Álvaro Antônio

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

Mário Frias

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Presidente Larissa Rodrigues Peixoto

DIRETORES DO IPHAN

Arthur Lázaro Laudano Brengunci

Ione Maria de Carvalho

Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz

Raphael João Hallack Fabrino

Robson Antônio de Almeida

SUPERINTENDENTE DO IPHAN NO RN

Jorge Claudio Machado da Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Editora e Gráfica Cromos

ILUSTRAÇÕES

Capa | José Clewton do Nascimento

Miolo | Urban Sketchers Natal

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

www.iphan.gov.br

publicacoes@iphan.gov.br

iphan-rn@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

N459c

Nesi, Jeanne Fonseca Leite.

Caminhos de Natal / Jeanne Fonseca Leite Nesi ; ilustrações,
Urban Sketchers Natal. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). - 2. ed. –
Natal, RN : IPHAN, 2020.
125 p. ; 25 x 23 cm : il.

ISBN: 978-65-86514-08-7

1. Natal – Rio Grande do Norte. 2. Patrimônio Cultural – Natal
(RN). 3. Centro Histórico – Natal (RN). I. Título. II. Urban Sketchers Natal.
CDD 981.3

Elaborado por Odilé M^a M. Viana de Souza - CRB-1/2120



Jamilan
Jouros
19



Jenilson
Jovos
19

Dedicatória

Aos meus amados netos:
Heitor, Clarice e Júlio

Agradecimentos Especiais

Meus especiais agradecimentos à
Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Norte,
pela gentileza e empenho de toda equipe
na reedição deste livro.



Arthur Dantas



Sumário

Prefácio	09
Nota da 2ª edição	11
Praça André de Albuquerque	15
Rua da Conceição	19
Rua de Santo Antônio	21
Praça da Santa da Cruz Bica	24
Praça João Tibúrcio	26
Rua Padre Pinto	28
Rua Passo da Pátria	30
Rua Presidente Passos	32
Antiga Rua da Salgadeira	34
Praça Padre João Maria	36
Rua Paula Barros e Travessa Paula Barros	38
Rua Voluntários da Pátria	40
Rua Vigário Bartolomeu	42
Rua Vaz Gondim	44
Avenida Rio Branco	46
Rua João Pessoa	49
Rua General Osório	52
Rua Professor Zuza	54
Rua Dr. Heitor Carrilho	57
Rua e Travessa Ulisses Caldas	58
Rua Quintino Bocaiuva	60
Rua Padre João Manuel	62
Praça das Mães	64
Rua São Tomé	66
Rua Juvino Barreto	68
Av. Câmara Cascudo e Largo Junqueira Aires (Antiga Avenida Junqueira Aires)	70
Praça Augusto Severo	76
Largo Dom Bosco	80
Rua Chile	82
Rua Dr. Barata	88
Rua Frei Miguelinho	92
Rua Câmara Cascudo	95
Avenida Duque de Caxias	98
Praça Capitão José da Penha	101
Travessa Venezuela	104
Rua Ferreira Chaves	106
Avenida Tavares de Lira	108
Cais Tavares de Lira	110
Esplanada Silva Jardim	112
Mapa de Localização dos Logradouros	116
Mapa de Natal - 1864	118
Referências bibliográficas	120
Índice das ilustrações	123



Prefácio

Ao receber o convite para escrever o prefácio dessa bela obra, procurei resgatar de minhas memórias duas passagens de autores que se atentaram a escrever sobre a Rua: para João do Rio¹, a rua tem alma, e é um fator de vida das cidades. Aproveito esse resgate para corroborar com João do Rio e observar que a rua precisa ser entendida como algo que vai para além do espaço físico, pois é constituída pela complexidade das relações sociais, é viva, dinâmica, transforma-se e permanece, cria rugosidades, é o espaço da simultaneidade de lógicas, e espaço público por excelência.

Já no resgate à Walter Benjamin², me reportarei às suas observações que identificam a cidade como um livro, que traz consigo referências de suas temporalidades passadas, e que possibilita a construção de novas narrativas, a partir de quem a experiencia (de quem a lê).

Parto então do entendimento que o livro em questão nos dá a possibilidade de fundir esses dois aspectos: em primeiro lugar: a preservação da memória cultural de Natal é algo que marca a trajetória da autora (superintendente do IPHAN por alguns anos), e que se apropria do universo empírico das ruas do centro antigo da cidade (bairros da Cidade Alta e da Ribeira) para evidenciar a questão, procurando desconstruir uma visão “passadista”, de que história, memória e patrimônio fazem parte de algo cristalizado, inerte, a ser apreciado somente com o viés nostálgico. Ao contrário, o que vemos é o reforço a entender as referências aos “velhos logradouros” como um passado-presente, a serem “conhecidas e respeitadas, como referência de uma evolução histórica”. Neste sentido, como afirma a própria autora, o presente livro “coloca-se como mais um instrumento de valorização da história local, particularmente do resgate da cultura natalense”. Aspecto tão necessário aos dias de hoje, em que cada vez mais vemos o patrimônio cultural de nossas cidades – e em específico da cidade do Natal – tão desvalorizado e dilapidado.

Em segundo lugar: O livro é um convite não só a um percurso às ruas do sítio histórico de Natal, como também a construções de (novas) narrativas, em que as rugosidades das várias temporalidades se fazem presentes. O coletivo Urban Sketchers Natal recebeu o convite para construir narrativas com muito prazer e, através das várias linguagens e técnicas – grafite, aquarela, marcadores – contribuiu para reforçar e incentivar os apreciadores dessa obra procurarem um diálogo a alma das ruas desse lugar.

Agradeço, portanto, em nome do USK Natal à autora e à Superintendência Estadual do IPHAN/RN, por nos propiciar esse passeio pela história, pela memória e pela alma das ruas do centro antigo de Natal e convido a todos a experienciar e construir suas próprias narrativas a partir das palavras e dos desenhos que compõem esse livro.

José Clewton do Nascimento

Professor Associado – Departamento de Arquitetura da UFRN.
Integrante do coletivo Urban Sketchers Natal.

¹ RIO, João do. A Alma Encantadora das Ruas. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

² BENJAMIN, Walter. Rua de Mão Única. In: Obras escolhidas. Trad. R. Rodrigues Torres Filho e J. C. Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2010. v. 2.



Patterson Painter

Nota da 2ª Edição

O livro Caminhos de Natal foi editado em 2002, como resultado de uma pesquisa sobre a história de alguns logradouros públicos contidos na Zona Especial de Preservação Histórica de Natal, compreendendo um período de análise com início em 1599, ano da fundação da Cidade, até os dias atuais.

A Zona Especial de Preservação Histórica de Natal, foi instituída pela Lei Municipal 3.942, de 9 de julho de 1990, para respaldar os anseios dos movimentos culturais da Cidade em favor da preservação do Centro Histórico de Natal. A preocupação em preservar o Centro Histórico de Natal teve origem com a destruição de importantes exemplares arquitetônicos, nessas áreas de ocupação pretérita.

Entre 2006 e 2007, a então Sub-Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/RN, com a finalidade de Tombamento Federal, elaborou um projeto para delimitar o Centro Histórico de Natal, tomando como ponto de partida o marco zero da cidade, a Praça André de Albuquerque, onde teve início o processo de ocupação da cidade.

O critério utilizado para identificar o sítio, foi o traçado urbano do Centro Histórico de Natal, cujas ruas e lotes conservam as características da época da fundação da cidade, acrescidas de suas principais expansões.

Posteriormente, em 2010, o Centro Histórico de Natal foi tombado como Patrimônio Cultural do Brasil. O território tombado, corresponde a área mais antiga de Natal, compreendendo os bairros da Cidade Alta e da Ribeira, onde concentra-se a maioria dos prédios revestidos de importância histórica, arquitetônica, artística e cultural.

A segunda edição revisada do livro “Caminhos de Natal”, corresponde a uma das metas do Plano de Ação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através da Superintendência do Rio Grande do Norte, no ano de 2019.

Sempre visando a preservação da memória cultural de Natal, este livro coloca-se como mais um instrumento de valorização da história local, particularmente do resgate da cultura natalense.

O povoamento de Natal foi muito lento. Em 1602 os náufragos da nau Sant’Iago, chegados ao Rio Grande, encontraram apenas três casas na cidade recém-fundada. Segundo o “Auto da Repartição da Terra”, em 1614 Natal possuía 13 casas de residência. No ano de 1630, Adriano Verdonck descreveu Natal como uma cidade com cerca de 30 ou 40 casas de taipa com cobertura de palha.

Durante muitos anos a Cidade Alta era o único bairro de Natal. Na rua da Conceição desenvolvia-se praticamente todo o comércio da cidade. Nas últimas décadas do século XVII, Natal começou sua expansão atingindo o sítio da Ribeira, cujas construções se iniciaram nas atuais ruas Dr. Barata, Chile e General Glicério. No início do século XIX, as principais ruas da Ribeira eram a Câmara Cascudo, Chile e esplanada Silva Jardim.

O povoamento das zonas Norte e Leste da Ribeira tomou grande impulso a partir de 1902, com a instalação da “Comissão das Obras do Porto”. As avenidas Tavares de Lira e Duque de Caxias são as mais novas. A Tava-

res de Lira foi concluída no governo de Ferreira Chaves, em 1919. A Duque de Caxias, que abateu ruas e vielas até encontrar a esplanada Silva Jardim, teve suas obras iniciadas em 1929, na gestão do prefeito Omar O' Grady, somente foi concluída em 1939, após 10 anos de serviço, na gestão de Gentil Ferreira de Souza.

Os logradouros públicos que compõem o Centro Histórico de Natal, tombado como Patrimônio Cultural do Brasil, sofreram ao longo dos séculos modificações, não apenas na sua paisagem urbana e arquitetônica, mas também em seus topônimos.

Este livro pretende resgatar as denominações originais dos velhos logradouros, não como uma proposta de retorno às primitivas denominações, mas sim, de que aquelas denominações originais sejam conhecidas e respeitadas, como referência de uma evolução histórica, tão comum nas cidades brasileiras.

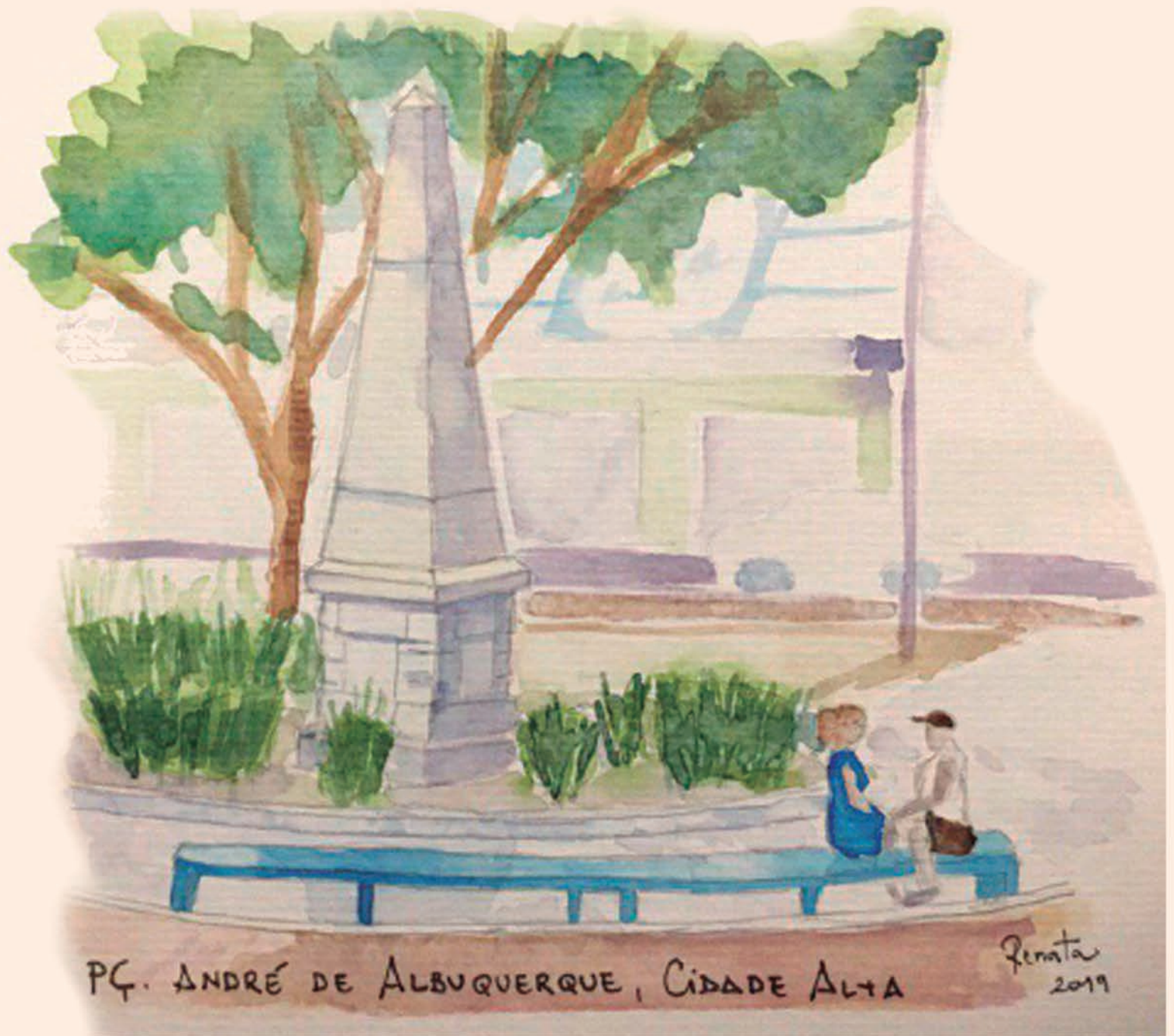
As alterações nas denominações dos logradouros públicos, ocorrem em função do fato histórico vivenciado em um determinado momento, isso pode e deve ser aproveitado didaticamente, como elucidativo de uma cronologia histórica, viva e dinâmica.

A Autora



09.11.2019

IGREJA N. SRA DO ROSÁRIO DOS PRETOS
NOTAC I RN



Praça André de Albuquerque

A atual praça André de Albuquerque, em Natal, corresponde ao ponto tradicional da fundação da Cidade, ocorrida a 25 de dezembro de 1599. É portanto, o mais antigo logradouro público de Natal.

Em 1614 o capitão-mor de Pernambuco, dom Alexandre de Moura, e o ouvidor geral do Estado do Brasil, desembargador Manuel Pinto da Rocha, chegaram à capitania do Rio Grande com a finalidade de proceder a uma averiguação, no tocante às terras doadas na capitania, a título de datas e sesmarias.

Foi um documento firmado naquela ocasião, que aparece pela primeira vez o topônimo Cidade do Natal do Rio Grande.

A igreja matriz, iniciada por ocasião da fundação da Cidade na atual praça André de Albuquerque, sofreu muitos estragos empreendidos pelos holandeses, quando de sua expulsão da Capitania do Rio Grande, no começo de 1654.

Ocorreu então, a recuperação no templo, que na ocasião também foi ampliado, suas obras somente foram concluídas em 1694. Trata-se da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, que foi intencionalmente construída para ser a matriz de uma Cidade, visto que Natal nunca foi Vila.

Sua construção primitiva, embora acanhada nas proporções, atendia a pequena população da Cidade recém fundada. Constituído inicialmente apenas de capela mor, o templo foi, ao longo dos séculos, sendo ampliado, seguindo o traçado previamente elaborado no projeto inicial de 1599. O edifício so-

mente foi considerado definitivamente concluído, em 1862, com a edificação da torre.

A partir do final do século XIX, elementos espúrios de mau gosto estilístico, que comprometiam a leitura da sua arquitetura original, foram sendo incorporados ao templo. Uma restauração realizada em 1995, devolveu a feição original da igreja.

Apesar de quatrocentos anos de existência, aquele templo encontra-se em ótimo estado de conservação e continua fazendo parte da paisagem urbana da praça André de Albuquerque.

Contemporânea da fundação da Cidade, existia também naquela praça, em “rua fronteira à matriz”, a Casa da Câmara e Cadeia, que em 1674 achava-se em ruínas. Em fevereiro de 1675 foram iniciados os trabalhos de edificação de uma nova Casa do Concelho, também na mesma praça, que à época era chamada de Largo da Matriz.

Essa segunda Casa da Câmara e Cadeia estava em decadência no ano de 1709. É o que informa uma carta enviada pelos Senhores Oficiais da Câmara ao Corregedor Ouvidor Geral, desembargador Gonzalo de Farias Baracho, datada de 17 de agosto de 1709.

Em 15 de maio de 1719 foi concedida uma data de terra, através da qual se comprova que naquela época estava sendo construída uma terceira Casa da Câmara e Cadeia, nas proximidades da velha Casa do Concelho, à época já em completa ruína.

O novo prédio foi também construído na atual praça André de Albuquerque, no local hoje ocupado pela casa de número 608. Em 1736, aquele prédio foi reformado com a finalidade de nele funcionar a residência do governador da capitania. Foi então ordenada a construção de uma nova Casa da Câmara, o que não foi possível por falta de recursos.

O inglês Henry Koster, em visita a Natal, no final do ano de 1810, informou a respeito da existência do Palácio dos Governadores. Foi naquele palácio que funcionou o efêmero governo revolucionário de 1817, liderado pelo coronel André de Albuquerque Maranhão. A citada edificação foi demolida em 1830, quando da conclusão das obras de um novo palácio do governo, na atual avenida Câmara Cascudo.

As obras de construção da quarta Casa da Câmara e Cadeia somente foram iniciadas em 1767, ocorrendo a inauguração do prédio em 7 de maio de 1770. O local correspondente ao referido prédio, invadia parte da hoje denominada rua João da Matta, ocupando completamente o terreno da casa número 604 da praça André de Albuquerque.

Existia um estreito beco, entre a velha cadeia e a atual casa número 594 da mesma praça. O quarto prédio foi o mais sólido e resistente dos edifícios levantados até então na Cidade, com a finalidade de nele funcionarem o Senado da Câmara e Cadeia.

Por ocasião da inauguração de uma nova cadeia, no bairro de Petrópolis, em 1911, aquela velha edificação foi demolida com a finalidade de alargar-se a via de acesso entre a praça André de Albuquerque e o rio Potengi, trecho então conhecido como “Caminho do Dr. Sarmento”, hoje rua João da Matta.

Segundo Olavo de Medeiros Filho, em 1706, já existia a denominação de rua da Cadeia, que era a rua fronteira à matriz. A documentação do antigo Senado da Câmara indica a existência, em 2 de agosto de 1731, da “rua nova desta cidade”. A referida rua estendia-se acompanhando o alinhamento da fachada principal da igreja matriz. Segundo uma data concedida a Manuel José de Vasconcelos, de 30.05.1767, havia a chamada rua da Matriz, aquela mesma rua da Cadeia.

Documento de 24 de julho de 1816, fazia menção à “praça grande desta Cidade”: Em 13 de janeiro de 1821 surgia pela primeira vez nas doações de terrenos, a denominação rua Grande, assim continuando até 1827, de conformidade com a documentação compulsada.

Em 1888, a praça assume a sua atual denominação, uma justa homenagem prestada a André de Albuquerque Maranhão, o grande líder e mártir da Revolução Republicana de 1817.

A Praça André de Albuquerque, o mais antigo logradouro público de Natal, foi palco de inúmeros fatos históricos de relevante importância para a Cidade.

A presença da igreja matriz enchia aquela praça de luz e de cânticos produzidos pelas festas religiosas. No Domingo de Ramos, a praça era cenário da Procissão de Fogaréu, em que todos os participantes portavam tochas ou lanternas de papel “recordando a busca dos Judeus e soldados romanos a Jesus Cristo”.

A Procissão dos Passos, na quinta-feira santa, atraía a maioria da população àquela praça da matriz. Na madrugada do Domingo da Ressurreição, as “campainhas, sinos e foguetões enchiam de rumores a Cidade”. No meio do ano, as festas juninas alegravam a praça, com bandeirolas coloridas, fogos, fogueiras e modinhas.

O mês de novembro ainda conserva a tradição da festa de Nossa Senhora da Apresentação, padroeira da Cidade. Outrora era comum a queima de fogos na praça e “a rua grande não cabia o povo”. Em dezembro os festejos natalinos promoviam os autos populares na praça: fandango, bumba-meu-boi, pastoris.

À época em que havia pena de morte, a antiga rua da Cadeia assistia muda o suplício dos sentenciados à forca. O réu acompanhado do juiz municipal, promotor público, escrivão e porteiro do auditório, saía da cadeia em direção à igreja matriz. O porteiro do auditório seguia por aquele logradouro público, lendo em voz alta a sentença condenatória. Depois

o cortejo seguia até o local da forca, na antiga praça do Peixe, espaço atualmente ocupado pelo prédio do Banco do Brasil, na avenida Rio Branco.

Até o final do século passado não havia ainda uma preocupação em relação ao ajardinamento da praça. O jornal A República, de 15 de abril de 1896, publicou o seguinte, sobre a praça que na época já era denominada André de Albuquerque: “os dignos moradores da referida praça acham-se muito empenhados em ajardiná-la, contando para isto com o auxílio não só da Intendência como do governo do Estado”.

O projeto então apresentado, reserva o espaço fronteiro à matriz para as festas religiosas. Foram projetadas quatro entradas simétricas, que conduziram ao jardim através de alamedas de palmeiras. No centro do jardim seria erguido um monumento “que relembre 17, o herói que deu nome à praça, teatro do seu martírio”.

Até o dia 7 de maio de 1896, pessoas da comunidade local já haviam contribuído com 627\$000 (seiscientos e vinte e sete mil réis). Ao que parece, o tal projeto não chegou a sair do papel.

A Cidade, até o ano de 1905, não possuía iluminação pública; todavia, o cruzeiro fronteiro à matriz sempre estava iluminado. A princípio por um facho e depois por um lampião de azeite. ‘Era a luz única em toda a Cidade’.

Em 1907 começou a ser implantado um projeto paisagístico elaborado pelo arquiteto Herculano Ramos. O projeto consistia de “aterros, aplainamentos de terra, construção de largo passeio de contorno e um pavilhão central”. Foi ainda construído um belo coreto de ferro batido, caprichosamente trabalhado, sob o qual havia um porão, utilizado para depósito de material de limpeza. O coreto de ferro não existe mais, foi substituído por outro em alvenaria, desprovido da graça dos ornamentos primitivos. Felizmente, aquele coreto de gosto discutível, foi suprimido na recente restauração da praça, realizada pela Prefeitura Municipal, por ocasião dos festejos

comemorativos aos quatrocentos anos de fundação da Cidade.

Em 1917, no Centenário da Revolução Republicana, foi inaugurada a Coluna dos Mártires, na Praça André de Albuquerque, defronte à igreja matriz.

André de Albuquerque Maranhão (1773-1817), herói e mártir de Revolução Republicana de 1817, era cognominado de Andrezinho do Cunhaú. Filho do coronel André de Albuquerque Maranhão (1º) e de Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro. Nasceu Andrezinho no Engenho de Cunhaú, então pertencente à freguesia de Goianinha, RN. Foi um dos maiores proprietários rurais da então Capitania. Era coronel comandante do Regimento de Cavalaria do Distrito do Sul da Capitania. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, por patente de 22 de agosto de 1811, e Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Andrezinho de Cunhaú faleceu solteiro, no chão úmido da casamata existente na Fortaleza dos Reis Magos, na madrugada de 26 de abril de 1817, em consequência do ferimento de espada por ele recebido no baixo-ventre. Não deixou descendência. Seus restos mortais repousam no interior da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, o primitivo templo da Cidade, sempre presente na paisagem urbana daquela praça.

Desconhecia-se o local da sepultura de André de Albuquerque Maranhão, no interior da Igreja Matriz, até 1995, quando prospecções arqueológicas revelaram os restos mortais do grande herói potiguar.



Rua da Conceição

Rua da Conceição

Até o ano de 1700, existiam em Natal apenas duas ruas: a da Cadeia e aquela que era chamada O Caminho do Rio de Beber Água, hoje representado pelas ruas Santo Antônio e Conceição. Aquele rio de Beber Água era o antigo Rio Tiuru, Tissuru, da Cruz ou do Baldo.

Registro de concessão de terras, de 6 de agosto de 1791, refere-se à rua da Conceição atual, àquela época descrita como a “rua direita, que vai por detrás da matriz”. Em 1808 apareceu, pela primeira vez, a denominação da rua da Conceição, conforme documentação relativa a uma doação de terras, concedida pelo Senado da Câmara do Natal, em 14 de junho de 1808, a Antônia Rita.

Em data anterior a 1791, a atual rua da Conceição constituía-se apenas das cercas que limitavam os fundos dos terrenos, cujas frentes estavam voltadas para a rua da matriz. Existia também no lado do poente o Armazém Real da Capitania do Rio Grande, do qual ainda resta uma relíquia histórica: a parede de sua fachada posterior, construída em alvenaria de pedra e cal. Esse imóvel, de propriedade do IPHAN, é popularmente conhecido como casa do padre João Maria.

O capitão José Alexandre Gomes de Melo recebeu uma doação de terreno, em 21 de agosto de 1819, “para fazer casa no fundo da sua, em que mora, na rua da Palha”. A casa residencial já existente, onde morava José Alexandre foi o primeiro sobrado particular construído em Natal. O prédio chamado “sobradinho” ainda existe na rua da Conceição, encontrando-se tombado em nível nacional, nele funcionando o Museu Café Filho.

Em 1822, segundo informação de Pizarro e Araújo, existia o edifício da Fazenda Pública, na rua da Con-

ceição, no mesmo local hoje ocupado pelo edifício do Palácio do Governo.

Até o início deste século, a rua da Conceição era pouco habitada, nela ainda havendo terrenos desocupados. Segundo Câmara Cascudo, “em 1834 havia um matagal espesso num dos lados. Tão denso que escondeu durante duas horas, os assassinos do tenente-coronel José Leite do Pinho”. Em 1897 a Intendência Municipal realizou um recenseamento urbano. Joaquim Severino, o agente encarregado do censo da rua da Conceição, registrou a existência de 33 casas e 204 habitantes.

Com o objetivo de instalar o parque do atual Palácio do Governo, foi derrubado, em 1908, um trecho da rua da Conceição. Em 1914, outro quarteirão foi demolido, a fim de ser construída a atual Praça 7 de Setembro. Uma das casas destruídas era conhecida como a “Casa do Nicho”, a antepenúltima à esquerda, antes da atual Ulisses Caldas”. Aquela casa apresentava, na parede de sua fachada principal, um nicho “fechado com portinhas de madeira. Abrigava um vulto de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da rua e origem do topônimo”.

A Casa do Nicho tornou-se um ponto de romarias, onde o povo parava para rezar, acender velas e pagar promessas. A edificação pertencia a Joaquim Inácio Pereira (o 1º), passando posteriormente por herança, às mãos do seu filho homônimo, o Comendador e Vice-Cônsul de Portugal, Joaquim Inácio Pereira (o 2º).

Em meados do século XX, Luís da Câmara Cascudo localizou aquela imagem de Nossa Senhora da Conceição, em poder da viúva de Calixtrato Carrilho, Idalina Pereira Carrilho. Assim Cascudo descreveu a imagem:

“É uma figura de 29 centímetros e meio de alto, esculpida em madeira, num relativo estado de conservação. Tem as mãos postas, os pés ocultos em nuvens, de onde emergem cinco cabecinhas de anjos, encimando-a uma coroa de prata, já escura, de pobre lavor. É trabalho de influência nitidamente portuguesa, denunciando a prestigiosa tradição dos santeiros de Braga, especialmente no manto ornamental, azul-e-oiro, no exterior e vermelho-e-oiro na parte interna. O manto não recobre a cabeça da imagem mas o faz um pano branco, com verso imitando brocado. Está com o pescoço nu, gola deitada e olhos de vidro”.

Na rua da Conceição existiu um outro palácio, que serviu de sede ao Poder Executivo no período de 1862 a 1869, o qual foi demolido juntamente com outros prédios, para nos terrenos ser construída a Praça 7 de Setembro.

Naquele velho palácio realizou-se um dos mais famosos bailes em Natal, no dia 2 de dezembro de 1868, em cuja ocasião foi servida, pela primeira vez na Cidade, bebida gelada. O gelo veio a Natal, embarcado desde o Recife.

No final do século XIX, concentravam-se na rua da Conceição, os principais jornais natalenses. “Ali viviam as grandes folhas que apaixonavam centenas de correligionários e enfureciam outras centenas adversas. Ali viveu A Situação, do Dr. Henrique Câmara, em 1877, O Correio de Natal, de João Carlos Wanderley, em 1878; A Liberdade, órgão do Partido Liberal, em 1885; O Nortista e o Diário de Natal, de Elias Souto, 1895; A Capital, em 1908, de Galdino Lima, Honório Carrilho e Juvenal Antunes e dezenas de jornaizinhos impressos nessas tipografias”. Existia ainda naquela rua, o Bilhar Americano, a Alfaiataria de Gabriel Narciso Aranha, o Armarinho de Manuel Joaquim da Costa Pinheiro e a Padaria Flor de Natal, além de várias casas residenciais.

No terceiro quartel do século XX, a rua da Conceição sofreu outra mutilação, perdeu outro quarteirão constituído de valioso casario colonial, para dar lugar ao imponente e moderno prédio da Assembleia Legislativa.

Em recente restauração empreendida na praça por detrás da igreja matriz, pela Prefeitura Municipal de Natal, o Caminho do Rio de Beber Água perdeu a sua principal característica, que era a ligação entre as ruas da Conceição e de Santo Antônio. O trecho foi fechado com o objetivo de ampliação da praça Padre João Maria. Uma pequena obra que prestou um grande desserviço à memória cultural da Cidade.

Atualmente a rua da Conceição está reduzida a um pequeno trecho. Nela destacam-se os prédios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o Museu Café Filho, instalado no velho sobradinho e a casa onde hospedou-se o padre João Maria, quando chegou a Natal, para assumir a paróquia de Nossa Senhora da Apresentação.

Rua Santo Antônio

O primitivo Caminho do Rio de Beber Água, em Natal, foi posteriormente transformado em Rua de Santo Antônio. Os registros de doações de terras, concedidas pelo antigo Senado da Câmara do Natal, informam que os terrenos localizados ao longo daquele caminho eram muito requisitados pelos moradores da Cidade. Tal preferência justifica-se pela proximidade geográfica da fonte de água que abastecia a Cidade. Segundo Câmara Cascudo, as primeiras casas ali construídas eram voltadas para o nascente, ocupando assim apenas um dos lados da rua.

O registro da primeira doação de terreno no Caminho do Rio de Beber Água, data de 31 de julho de 1678, cujo beneficiário foi o sargento-mor Francisco Lopes. Todavia, através da leitura da referida doação, percebe-se que o capitão Manuel de Abreu Soares já residia na referida “rua que vai para o rio desta Cidade”.

Em 15 de julho de 1763 aparece, pela primeira vez, o topônimo rua de Santo Antônio, constante da carta de doação feita ao alferes José Barbosa Gouveia. Era a Rua Nova de Santo Antônio. Pretendia o beneficiário “fazer moradas de casas, com frontaria de pedra e cal”. Tal registro indica que naquele ano já se achava em construção a Igreja de Santo Antônio.

As obras de edificação do templo somente foram concluídas em 1766, data que se encontra registrada no alto da porta principal. A Igreja de Santo Antônio, que denominou a rua, tem um destaque especial na Cidade, pela sua beleza e imponência. Trata-se do melhor exemplar da arquitetura barroca em Natal. O templo é também conhecido como a Igreja do Galo, devido à existência de um galo de bronze encimando a cúpula da torre da igreja. O galo foi presenteado pelo capitão-mor Caetano da

Silva Sanches, devoto de Santo Antônio, e que governou a Capitania no período de agosto de 1791 a março de 1800. Atualmente a referida igreja abriga, na sua galeria lateral esquerda, o Museu de Arte Sacra de Natal, constituído por um rico acervo de peças sacras, datadas dos últimos quatro séculos.

A Igreja de Santo Antônio em Natal, com a colaboração de pessoas generosas mantém a tradição, até os dias atuais, de distribuir alimentos aos pobres, continuado assim o exemplo deixado por Santo Antônio. Este nasceu em 1195, em Lisboa, capital do Reino de Portugal, sendo filho de pais nobres. Aos 16 anos ingressou na Ordem Religiosa dos Agostinianos. Ordenou-se padre em 1220, tendo viajado a Marrocos, na África, com o objetivo de catequese. Retornou à Europa um ano mais tarde, tornando-se um grande pregador. Aos 26 anos transferiu-se para a Ordem dos Franciscanos. Faleceu em Pádua, Itália, no ano de 1232, tendo sido canonizado pelo papa Gregório IX. Sobre o seu túmulo foi erguida uma basílica.

No Brasil, Santo Antônio é considerado um dos santos de maior devoção, e venerado como o “Santo Casamenteiro”. No folclore brasileiro, há registro de muitas canções, parábolas e histórias sobre os poderes de Santo Antônio de Pádua.

Uma outra edificação de destaque, naquela rua, é a conhecida Casa do Bispo, o antigo Paço Episcopal, construída no final do século passado, defronte à Igreja de Santo Antônio.

Em 1888, um decreto municipal mudou a denominação da rua para Coronel Bonifácio. Este nasceu em Natal a 14 de maio de 1813. Em 1852 foi eleito deputado provincial, reeleito para cinco legislaturas. Foi chefe do Partido Conservador (chamado Nortista), Coronel da Guarda Nacional, Ca-

valeiro da Imperial Ordem de Cristo, Oficial da Imperial Ordem de Cristo, Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Comandante-Superior da Guarda Nacional, Inspetor da Tesouraria de Fazenda, Administrador da Repartição dos Correios, e várias vezes Presidente da Câmara Municipal do Natal. Como 2º vice-presidente, assumiu o governo do Rio Grande do Norte, no período de 19 de janeiro a 17 de junho de 1873. Câmara Cascudo o definia como um homem honesto e respeitável, “gordo, afável, impassível, rosto escanhado, feições graves, com-posto e circunspecto”. Faleceu a 2 de novembro de 1883, em Natal. Foi sepultado no mesmo túmulo do Padre Pinto, seu tio e padrinho, a quem devotava uma grande veneração.

A rua Coronel Bonifácio reverteu à sua antiga denominação de rua de Santo Antônio, em 1941.





Praça Santa Cruz da Bica

24

A Praça da Santa Cruz da Bica representa um dos primitivos marcos de Natal. É provável que tenha sido construída à época da fundação da Cidade. Os portugueses e espanhóis adotavam o ritual de limitar com cruzes, os limites urbanos das povoações que fundavam. No caso de Natal, a cruz da bica de beber água assinalava os limites da Cidade pelo lado sul.

Uma outra cruz, fincada na atual Av. Câmara Cascudo (antiga avenida Junqueira Aires), à altura da praça das Mães, assinalava os limites norte da Cidade.

Afirma o historiador Nestor Lima, que a primitiva Cruz da Bica foi chantada em um local mais abaixo da encosta sul da área urbana, quase à margem direita do rio do Baldo. Posteriormente a cruz foi trasladada, para o seu atual pedestal, por ocasião dos serviços de abastecimento d'água, realizados pela Empresa d'Água de Natal, de Bigois & Leinhardt, no final do século XIX.

A referida empresa construiu grandes coletores de água, na Cidade Alta e Ribeira. Segundo Câmara Cascudo, “no cruzamento de certas ruas, erguiam-se chafarizes, com torneiras reluzentes. Eram pontos de concentração popular”.

No dia 24 de março de 1674, já existia a bica, no então rio de Beber Água, o riacho do Baldo atual. Assim o indica a ata de uma reunião do antigo Senado da Câmara do Natal, daquela data. O mais remoto registro que trata de terras concedidas nas imediações da atual praça da Santa Cruz da Bica, data de 24 de setembro de 1675, cujo beneficiário foi o vigário Paulo da Costa Barros. As terras concedidas ficavam “junto à fonte desta Cidade”.

Segundo o pesquisador Olavo de Medeiros Filho, aquela terra “tomava o rumo do Potengi, iniciando-se na confrontação da rua Santo Antônio. A margem esquerda do riacho do Baldo, indo até o sopé do monte, que hoje é a subida do Alecrim”.

Outro registro de data e sesmaria, concedida a Nicolau José de Almeida, em 24 de abril de 1766, também nas imediações do Baldo, faz referência a uma outra denominação tomada pelo rio: “no rio chamado do Cajueiro, desta mesma Cidade”... pegando do dito rio de beber água, chamado o Cajueiro”. Outro registro de concessão de terras feita pelo Senado da Câmara do Natal, a Manuel Raposo da Câmara, em 27 de outubro de 1766, refere-se a uma cruz, no local onde ficava a fonte da Cidade, “entre as casas... e o caminho que passa pela cruz de beber”.

Durante muitos anos, a população de Natal comemorava no dia 3 de maio de cada ano, o Dia da Santa Cruz. Era uma festa popular, em que era rezado um terço na Praça da Santa Cruz. A festa de devoção à Santa Cruz, raramente era assistida pelo clero. O terço geralmente era “tirado” por um leigo. Houve um certo ano em que a festa foi prestigiada por frei Vidal, quando o mesmo encontrava-se em missão pela Capitania do Rio Grande.

Frei Vidal de Frascarolo era um religioso capuchinho, que pertencia ao Convento de Nossa Senhora da Penha do Recife, pelo final do século XVIII. Vivia em missões, visando a divulgação da Fé Católica. Suas pregações ocorriam geralmente ao ar livre, de preferência à noite e à luz das fogueiras. Durante anos, o nome de frei Vidal foi venerado como um verdadeiro santo familiar, e várias gerações guarda-

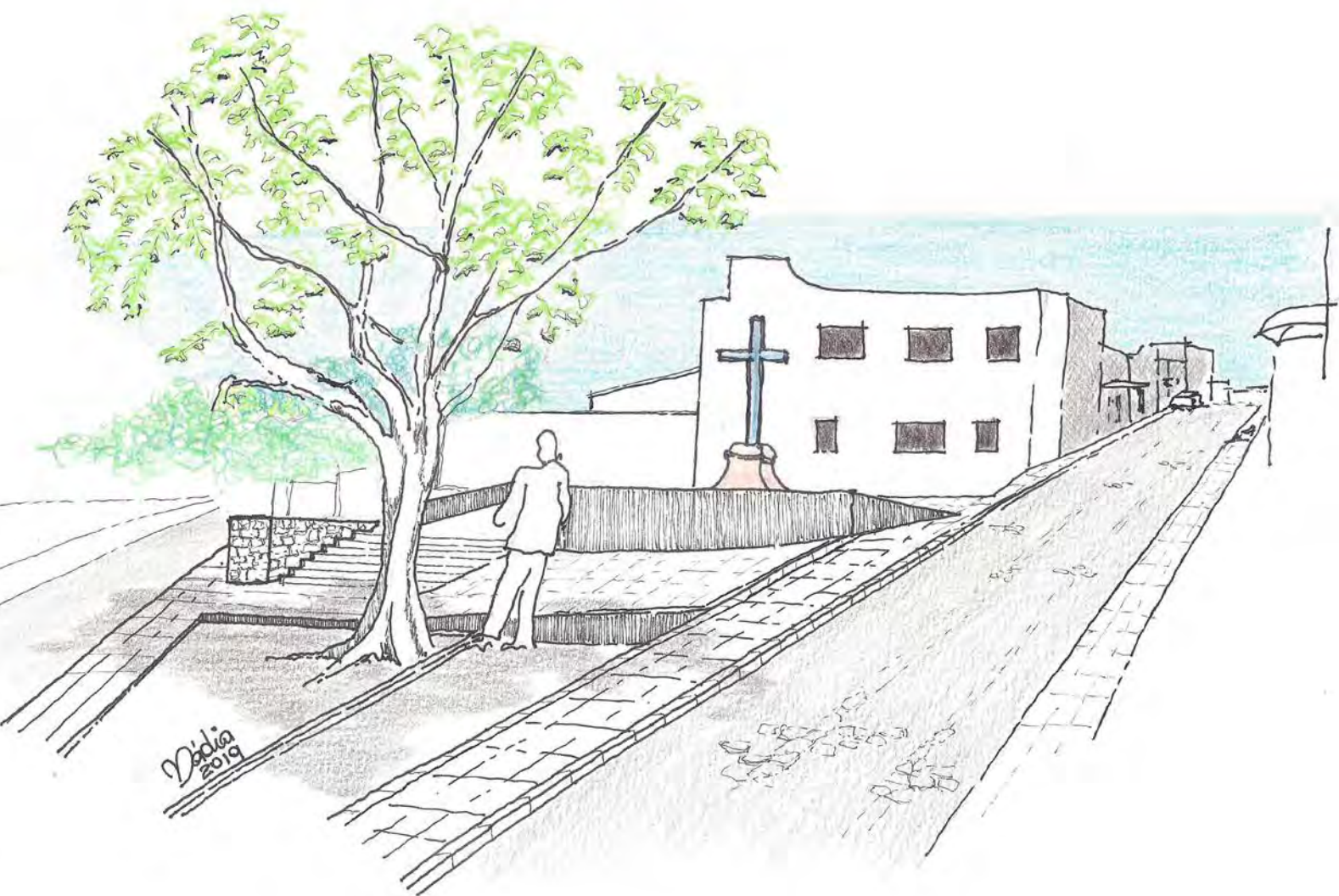
ram na memória, os cânticos sagrados e as orações, outrora ensinados pelo frade, nas Santas Missões.

Nos festejos juninos, voltava a animação àquela praça. Ao som de violões, violas e flautas, os homens participavam dos festejos comemorativos, comendo, bebendo, cantando, e policiando o banho das filhas, irmãs e noivas, tomado no rio do Baldo. Em seguida, era a vez deles próprios se banharem naquelas águas, sempre cantando.

Em 1878, o Capitão Naninguer, comandante da tropa de linha e devoto da Santa Cruz, construiu um jardimzinho em redor do cruzeiro. O jardim permaneceu por vários anos, mantido pela comunidade local. A primitiva cruz foi posteriormente substituí-

da por outra, conservando-se no caixilho os fragmentos do cruzeiro original. A cruz atual é de construção recente. Em 19 de agosto de 1983, a pracinha foi restaurada pela Prefeitura Municipal do Natal, na gestão do prefeito Marcos Formiga.

O cenário mudou, a cruz foi substituída, o rio atenuado, multiplicou-se o número de edificações no entorno da praça. Apesar de esquecido por muitos, o recanto ainda possui um jardim mantido pela Prefeitura. Ramos secos, rosários e fitas votivas ainda envolvem a cruz, denunciando que a pracinha ainda representa um local sagrado, procurado pelos devotos da Santa Cruz.



Praça João Tibúrcio

26

O primeiro registro encontrado de terras concedidas pelo Senado da Câmara do Natal, na área hoje correspondente à Praça João Tibúrcio, na Cidade Alta, data de 3 de julho de 1706, cujo beneficiário foi João do Rosário.

Em 4 de agosto de 1731, foram doadas a Francisco Álvares Bastos e Tereza Lopes de Jesus, cinco braças de terra, na atual praça João Tibúrcio, “com todo o fundo que se achasse até o caminho que vai por detrás, pelo mato, para o rio desta Cidade”. Pelo registro da referida doação, observa-se que, pela traseira da terra concedida, existia um caminho, por dentro do mato, que conduzia ao rio Potengi.

Com a expansão urbana de Natal, foram surgindo novos arruamentos, que para uma melhor identificação, passaram a receber denominação própria. A Casa da Câmara e Cadeia deu origem à rua da Cadeia; a presença da Matriz, à rua da Matriz; a Igreja de Santo Antônio, à rua do mesmo nome, o mesmo acontecendo com a Igreja do Rosário.

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança nasceu a 2 de dezembro de 1825, no Paço de São Cristóvão, Quinta da Boa Vista/RJ. Filho de D. Pedro I, o primeiro Imperador do Brasil, e da imperatriz Leopoldina. Pedro II teve como mãe de criação, a Condessa de Belmont, em virtude de ter falecido a imperatriz, quando o príncipe contava apenas com um ano de idade. Em 9 de abril de 1831, dois dias após a abdicação de D. Pedro I, o menino Pedro foi proclamado Imperador do Brasil, quando tinha apenas cinco anos de idade. José Bonifácio de Andrada e Silva foi então nomeado seu tutor, encarregando-se da educação do imperador infante, até que o mesmo atingisse a maioridade e pudesse exercer sua função.

Após a reforma constitucional, o Imperador assumiu o poder efetivo, quando contava com apenas quinze anos, no dia 23 de julho de 1840. D. Pedro II governou o Brasil durante 49 anos, ficando conhecido como o “Moderador”. Dedicou-se à tarefa de pacificação do país, consolidando e unificando o Império.

Casou-se em 30 de maio de 1843, com Tereza Cristina Maria, tendo-lhes nascido 4 filhos. No dia seguinte à Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, D. Pedro II recebeu uma carta do então Presidente da República, o Marechal Deodoro da Fonseca, pedindo-lhe que saísse do país. No dia 17 do mesmo mês, a Família Imperial partiu para Portugal.

D. Pedro II faleceu em Paris, a 5 de dezembro de 1891, vitimado por uma pneumonia. Em 1920, seus restos mortais foram trasladados para o Brasil, hoje repousando na Catedral da Cidade de Petrópolis, RJ.

Em 2 de dezembro de 1925, dia do Centenário de D. Pedro II, foi inaugurado, na atual praça João Tibúrcio, em Natal, um busto daquele que foi o segundo imperador do Brasil. Não foi possível precisar a data da substituição do nome da praça D. Pedro II para João Tibúrcio. Segundo Câmara Cascudo, em 1940 ainda perdurava aquela segunda denominação da praça.

João Tibúrcio da Cunha Pinheiro, nasceu em 13 de maio de 1845, no sítio Suspiro, em Goianinha. Estudou com o padre Joaquim Severiano Ribeiro Dantas. Aos 24 anos, João Tibúrcio foi aprovado em concurso público e nomeado professor de latim em Assu. No mesmo ano, a 15 de junho, veio transferido para Natal, a fim de lecionar no Atheneu Norte-Rio-Grandense. A 1º de março de 1905, passou a ensinar também a língua portuguesa. Foi ainda professor na Escola

Normal e de vários colégios particulares de Natal. Diretor Interino da Instrução Pública, nos anos de 1892/93. No período de 1878/79 exerceu atividades como deputado provincial.

O professor João Tibúrcio morava na então Praça das Laranjeiras, “a última casa à direita descendo para o Passo da Pátria”. Ensinava latim também em sua residência. Um dos seus mais ilustres alunos, Luís da Câmara Cascudo, assim o definiu: lá o conhecido velho, mas robusto e sólido como um tronco de aroeira, andando devagar, rolando olhares lentos, com o charuto infalivelmente dura fogo, na ponta do lábio”.

Em 1919 foi comemorado o Jubileu de Ouro do professor João Tibúrcio, na ocasião sendo consagrado como um modelo de mestre. Aposentou-se em 13 de maio de 1927, com 58 anos de magistério. Não suportou o vazio, falecendo um mês depois, a 24 de junho, em Macaíba. Seus restos mortais foram trasladados para Natal, em 15 de outubro de 1928, Dia do Professor. Na mesma data foi inaugurado o seu busto de bronze, na pracinha por detrás do Atheneu.



13.08.2019

Rua Padre Pinto

A primeira referência documental de concessão de terras na atual Rua Padre Pinto, data de 18 de dezembro de 1766, cujo beneficiário foi Ponciano da Silva. Após aquela primeira concessão, houve várias outras doações ao longo da 2ª metade do século XVIII, até a década de 20 do século XIX.

A denominação original, rua do Fogo, apareceu pela primeira vez em 22 de agosto de 1818, em um registro de concessão de terras pelo Senado da Câmara do Natal, feita a José Florêncio de Albuquerque, “na rua do Fogo, onde tem um rancho de palha”.

Antes de 1818, a rua era indicada apenas, como “paralela à rua de Santo Antônio”, ou “rua nova por detrás de Santo Antônio”. É desconhecida a razão do primeiro topônimo, sabendo-se apenas que era muito comum a denominação - rua do Fogo, em logradouros públicos, em diversas cidades brasileiras. Existia em Portugal uma rua com esse nome. Pode também ter ocorrido um grande incêndio em uma das velhas cidades portuguesas, servindo o topônimo para recordar o pavoroso acidente.

Ainda no final do século XIX, a rua do Fogo natalense era um logradouro elegante e muito frequentado pela rapaziada da cidade. Ficaram famosas as serenatas e as festas noturnas daquela rua. Nas noites de luar, a rua se enchia de alegria, animada pelas belas e românticas modinhas de então.

As festas eram geralmente frequentadas pelos velhos conhecidos: Manuel Joaquim Açucena, João Manuel de Carvalho (futuro padre), Francisco Atílio, Jesuíno Rodolfo do Rêgo Monteiro (pai do historiador Tobias Monteiro), Pedro de Alcântara Deão e tantos outros, que constituíam a Geração do Recreio, órgão que em 1861 publicou a primeira obra literária da província.

O padre Pinto morou muitos anos na rua do Fogo, tornando aquele logradouro mais conhecido como a rua do Padre Pinto.

Em 13 de fevereiro de 1888, a Câmara Municipal do Natal procedeu a uma revisão da nomenclatura urbana, substituindo quase todos os topônimos da cidade. O padre Pinto tornou-se oficialmente o Patrono da rua, satisfazendo assim a vontade popular, já consagrada.

Manuel Pinto de Castro nasceu em Natal, a 3 de agosto de 1773. Era filho do português capitão Manuel Pinto de Castro e de Francisca Antônia Teixeira. Teve ele muitos irmãos, entre eles três padres: Inácio, Joaquim e Miguelinho (frade e padre).

Quando criança, morava o futuro Padre Pinto em um casarão implantado em um sítio, na esquina das atuais ruas Frei Miguelinho e Silva Jardim.

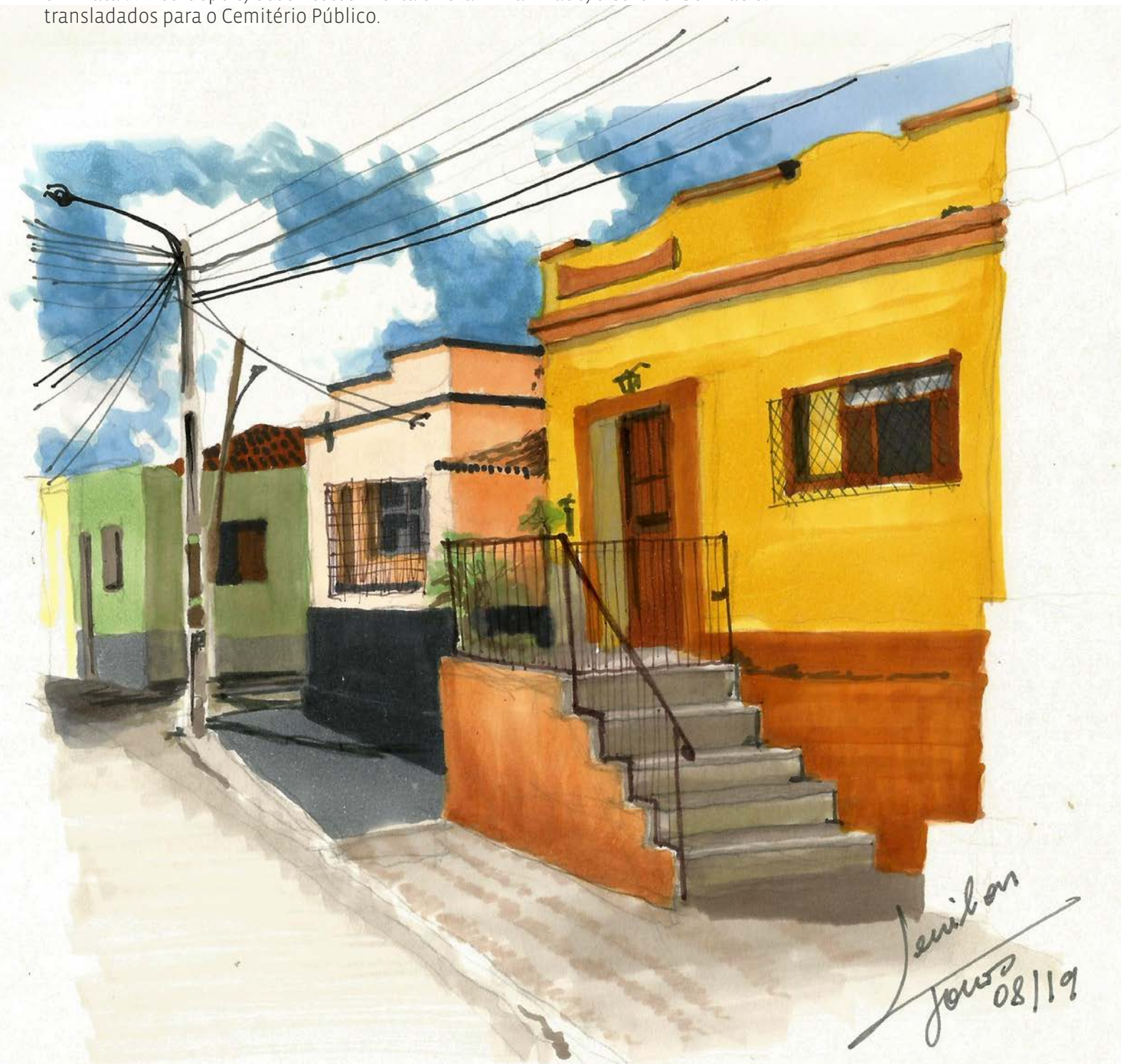
Conciliava suas atividades eclesiásticas, como coadjutor da Matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Natal, com sua vocação de político decidido. Por três vezes foi ele membro do Conselho da Província e do Conselho Geral do Governo, além de Secretário do Governo, na gestão do tenente-coronel José Inácio Borges, vice-presidente da Assembleia Provincial e presidente da Junta do Governo, no período de 1822-1824.

Padre Pinto presidiu os festejos oficiais da proclamação da Independência do Brasil, jurando fidelidade ao Imperador D. Pedro I.

O historiador Luís Câmara Cascudo, assim o definiu: “O Pe. Pinto era uma criatura pequenina, gorda, andando depressa, gostando de ouvir histórias e achando graça nas anedotas. Esperava a hora da ceia debaixo das gameleiras da Praça da Alegria”.

Faleceu em 2 de agosto de 1850, à véspera do seu septuagésimo-sexto aniversário. Foi sepultado na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal. Anos depois, seus restos mortais foram transladados para o Cemitério Público.

O Padre Pinto faleceu em casa, na rua de Santo Antônio, local onde residira nos seus últimos anos de vida, na mesma casa onde nascera seu sobrinho e afilhado, o coronel Bonifácio.



Rua Passo da Pátria

A primeira referência feita à atual Rua Passo da Pátria, data de 23 de setembro de 1772, quando o Senado da Câmara do Natal concedeu terras naquele logradouro público, a Jerônimo Gomes de Freitas e a Sebastião da Natividade.

Em 1780, já existia um porto no Potengi, cujo acesso era representado pelo atual Passo da Pátria. Segundo consta do registro de uma data concedida a Maria das Neves, naquele ano já existia a “estrada que sobe do porto, buscando a Igreja de Santo Antônio”. O Porto do Oitizeiro, como era ele então conhecido, foi construído à margem direita do Potengi, sendo um local de atracação de barcos, nas marés cheias. À sua direita, ficava um grande galpão de alvenaria e à esquerda, algumas bodegas. Atrás, a linha da estrada de ferro. Formava, assim um quadrado, ocupado no centro por uma grande feira.

O porto vivia em função da feira, que funcionava diariamente, comercializando madeira, lenha, tijolos, telhas, etc. Os materiais eram descarregados no Porto do Passo da Pátria, vindos de Macaíba, São Gonçalo e do outro lado. As bodegas situadas no entorno do porto, vendiam pão e bolacha, farinha, peixe seco, rapadura e cachaça, querosene, chumbo, pólvora e espoleta. A ladeira, hoje representada pelo Passo da Pátria e que conduzia ao porto, era estreita, fechada de matos, apresentando um forte declive. Era calçada de pedras soltas. Em 1856, Manuel Bofe, um vendedor de paneladas, morador nas cercanias, começou a abrir o caminho. Com a ajuda financeira de Antônio Bernardo de Passos, presidente da província, Manuel Bofe desbastou o matagal, alargou e atenuou mais a declividade da ladeira.

Em 1865, o Presidente Olinto Meira contratou por 3:399\$000 (três contos, trezentos e noventa e nove mil réis), o calçamento da subida do Porto. Em 28

de setembro de 1866, o Diretor das Obras Públicas da Província, engenheiro Ernesto Augusto Amorim do Vale, em seu relatório ao então Presidente Luís Barbosa da Silva, sucessor de Olinto Meira, informava: “A falta de uma ladeira que se prestasse ao fácil trânsito entre a Cidade e o Porto do Rio Salgado era reclamado instantemente pelos habitantes desta Cidade. Foi em virtude disto que o antecessor de V. Exa. ordenou-me que organizasse um orçamento para proceder-se ao calçamento da ladeira que passa pelo oitão do Hospital da Caridade, a qual recebeu o nome de Passo da Pátria”.

Observa-se que, em 1866, a ladeira já possuía a atual denominação. O topônimo foi sugerido pelo Presidente Olinto Meira, lembrando a vitória do General Osório, em 16 de abril de 1866, na Batalha do Passo da Pátria, travada entre brasileiros e paraguaios. Passo da Pátria denominava a cidade paraguaia, onde ocorreu a batalha.

Em 1877, a descida do Passo da Pátria sofreu melhoramentos, tendo sido inclusive construído um telheiro à margem do rio, para abrigo dos passageiros que pretendiam atravessar o Potengi. Em 1878, foram construídas sarjetas, e reforçados os degraus da escada de acesso ao rio. A partir do 3º quartel do século XX, iniciou-se o funcionamento de uma feira semanal no Passo da Pátria, cujos tabuleiros eram instalados aos sábados. A feira funcionava à noite, e o local era iluminado por lamparinas, pois não havia iluminação pública em Natal.

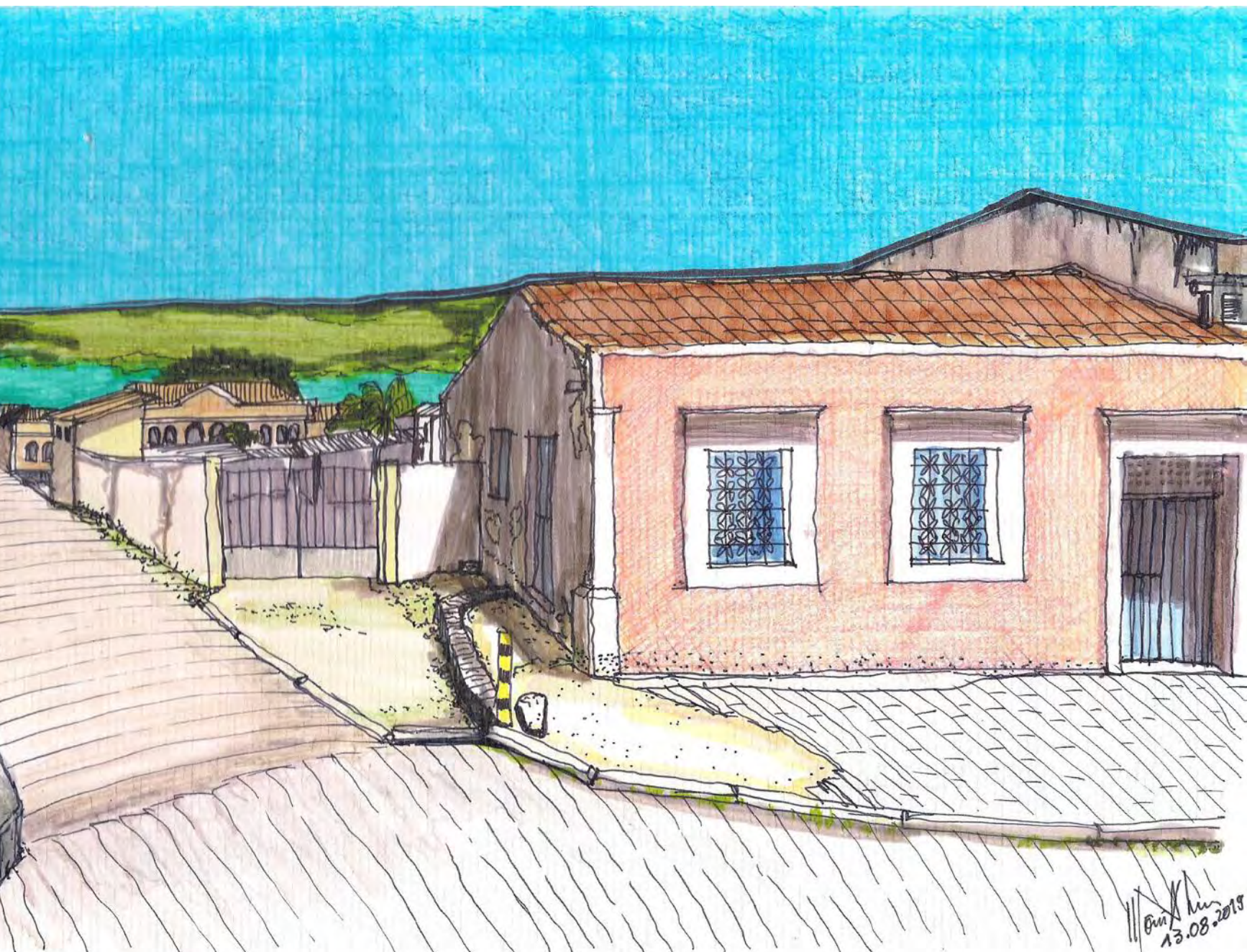
A feira, muito frequentada, recebia gente de toda a Cidade. Seus artigos eram variados: objetos de barro, esteiras, balaies, cestas, bonecas de pano - as conhecidas bruxas do Passo - frutas, carne-de-sol, peças de corda, além de grande variedade de guloseimas, como: pé-de-moleque, doce seco, alfenim,



grude, sequilho, cocada, tapioca, milho assado, garapa de cana, castanhas e farinha de milho.

As compras eram efetuadas até às 8:00 horas da noite. A partir desse horário, o Passo da Pátria tornava-se ao mesmo tempo, perigoso e sedutor, sendo frequentado basicamente por prostitutas, semi-ébrio, marinheiros e embarcadiços.

A feira sobreviveu até a década de 30, animando e movimentando a rua Passo da Pátria. Atualmente, a rua é um logradouro tranquilo, muito distante da época da feira e dos animados bailes baratos, que constituíam o sonho inatingível dos meninos de outrora.





RUA PRESIDENTE PASSOS - NATAL/RN
ARIANNE CONSTANTINO
08/2019

Rua Presidente Passos

A Lei nº 335, de 10 de setembro de 1855, criou o Hospital de Caridade. No ano seguinte, houve uma grande epidemia de cólera-morbus, que chegou a vitimar duzentas e quinze vidas, somente em Natal, que à época contava com uma população de 5.000 habitantes.

O então presidente da província, Antônio Bernardo de Passos, enfrentou com decisão a violenta epidemia, oferecendo condições de atendimento a todos os casos surgidos. Em 1856, ele inaugurou o Hospi-

tal de Caridade, na antiga rua da Salgadeira. Foi o primeiro hospital de Natal.

Até aquela data, os doentes de toda a província eram atendidos, dentro do possível, na insuficiente Enfermaria Militar. Esta não tinha condições de um atendimento satisfatório, em relação ao grande número de casos, faltando-lhe leitos, medicamento, alimentos e até enfermeiros.

O hospital foi construído em tempo recorde, desenvolvendo-se a maior atividade possível, a fim de concluir as obras com a maior brevidade. Nelas foram empregados todos os pedreiros e quase todos os carpinteiros de Natal. Se não ocorresse a falta de tijoleira para o piso e algumas esquadrias, o hospital teria sido concluído em menos de dez semanas.

As dependências do hospital foram construídas com áreas suficientes para acomodar “quarenta doentes do sexo masculino e outros tantos do sexo feminino”, informou o presidente Passos aos deputados, em 1º de julho de 1856. Primeiramente foi construída uma parte destinada a receber os doentes, com possibilidade de ampliação para acomodar as atividades administrativas do hospital.

Seu primeiro administrador foi o tenente José Gomes da Silva. Aquela casa de saúde atravessou os anos, lutando com muitas dificuldades, motivadas pelo desequilíbrio financeiro da província. O aparelhamento era precário e os medicamentos insuficientes. Em junho de 1895, o edifício foi restaurado e reaparelhado.

Em 1906, o governador Tavares de Lira fechou o hospital, que somente foi reaberto três anos depois, na gestão do governador Alberto Maranhão. Daquela vez, o serviço foi reorganizado em um outro prédio, no Monte Petrópolis.

A antiga Rua da Misericórdia passou a denominar-se Presidente Passos, em homenagem ao grande incentivador do serviço hospitalar na província.

Antônio Bernardo de Passos foi o 20º presidente da província do Rio Grande do Norte, empossado a 24 de outubro de 1853. Permaneceu no cargo até 1º de abril de 1857. O presidente Passos defrontou-se com as maiores calamidades públicas vividas pela província: secas, assaltos, pestes, epidemia de cólera. Enfrentou-as todas, resolvendo tudo dentro das suas limitações, com simplicidade e bravura. Construiu também, o Cemitério do Alecrim, concluído em abril de 1856, além do Hospital de Caridade.

O presidente Passos conscientizou a população de Natal, da necessidade do zelo pela cidade, desper-

tando-lhe a preocupação com o asseio, a água potável e o cuidado com as fontes e bicas. As ruas foram limpas, durante a noite queimava-se alcatrão, “para purificar os ares e anular os miasmas deletérios”.

O presidente Passos enfrentou os comerciantes aproveitadores da desgraça alheia, combatendo a carístia causada pela fraca produção de alimentos nos anos de seca, especialmente em 1855. Criou as feiras públicas, dando-lhes isenção de impostos.

Na área da educação, retomou as atividades normais do Atheneu, criando inclusive novas cadeiras. Foi também o Presidente Passos quem patrocinou a construção da torre da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, com a finalidade de instalar um grande relógio público. Conseguiu donativos para a realização da obra e a compra do relógio.

Apesar de todas as obras que realizou, Antônio Bernardo de Passos deixou o governo da província, sem déficit nos cofres públicos.

Em 1953 foi construída a praça Coronel Lins Caldas, defronte ao prédio do antigo Hospital de Caridade. Aquela construção dividiu a rua, que retomou a antiga denominação de rua da Misericórdia, na parte da mesma que toma o rumo do sul até encontrar o Riacho do Baldo. Seguindo em direção ao norte, até os fundos do atual prédio do Tribunal Regional Eleitoral, o logradouro conservou a denominação de Presidente Passos.

Antiga Rua da Salgadeira

A antiga Rua da Salgadeira compreendia as atuais ruas da Misericórdia, Presidente Passos e a Praça Coronel Lins Caldas. A Salgadeira era uma região de tradição fétida. Havia ali um matadouro, onde eram abatidos gados miúdos, especialmente suínos e caprinos. No mesmo local, o couro dos animais era espichado e salgado, daí o topónimo Salgadeira.

O mau odor causado pelos couros salgados, expostos em plena via pública, afastava o visitante e envergonhava os moradores, que sequer citavam o nome da rua, preferindo identificá-la como “a que fica perto do rio”.

Em 1856, foi inaugurado naquela rua o Hospital da Caridade, o primeiro estabelecimento do gênero na cidade. A fundação do hospital mudou a denominação daquele logradouro público, para Rua da Misericórdia.

Em 1906, o governador Tavares de Lira fechou o referido hospital, conservando no prédio apenas uma única enfermaria, entregue aos cuidados de Sinfrônio Barreto. A 1º de janeiro de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices passou a funcionar no velho prédio do hospital. A referida escola foi criada por decreto do Governo da União, e seu primeiro diretor foi Sebastião Fernandes. Em 17 de setembro de 1914, aquele velho prédio foi novamente desocupado, sofrendo então uma ampliação, vindo a abrigar o Batalhão Policial Militar.

Aquele logradouro público foi palco de um violento combate travado durante o levante comunista de 1935. Nos dias 24 e 25 de novembro daquele ano, os revoltosos, municiados de metralhadoras pesadas, bombas de dinamite e granadas de mão, invadiram o prédio do Quartel da Polícia Militar. O Batalhão contava com um contingente de apenas 50 homens, municiados com 100.000 cartuchos, tendo resistido heroicamente durante 19 horas seguidas de fogo, contra um inimigo numericamente superior.

Atualmente, aquele edifício da antiga rua da Misericórdia, de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, abrigou durante muitos anos a Casa do Estudante. de Natal.

Em 1953, com a saída do corpo policial daquela rua, foi construída uma praça defronte ao prédio que servira de quartel. Atualmente a praça já não exhibe mais os seus canteiros floridos e arborizados, tendo sido transformada em uma quadra aberta de esportes de salão.

A praça recebeu a denominação de Coronel Lins Caldas, homenagem prestada ao Coronel PM Manuel Lins Caldas, que comandou a Polícia Militar durante um período de quase 20 anos. O coronel Manuel Lins Caldas nasceu a 27 de janeiro de 1854, em Assu/RN, tendo sido irmão de Perceval e de Ulisses Caldas, ambos mortos na Guerra do Paraguai. Manuel serviu ao Exército Imperial, ingressando posteriormente no Corpo Policial do Rio Grande do Norte. Seguiu a carreira militar, como tenente, sendo promovido sucessivamente, a capitão e a major (1893). A partir de 1894, passou a ostentar os distintivos de tenente-coronel, por exercer este posto no Comando Superior da Guarda Nacional do Estado, na qualidade de Secretário Geral.

O nome do coronel Lins Caldas acha-se indissolivelmente ligado à Força Pública Estadual do Rio Grande do Norte, da qual foi comandante por quase 20 anos. Dirigiu ele o Batalhão Policial Militar com disciplina e respeito à hierarquia, transmitindo aos seus comandados o sentimento de ordem e obediência. Fiscalizava frequentemente o uniforme da tropa, exigindo asseio e atenção ao fardamento. Ao soldado descuidado, sentenciava: “soldado desabo-toado por fora, é indisciplinado por dentro”.

Em 31 de dezembro de 1913, o coronel Caldas deixou serviço ativo do Batalhão, com direito aos garbos e homenagens protocolares.

O coronel Lins Caldas foi também escritor, colaborando em diversos jornais de Natal. Depois de reformado, passou a gerenciar o jornal oposicionista “A Opinião”.

Faleceu em Natal, no dia 27 de maio de 1921.



Praça Pe. João Maria

36

Um mapa da Cidade do Natal, elaborado no 3º quartel do século XIX, indica o terreno existente por detrás da Igreja Matriz sob a denominação de praça da Matriz. Tal local acha-se hoje representado pela Praça Pe. João Maria. Era um ponto obrigatório de passagem das antigas procissões religiosas.

Posteriormente o local passou a denominar-se praça da Alegria, cujo topônimo sugere um ponto de animação da Cidade. Em meados do século XIX, serviu de palco às apresentações de grupos de artistas amadores, em teatrinhos improvisados.

O topônimo praça da Alegria sobreviveu muitos anos. Em 1888, um decreto municipal substituiu as primitivas denominações dos logradouros públicos de Natal. Apenas cinco deles resistiram à fúria inovadora, um dos quais a praça da Alegria. A tal denominação viria a ser substituída depois de 1905. Surgiu então a praça Padre João Maria, homenageando a pessoa daquele que é considerado o Santo Vigário de Natal.

O Padre João Maria Cavalcanti de Brito nasceu a 23 de junho de 1848, na fazenda Logradouro do Barros, então pertencente ao município de Caicó (hoje faz parte de Jardim de Piranhas). Eram seus pais: o capitão Amaro Soares de Brito e Ana de Barros Cavalcanti.

João Maria iniciou seus estudos eclesiais no Seminário de Olinda /PE, quando contava apenas 13 anos de idade. Seus estudos de Teologia foram concluídos em Fortaleza/CE, onde também recebeu as ordens sacras, conferidas por Dom Luís Antônio dos Santos, bispo da diocese do Ceará, em novembro de 1871.

Celebrou a primeira missa, em 10 de dezembro de 1871, na tradicional Matriz de Sant'Ana do Caicó. Naquele mesmo ano, foi nomeado padre-coadjutor

da Freguesia de Caicó, quando fixou residência na então povoação de Jardim de Piranhas. Cinco anos depois, foi transferido para a vila de Santa Luzia do Sabugi, na Paraíba. Em seguida foi vigário no Acari. Em 1878, nomeado vigário-colado de Papari, atual cidade norte-rio-grandense de Nísia Floresta.

Em 1881, dom Vital, bispo de Olinda, aprovou a proposta feita pelo padre José Hermínio da Silva Borges, que pleiteava a permuta entre os vigários de Natal e Papari. Aos 7 de agosto daquele ano, o padre João Maria tomava posse na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal. Durante os 24 anos que regeu a paróquia, o padre João Maria trabalhou incansavelmente, honrando o clero e conservando as mais puras intenções de servir ao próximo.

Despojou-se de todos os bens materiais, favorecendo e amparando os mais necessitados. Recebia uma expressiva pensão que lhe era remetida por seu irmão, Amaro Cavalcanti, distribuindo-a no mesmo dia, como esmolas aos pobres. Passava até fome e frio, renunciando às refeições, vestes, e até à rede em que dormia, tudo em favor dos menos favorecidos. Sendo diabético, o excesso de trabalho exauriu sua vitalidade, conduzindo a uma morte precoce, ocorrida em 16 de outubro de 1905, em sua casa no antigo sítio Belo Monte, no atual bairro de Petrópolis, em Natal.

A praça Padre João Maria transformou-se então, em um local de peregrinações e romarias dos fiéis que buscam em seu santo popular, proteção e lenitivo para as suas dores.

Em 7 de setembro de 1908, inaugurava-se em Natal o primeiro trecho da Cidade, servido por transportes urbanos: eram os bondes puxados a burros, da Companhia Ferro Carril. A praça João Maria tornou-se o ponto final daquela linha, na Cidade Alta.

A grande seca de 1915 motivou a vinda de um grande número de flagelados do interior do Estado, para a Capital. O então governador Ferreira Chaves abriu várias frentes de trabalho, utilizando a abundante oferta de mão-de-obra, nos serviços urbanos. Dentre as obras executadas então, uma delas foi o início dos trabalhos de calçamento da Praça Padre João Maria.

Em 7 de agosto de 1921, consolidava-se o desejo da população natalense, com a inauguração do busto em bronze do padre João Maria, na praça do mesmo nome. O referido monumento foi originalmente colocado sobre um soberbo pedestal de granito, com altura de 4 metros.

A praça Padre João Maria de então, era um recanto tranquilo e sereno, bastante arborizado e cercado por várias e belas casas residenciais, inclusive o velho sobrado de Aureliano Medeiros, no início da praça e ao lado da torre da Igreja. Apesar de bastante mutilado, o casarão ainda resiste.

No local atualmente ocupado pelo Banco do Nordeste, existia outro prédio que abrigava o Instituto de Música dirigido pelo maestro Waldemar de Almeida. O atual edifício “21 de março” era a Loja Maçônica 21 de março, um prédio de relevante valor arquitetônico, ostentando traços e características neoclássicas. Concebido com simetria, o prédio apresentava uma porta central ladeada por 8 janelas. Possuía platibanda arrematada por frisos e cornija, coroada em sua parte central por um belo frontão curvilíneo.

A praça transformou-se, perdeu o belo casario do entorno e o seu frondoso jardim. Substituíram o antigo pedestal, aproximando mais o busto do padre João Maria do povo, que até hoje procura o seu “santo”, acendendo velas, pedindo graças, ou agradecendo as promessas atendidas. Porém, o espírito religioso da praça foi perdendo espaço para o profano. Com a instalação de uma feira de artesanato, o local passou a ser mais frequentado por turistas, em detrimento dos antigos e fiéis devotos do santo.

Em restauração empreendida, pela Prefeitura Municipal de Natal, a praça perdeu a sombra de suas frondosas árvores. Foram elas todas cortadas e substituídas por canteiros acanhados, com vegetação de pequeno porte.



Rua e Travessa Paula Barros

38

A Rua Paula Barros pertence oficialmente ao bairro da Cidade Alta. Situada entre a rua Presidente Passos e o rio Potengi, tem o seu início na travessa Paula Barros, terminando na rua Quintino Bocaiúva.

Trata-se de uma rua setecentista, inicialmente conhecida como a rua do Rio, já aparecendo em documentos oficiais de 1790, conforme consta de um registro de concessão de terras do Senado da Câmara do Natal, datado de 18 de fevereiro, cujo beneficiário foi José Barros Rêgo: “um terreno para construir na rua do Rio”.

Naquele ano de 1790, o antigo logradouro público já merecia o nome de rua, o que denunciava a existência de um certo alinhamento na distribuição dos imóveis ali implantados.

A origem da atual rua Paula Barros está ligada à construção de um primitivo e rústico porto. Sua situação, em um platô elevado em relação ao rio, permitia-lhe uma visão privilegiada.

No referido porto eram descarregados víveres e outros materiais necessários ao atendimento à parte alta da Cidade. No século XIX, sua denominação foi mudada para rua do Porto, devido a sua proximidade com o desembarcadouro do rio Potengi.

Em 13 de fevereiro de 1888, a nova toponímia imposta à Cidade por decreto municipal, substituiu aquela denominação anterior. O decreto veio concretizar aquilo que a população natalense já havia consagrado. Antes mesmo da mudança oficial do topônimo, o povo da Cidade já havia aplicado o

nome de Paula Barros, em homenagem a um herói potiguar da Guerra do Paraguai e antigo morador daquela rua.

Segundo o historiador Luís da Câmara Cascudo, Francisco de Paula Barros, o patrono daquela rua, foi alferes do Exército e morreu em combate na Guerra do Paraguai. Era um rapaz estimado e que gostava de cantar e tocar violão, animando a rua onde residia com a família.

O alferes Francisco de Paula Barros deve ter partido de Natal, seguindo o rumo do sul do país, em julho de 1863. É provável que tenha tomado parte da Campanha de Montevideu, a Guerra do Video como ficou conhecida. Morreu de espada na mão, lutando heroicamente como competia a um fiel soldado da Pátria.

A travessa Paula Barros começa na rua Presidente Passos, corta a rua homônima, seguindo em direção ao poente até atingir o rio Potengi.

Como a maioria das ruas da Cidade, aqueles dois antigos logradouros públicos, que compõem a Zona de Preservação Histórica de Natal, perderam suas características de formação original. Não foram conservadas as primitivas casas de taipa, nem mesmo as mais sólidas, em alvenaria de tijolo. As que resistiram foram descaracterizadas em sua feição colonial.



Rua Voluntários da Pátria

40



A Rua Voluntários da Pátria está localizada na Cidade Alta, entre as ruas de Santo Antônio e Gonçalves Ledo. Originalmente foi conhecida como Beco Novo, no seu trecho compreendido entre a atual rua Coronel Cascudo e o Riacho do Baldo. Existia um outro trecho da rua, entre a Coronel Cascudo e a Ulisses Caldas, fechado com edificações entre os anos de 1937 e 1945.

O trecho da atual rua Voluntários da Pátria, que conduzia à Ulisses Caldas, era conhecido como Beco da Lama. Segundo o historiador Luís da Câmara Cascudo, tratava-se realmente de um horroroso beco enlameado, que desapareceu levando consigo sua fama nauseante.

O Beco Novo era um animado e movimentado logradouro público de Natal. Em 1841, o primeiro teatro da cidade foi destruído por um incêndio. Tratava-se de um barracão de palha situado na atual Gonçalves Ledo. Como a Sociedade do Teatro Natalense, proprietária do barracão, não dispunha dos recursos necessários à sua recuperação, os grupos amadores de então passaram a representar em teatrinhos improvisados, instalados em algumas ruas de Natal. No Beco Novo eram frequentes aquelas representações.

O decreto municipal de 13 de fevereiro de 1888, que reviu toda nomenclatura dos logradouros públicos de Natal, substituiu a denominação do Beco Novo, para rua Voluntários da Pátria, em homenagem aos natalenses que seguiram para o Paraguai, em defesa da Pátria.

Os Voluntários da Pátria eram os bravos soldados dos batalhões criados para re-forçar o Exército Brasileiro, na Guerra do Paraguai. Em 1864, o Paraguai declarou guerra ao Brasil, que à época contava com um contingente de 20.000 homens e não se encontrava em condições de enfrentar o inimigo numericamente superior, constituído de 60.000 homens. Por esse motivo, foram criados os corpos de Voluntários da Pátria, pelo decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, baixado pelo imperador Dom Pedro II.

Os voluntários deveriam ter idade entre 18 e 50 anos, e recebiam um soldo de aproximadamente 500 réis por dia. Quando dessem baixa do Exército, seriam gratificados com 300 mil réis e um lote de terra, em colônias militares ou agrícolas. Caso os ferimentos de guerra os deixassem inválidos, receberiam uma aposentadoria correspondente à metade do soldo. Se morressem, deixariam uma pensão de igual valor para a mulher ou o herdeiro escolhido.

O primeiro contingente de Voluntários da Pátria, constituído por um batalhão de norte-riograndenses, seguiu para a Guerra do Paraguai no dia 9 de julho de 1865. O referido batalhão era comandado pelo tenente-coronel José da Costa Vilar, contando com a colaboração do alferes Ponciano Barreto Ferreira Souto, secretário, e do major Vicente Ferreira Lima, fiscal.

Com a vitória do Brasil na guerra, teve início o regresso dos brasileiros. Em 1º de agosto de 1870, chegaram a Natal pelo transporte Marcílio Dias, os primeiros Voluntários da Pátria, de regresso do Paraguai. Eram 14 oficiais e 192 soldados.

Depois de 1870, com o regresso dos Voluntários da Pátria, mudou o cenário brasileiro. A Nação voltava ao ritmo normal e progredia continuamente. Natal recebia notícias do Exterior duas vezes por mês, através dos vapores da Companhia Pernambucana.

Em 10 de fevereiro de 1889, instalou-se na casa de nº 4 da rua Voluntários da Pátria, o Clube da Guarda Negra. Tratava-se de uma sociedade de âmbito nacional, criada com o objetivo de popularizar a Princesa Isabel, solidificando o fidelismo monárquico. Era um ambiente de ódio ao movimento republicano, orientado pelos políticos do Partido Conservador.

A sessão de instalação do referido clube ocorreu ao meio-dia, “com girândolas de foguetões, abundância de promessas, discursos de estrondo e comparecimento numeroso”. Na oportunidade alistaram-se cerca de 500 pessoas.

Atualmente a rua Voluntários da Pátria não guarda mais a feição original de suas edificações. Muitas delas foram demolidas, e a maioria completamente descaracterizada.

Rua Vigário Bartolomeu





A primeira referência documental sobre a atual Rua Vigário Bartolomeu, na Cidade Alta, em Natal, data de 30 de junho de 1814, quando foi concedida uma terra, pelo Senado da Câmara, a José Manuel Reis. O beneficiário pretendia “erigir uma morada de casas de taipa, térreas, na rua da Palha”. Observa-se que a primitiva denominação daquele logradouro público de Natal, era Rua da Palha. Segundo o historiador Luís da Câmara Cascudo, aquele topônimo “configura o material empregado na construção”.

Em 11 de setembro de 1827, foi concedida a Antônio Pereira dos Santos uma data de terra “na Rua da Palha... ao norte da casa de Bartolomeu da Rocha Fagundes”, o Vigário Bartolomeu, também morador na mesma rua que depois receberia seu nome.

O último registro existente de concessão de terras pelo Senado da Câmara de Natal, naquela rua, data de 7 de março de 1829, cujo beneficiário foi Manuel Fabrício.

A atual rua Vigário Bartolomeu fazia parte do percurso dos sentenciados à força. Serviu também de cenário para apresentações de artistas amadores, que se utilizavam de teatrinhos improvisados. Era a rua onde ocorriam os grandes carnavais de Natal.

Das festas populares, era o carnaval uma das mais animadas. Podemos dizer que se mantém a tradição, pois é a única festa em que todos são iguais, sem distinção de raça, idade, sexo ou classe social. São três dias de liberdade e de direitos iguais.

No século XIX, já era usual jogar-se água e farinha de trigo em quem caísse na folia. A diferença dos velhos carnavais da rua Vigário Bartolomeu para os atuais, revelava-se na espontaneidade e ingenuidade de outrora, quando ninguém faria comércio ou tiraria proveito próprio, sendo realmente uma festa popular. Os blocos dos jovens e adultos fantasiados desfilavam pela rua. A animação musical era proporcionada, principalmente pelas marchas carnavalescas, não existindo o som estridente e eletrizado de hoje.

O carnaval saiu da rua Vigário Bartolomeu e perdeu a identidade com as novas gerações.

Um decreto municipal mudou, em 1888, a antiga denominação de rua da Palha para Vigário Bartolomeu, no seu trecho compreendido entre o antigo Quartel da Tropa de Linha (espaço atualmente ocupado pelo Colégio Winston Churchill) até os alicerces do mercado que existia na atual praça Padre João Maria). O trecho seguinte, em direção ao Baldo e que também pertencia à antiga rua da Palha, recebeu a denominação de rua 21 de Março, correspondente à atual Gonçalves Ledo.

A denominação concedida à antiga rua da Palha - rua Vigário Bartolomeu representou uma homenagem póstuma prestada ao Vigário Bartolomeu, seu antigo morador.

Bartolomeu da Rocha Fagundes nasceu no distrito de Vila Flor, Canguaretama/RN, em 8 de setembro de 1813. Ordenou-se sacerdote, sendo nomeado em 1839 coadjutor e vigário encomendado da Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Natal. Passou por todos os estágios da carreira eclesiástica: coadjutor, pró-pároco, vigário encomendado e vigário colado, na mesma freguesia, no decorrer de 34 anos.

O Vigário Bartolomeu foi político e um grande orador. Pertencia ao Partido Liberal, tendo sido deputado provincial em quatro legislaturas. Chegou a governar a Província em 1868, como vice-presidente. No entender de Câmara Cascudo, o Vigário Bartolomeu era “chefe luzia, caridoso, devotado, cioso de sua palavra, empunhando o malhete da sabedoria nas lojas maçônicas”.

Em 23 de março de 1873, foi suspenso de ordens, pelo bispo dom Frei Vital, por recusar-se a abjurar a maçonaria. O episódio causou intensa revolta na população de Natal, que reunida defronte à Igreja do Rosário dos Pretos, protestou contra a substituição do Vigário Bartolomeu, que nunca foi esquecido na memória dos seus paroquianos.

O Vigário Bartolomeu faleceu quatro anos depois, no dia 2 de novembro de 1877, na cidade do Recife, em Pernambuco.

Rua Vaz Gondim

A Rua Vaz Gondim localiza-se entre a avenida Rio Branco e a rua Gonçalves Ledo, na Cidade Alta. Foi durante muitos anos conhecida como rua do Meio, possivelmente devido à sua situação entre dois importantes logradouros públicos da Cidade.

A referida rua era também conhecida como “Rua da Luz, onde morava o cabo Pereira”... Maria da Luz era uma parteira da Cidade e morava na esquina das atuais ruas João Pessoa e Vaz Gondim. O cabo Pereira, figura conhecidíssima em Natal, era um veterano da Guerra do Paraguai, de onde trouxera para Natal, a paraguaia Jerônima, “braba e boa como fogo”.

O decreto municipal de 13 de fevereiro de 1888 fixou um topônimo para a rua, que passou a denominar-se Felipe Camarão, em homenagem ao herói das lutas contra os holandeses.

Dom Antônio Felipe Camarão nasceu entre os anos de 1600-1601, filho do maioral potiguar Potiguação (Camarão Grande), que morava na chamada Aldeia Velha, à margem esquerda do Potengi, defronte a Natal. Os diversos autores que descreveram o período da guerra contra os holandeses, atribuem a Dom Antônio Felipe Camarão, capitão-mor e Governador de todos os índios do Brasil, a naturalidade pernambucana. Todavia, é mais provável ter ele nascido na Aldeia chefiada por Potiguação, em Natal.

Em 1630 Camarão residia na aldeia de São Miguel, em Pernambuco, cujo superior era o padre Manuel de Moraes. Naquele ano, começou Camarão a combater os invasores holandeses. Em 1647 achava-se residindo na Aldeia de Miritiba, nos extremos de Goiana, Igarau e Tracunhaem, em Pernambuco. Dom Antônio Felipe Camarão foi casado com a índia Clara, pertencente à tribo dos Caetés. Faleceu em 1648, de febres malignas, no Arraial da Várzea, em Pernambuco. Os historiadores norte-rio-grandenses têm confundido os dois Camarões (pai e filho), chegando ao ponto de tê-los convertido a um único personagem.

A antiga rua Felipe Camarão teve a sua denominação substituída para Vaz Gondim, em data que não foi possível apurar. Foi uma homenagem prestada ao primeiro capitão-mor do Rio Grande, logo após a reconquista da Capitania aos holandeses (1654).

Antônio Vaz Gondim cumpriu patrioticamente o seu dever de soldado, durante a guerra contra os flamengos. Passou por todos os postos regulares da carreira militar, de soldado a capitão-mor.

Após a expulsão dos holandeses, Vaz Gondim foi nomeado capitão-mor do Rio Grande, em fevereiro de 1654, tendo governado a capitania até 4 de dezembro de 1663. Foi reconduzido ao cargo, em 21 de junho de 1672, demorando-se no seu exercício até 21 de maio de 1677.

Com a sua administração, a capitania do Rio Grande reorganizou-se. Iniciou ele o repovoamento da Cidade do Natal, então abandonada e arruinada pelos invasores. Vaz Gondim concedeu terras, incentivou a vinda de 150 novos moradores para a cidade. Muitos deles foram nomeados oficiais de justiça, escrivães de órfãos, escrivães das datas e sesmarias, provedores da Real Fazenda e membros do Senado da Câmara.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande, sofreu uma grande restauração na gestão de Vaz Gondim. Há referências às muitas obras que o capitão-mor realizou. Trouxe um técnico português para proceder à restauração e conservação da Fortaleza dos Reis Magos, que já ameaçava ruir.

A atual rua Vaz Gondim é nos dias de hoje, um modesto e tranquilo logradouro público, na área central da Cidade, mantendo a sua vocação residencial.



Avenida Rio Branco

A atual Avenida Rio Branco era conhecida no século XIX, como a Rua Nova. A referida avenida corta todo bairro da Cidade Alta, no trecho compreendido entre o Baldo e a Ribeira.

O topônimo rua Nova apareceu pela primeira vez, em 12 de novembro de 1822, em um registro de concessão de terras, pelo Senado da Câmara do Natal, ao comerciante Johan Christian Voigt. O beneficiário requereu terreno “para duas casas, na rua da Palha... no fundo destas, na rua Nova; outras duas para o armazém”.

Ao longo da década de vinte do século XIX, apareceram outros dez registros de concessões de terras naquele antigo logradouro público. Em 28 de outubro de 1826, Antônio José de Souza Caldas requeria terras “na rua Nova, junto ao curral do açougue”, o que indicava a existência de um local de comercialização de carnes.

O último registro existente de concessão de terras na antiga rua Nova, data de 8 de março de 1828, cujo beneficiário foi Antônio José de Matos.

Até 1845, a antiga rua Nova servia de limite leste da Cidade, com suas casas ocupando apenas o lado voltado para o nascente. A partir dali existia um espesso matagal. Naquela rua existiu a praça do Peixe, local onde posteriormente foi construído o Mercado Público da Cidade Alta. No século XIX, erguia-se naquele local, hoje ocupado pela agência Centro do Banco Brasil, a força destinada à aplicação da pena de morte.

O decreto municipal, de 13 de fevereiro de 1888, substituiu o antigo topônimo para Visconde do Rio Branco, homenageando o eminente estadista José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco.

José da Silva Paranhos, nasceu na cidade de Salvador/BA, em 1819. Ingressou na Academia Real de

Marinha do Rio de Janeiro, em 1835. Após concluir o curso, foi nomeado Guarda-Marinha, aos 22 anos.

Em 1843, passou ao posto de 2º Tenente, depois de cursar a Escola Militar do Rio de Janeiro por um período de dois anos. Foi professor da Escola de Marinha, catedrático de várias disciplinas na Escola Militar, diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Promulgou reformas no ensino primário.

José Maria da Silva Paranhos foi jornalista, atuando como redator do jornal “Novo Tempo”. Político e militar, foi membro da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, secretário do Marquês do Paraná



em missões diplomáticas, no Uruguai. Foi também Ministro da Marinha, do Estrangeiro e da Fazenda. Também promulgou a Reforma Judiciária, ampliou a concessão de habeas-corpus, apresentou a Lei do Ventre Livre e organizou o primeiro recenseamento do Império.

O Visconde do Rio Branco foi também Grão-Mestre da Maçonaria. Faleceu em 1880, na cidade do Rio de Janeiro.

O povoamento da avenida Rio Branco foi efetivamente iniciado a partir de 1845, quando o presidente Casimiro José de Moraes Sarmento mandou construir a Casa d'Aula e destruir o matagal que impedia a edificação de casas do lado oriental da referida rua.

Na 2ª metade do século XIX, sob influência da Missão Cultural Francesa e da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, a casa urbana adquiriu

um novo tipo de implantação. Passou a ser construída com um recuo em relação aos limites da rua, e afastada das casas vizinhas. Exibia jardins frontal e laterais.

A avenida Rio Branco possuiu um belo exemplar de arquitetura daquele tempo: era o palacete de João Freire, localizado na esquina com a rua João Pessoa, que resistiu até há bem pouco tempo, apesar de já se apresentar muito descaracterizado o belo casarão, construído com um porão alto, tinha o seu acesso valorizado por uma escadaria. Ficava o mesmo isolado do exterior, por um vistoso gradil de ferro rendilhado.

O Curral do Açougue, a praça do Peixe e as quitandas espalhadas pela antiga rua Nova, indicavam a vocação comercial daquele logradouro público.

Em 1860, na gestão do presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, foi iniciada a construção do Mercado Público da Cidade Alta, localizado na



atual avenida Rio Branco, no mesmo local anteriormente ocupado pela praça do Peixe. Devido à escassez de recursos, o prédio demorou 32 anos para ser erguido. Foi concluído e inaugurado, no dia 7 de fevereiro de 1892, durante o regime republicano. O local onde funcionou o referido mercado, corresponde ao mesmo hoje ocupado pela agência Centro do Banco do Brasil.

Nas proximidades da praça do Mercado existia uma grande gameleira, conhecida como uma das tradicionais árvores da Cidade. No dia 9 de julho de 1899, ela amanheceu serrada pelo tronco, não tendo sido possível apurar o nome do autor do ato de vandalismo.

Antes da inauguração do Mercado Público, a Câmara alugava casas nos bairros da Ribeira e da Cidade Alta, para servirem de quitandas. Na esquina das atuais João Pessoa e Rio Branco existia uma quitanda muito frequentada.

O prédio do mercado teve uma existência efêmera, pois apenas 9 anos depois de sua inauguração, ele já estava em ruínas. Sofreu então uma restauração, sendo reinaugurado, em 24 de novembro de 1901.

Na gestão do prefeito Gentil Ferreira de Souza, o velho mercado foi demolido, sendo construído um outro prédio, mais amplo, no mesmo local. A população de Natal, que ainda não contava com os modernos recursos da “era da máquina”, no campo da conservação de alimentos, era conduzida a adquirir diariamente os gêneros alimentícios.

O Mercado Público tornou-se então um ponto de encontro, um local onde eram divulgados os acontecimentos da Cidade, em primeira mão. Ali comentavam-se os assuntos mais diversos, políticos, sociais e, até mesmo, “os ridículos enredos provincianos”.

O mercado da Cidade Alta foi destruído por um incêndio, e nunca mais ali foi construído um novo mercado. Todavia, aquela área da avenida Rio Branco nunca perdeu a sua vocação primitiva. Até hoje os vendedores ambulantes insistem em expor à venda gêneros alimentícios e artigos dos mais diversos, em suas calçadas.

A antiga rua Nova era também cenário de apresentações teatrais de grupos amadores. Em 6 de maio de 1900, a Sociedade Dramática Segundo Wanderley encenou ali, ao ar livre, o drama “Gaspar, o Serralheiro”.

Existe ainda naquela avenida um significativo prédio, de inspiração neoclássica, construído nos primeiros anos do século XX. O referido prédio já serviu de quartel, depois funcionando o Liceu Industrial durante mais de 50 anos, de 1914 a 1967. Já com a denominação de Escola Industrial, o estabelecimento escolar passou a ocupar um novo prédio, na avenida Salgado Filho.

O prédio do antigo Liceu Industrial foi posteriormente incorporado ao patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente, abriga o Campus Natal/Cidade Alta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN.

Em 22 de julho de 1906, ocorreu a inauguração de um novo prédio na avenida Rio Branco. No local da antiga Casa d’Aula, surgia o Natal Clube, a mais importante sociedade recreativa da época.

Tratava-se de um lindo chalezinho, de concepção romântica, cuja cobertura era feita em duas águas, arrematada por vistoso lambrequim de madeira. No seu lugar foi posteriormente construído o Banco Nacional, prédio hoje ocupado por uma loja de confecções. No Natal Clube foi instalada a primeira árvore de natal da Cidade, em 1909. Ali também ocorreu o primeiro baile à fantasia, em 1911.

O prolongamento da avenida Rio Branco, no trecho entre a rua Apodi e o Baldo, foi iniciativa do Presidente da Intendência, Romualdo Galvão, cuja inauguração ocorreu em 20 de março de 1916.

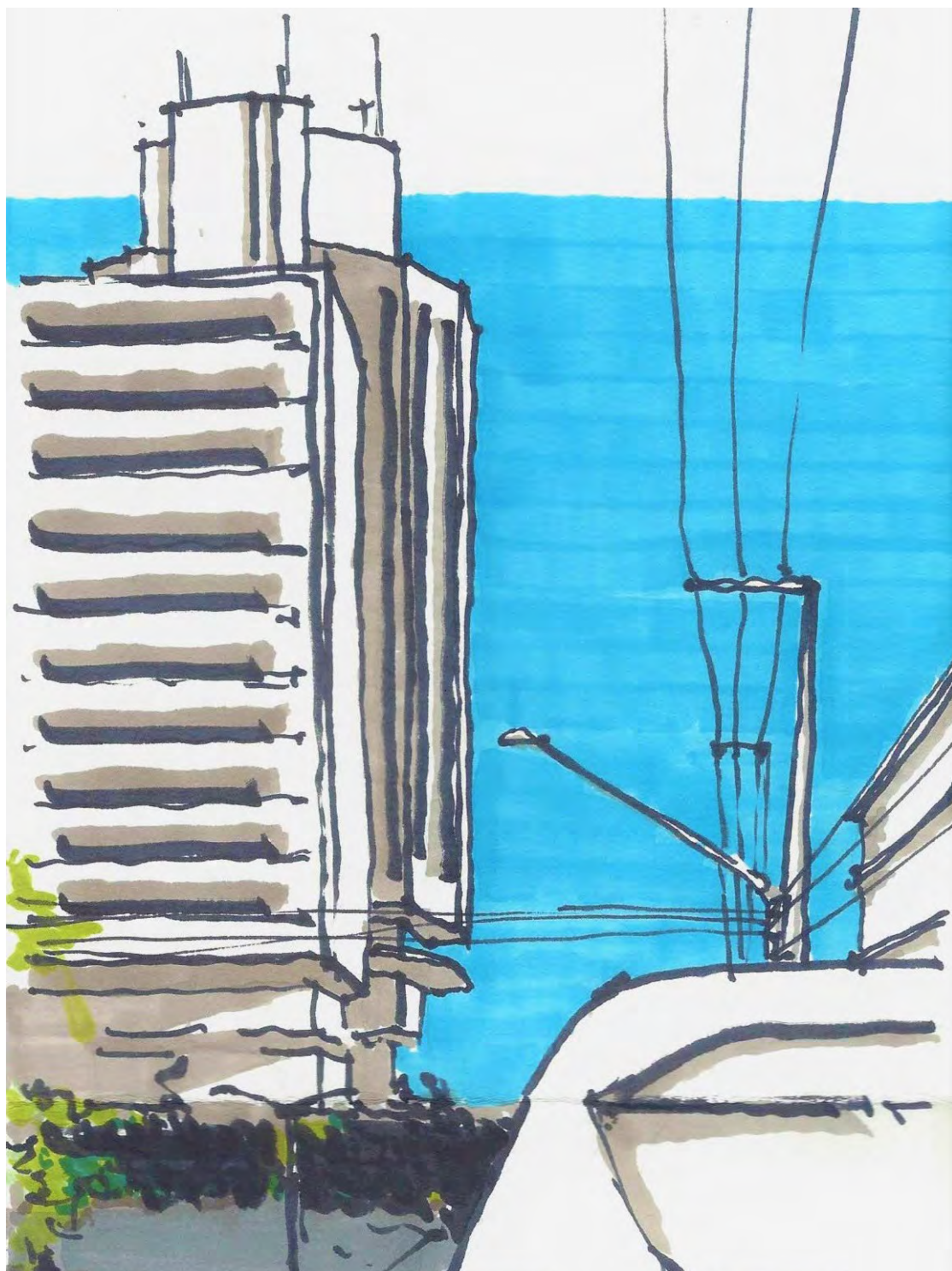
Aos 9 de fevereiro de 1935, o prefeito Miguel Bilro cumprindo um plano antigo, prolongou a avenida Rio Branco até a Ribeira, através dos terrenos da Vila Barreto propriedade do industrial Juvino Barreto. Surgia assim a segunda via de acesso entre a Cidade Alta e a Ribeira facilitando o tráfego entre aqueles dois importantes bairros de Natal.

Rua João Pessoa

Rua João Pessoa fica localizada na Cidade Alta, entre as atuais ruas General Osório e Coronel Cascudo, no trecho compreendido entre a praça padre João Maria e a avenida Deodoro.

Até 1845, a última rua ao leste da área urbana de Natal era a atual avenida Rio Branco, cujas edificações ocupavam apenas o lado do nascente. Já existia então, a parte da atual João Pessoa, no seu trecho limitado pelas atuais Vaz Gondim e Rio Branco. Na gestão do presidente Casimiro de Moraes Sarmento (1845/1847), foi edificada naquela rua a Casa-da-Aula, no mesmo local onde depois funcionou o Natal-Clube, posteriormente o prédio foi substituído pelo Banco Nacional S.A. e que atualmente abriga uma loja de confecções.

Na administração do presidente Sarmento, foi autorizada a abertura de duas novas ruas em Natal. O matalagal era tão espesso que as citadas ruas foram abertas a golpe de machado. Uma delas ficou conhecida como a rua dos Tocos, a atual Princesa Isabel, tomando a ou-



tra a denominação de rua do Sarmento, correspondente ao trecho da atual João Pessoa, entre a Rio Branco e a Princesa Isabel.

No trecho primitivo da rua foi edificado um prédio, que se tornou um motivo de orgulho para Natal: o Teatro Santa Cruz. O comerciante João Crisóstomo de Oliveira, que sonhava edificar aquela casa de espetáculos, conseguiu autorização para o início das obras, através da Lei nº 678, de 6 de agosto de 1873. O prédio foi inaugurado em 1880, logo entrando em funcionamento, apresentando as maiores demonstrações artísticas da época.

O Teatro Santa Cruz também foi palco de grandes acontecimentos políticos, nos anos de euforia que antecederam a Proclamação da República. O movimento abolicionista instalou no Teatro, a Sociedade Libertadora Natalense. Ali também funcionou o Clube Republicano 15 de novembro.

O prédio não resistiu ao rigoroso inverno de 1894. No dia 17 de abril daquele ano, o teto desabou. O tradicional teatro não foi mais recuperado. No terreno foi construída uma luxuosa residência, depois convertida na Escola de Comércio. No mesmo local funcionou o Cinema Nordeste. Atualmente, abriga uma loja de departamento.

O decreto municipal de 13 de fevereiro de 1888 deu a denominação de Visconde de Inhomerim, ao trecho completo da rua: da atual Vaz Gondim à avenida Deodoro. Segundo informava o texto daquele decreto, a rua Visconde de Inhomerim compreendia “da casa de Maria da Luz em direção ao sítio de Antônio Guaju”. Maria da Luz era uma parteira que morava na atual rua Vaz Gondim; o sítio de Antônio Guaju correspondia à área onde hoje existe a Catedral Metropolitana (ex-praça Pio X).

Francisco Sales Torres Homem, o Visconde de Inhomerim, nasceu no Rio de Janeiro, em 1811. Foi homem de destaque na política e no jornalismo brasileiro. Foi, ao lado de Evaristo da Veiga, um dos principais redatores do jornal “Aurora Fluminense”, órgão do Partido Liberal, de expressiva influência no 1º período regencial.

No 2º quartel do século XIX, Francisco Sales Torres Homem exerceu em Paris o cargo de Secretário de Legação e Encarregado de Negócios do Brasil na França. Ingressou no curso de Direito da Universidade de Paris, recebendo o grau de bacharel em 1833.

O Visconde de Inhomerim regressou ao Brasil em 1836, e fundou o “Jornal de Debates”. Combateu os conservadores, em 1837, apoiando o Ministério da Maioridade. Em 1842, com a perda do poder pelos liberais, foi deportado para a Europa.

Retornando em seguida ao Brasil, o Visconde de Inhomerim elegeu-se Deputado-Geral pela Província de Minas Gerais em 1844, e pelo Rio de Janeiro em 1848. Defendeu a política de conciliação e combateu a monarquia. Tornou-se conservador, a partir de 1857. Foi Ministro da Fazenda, em 1858; Conselheiro de Estado, em 1866; Presidente do Banco do Brasil e Senador pelo Rio Grande do Norte, em 1870. Francisco Sales Torres Homem faleceu aos 65 anos de idade, na cidade de Paris, em 1876.

A rua Visconde de Inhomerim conservou o topônimo até princípios do século XX, quando foi convertida em rua Coronel Pedro Soares. Este nasceu no Açu, aos 29 de agosto de 1855. Figura de destaque na política norte-rio-grandense, sempre fiel ao Partido Conservador. Iniciou sua carreira política em 1882, elegendo-se deputado provincial. No período republicano, foi por sete vezes deputado, sempre reelegendo-se vice-presidente do Congresso Legislativo. Inspetor do Tesouro Estadual, de 1902 a 1925. Abolicionista, estudioso da História, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, durante 10 anos.

O historiador Luís Câmara Cascudo, assim o descreveu: “Magro, ágil, o jaquetão escuro bem abotoado, a calça de casimira de cor, o chapéu do chile impecável, a gravata preta borboleta, no colarinho reduzido, a voz clara, meio irônica”.

O coronel Pedro Soares distinguiu-se como funcionário burocrata exemplar, profundo conhecedor da legislação fiscal. Foi um homem simples, respeitado

por todos, tenaz e incorruptível. Aposentou-se aos 70 anos, como Inspetor do Tesouro Estadual. Faleceu dois anos depois, aos 11 de abril de 1927, em Natal.

Poucos anos depois, a rua Coronel Pedro Soares recebeu a denominação de João Pessoa, homenagem prestada ao político paraibano, morto a tiros em 1930, por João Duarte Dantas, inimigo pessoal. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em 1878, no município paraibano de Umbuzeiro. Em 1903 bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Em 1920, no governo do seu tio, Epitácio Pessoa, foi Ministro do Superior Tribunal Militar. Em 1928, eleito Presidente do Estado da Paraíba.

No ano seguinte, candidatou-se à Vice-Presidência da República, na chapa de Getúlio Vargas. Passou então a enfrentar sérios problemas políticos em seu Estado, culminados com o seu assassinato no Recife, o que representou o estopim da Revolução de 1930, com a deposição do Presidente Washington Luís e a elevação de Getúlio Vargas ao Poder.

Atualmente a rua João Pessoa, que já foi o ponto de convergência da cultura natalense, não guarda mais a feição de outrora. Transformaram o casario colonial, substituíram o prédio do Teatro Santa Cruz e o parque que lhe ficava ao lado, outrora cercado por um belo gradil de ferro. No seu largo foi construída a praça Kennedy, homenagem prestada ao Presidente John Fitzgerald Kennedy.

Aquele ex-presidente americano nasceu a 29 de maio de 1917, no Brooklin, subúrbio de Boston, Estado de Massachussetts, EUA. Foi o segundo filho do casal Joseph Patrick Kennedy e Rose Fitzgerald Kennedy. Graduou-se em 1940 pela Universidade de Harvard. Serviu à marinha americana, no período de 1940 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, tendo sido ferido em combate e condecorado pelo seu heroísmo.

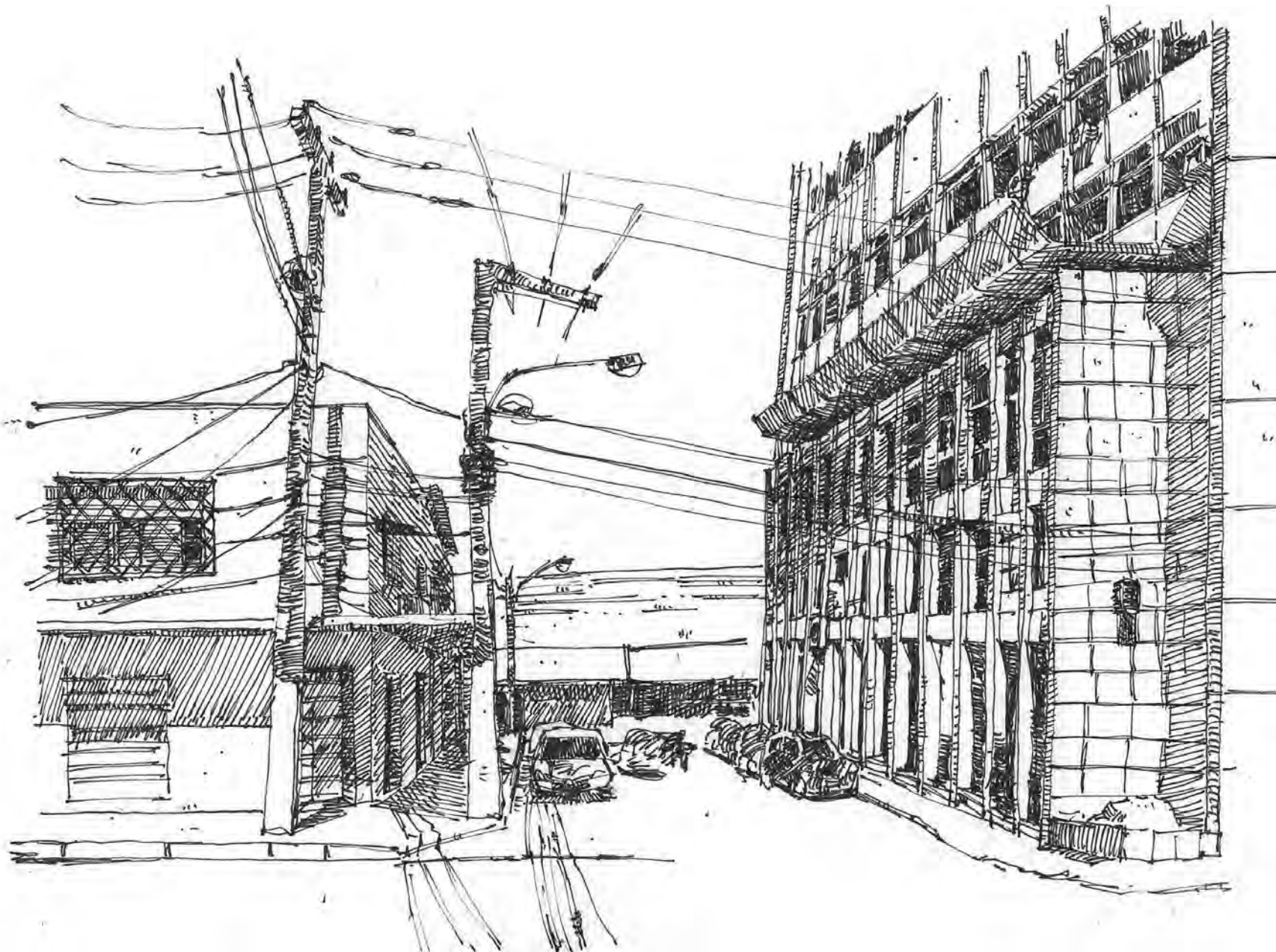
Kennedy iniciou sua carreira política em 1946, elegendo-se para a Câmara dos Deputados, mandato que exerceu por mais duas legislaturas (1948-1950). Em 1952 venceu as eleições para o Senado. Casou-se

em 1953, com Jacqueline Lee Bouvier. Nas eleições presidenciais de 1960, derrotou o candidato republicano Richard M. Nixon. Assumiu a presidência do Estados Unidos, em 20 de janeiro de 1961. Enfrentou grandes problemas internos, como desemprego, tensões raciais e o lento desenvolvimento da economia americana. Kennedy pretendia concorrer à reeleição presidencial, mas antes de concluir o seu primeiro mandato, foi morto a tiros, em Dallas Texas, no dia 22 de novembro de 1963.

A rua João Pessoa, em Natal, foi o maior e mais movimentado ponto de encontro da Cidade. Recebeu dos seus frequentadores, a merecida e carinhosa denominação de “O Grande Ponto”. Ali discutia-se política, esportes e ficava-se em dia com as “fofocas” da Cidade. O Grande Ponto roubou a fama, outrora pertencente ao Cantão das Gameleiras, que existia na então praça da Alegria (hoje Padre João Maria).

O Grande Ponto era também o local dos encontros amorosos, da exibição de vestidos novos, e o quartel general dos boatos, em Natal. Ainda hoje o calçadão da João Pessoa é um local de concentração de artistas, passeatas e comícios políticos. Nas suas proximidades, existiu o Café São Luís, que reunia os antigos frequentadores do Grande Ponto.

Rua General Osório



A Rua General Osório está localizada na Cidade Alta, entre as ruas João Pessoa e professor Zuza, no trecho compreendido entre a avenida Deodoro e a rua Vaz Gondim. A partir desta última, a rua tem continuação até encontrar a rua de Santo Antônio, embora já com uma outra denominação: rua Dr. Heitor Carrilho.

Primitivamente, aquele logradouro público era conhecido como rua do Sebo. A explicação para tal topônimo, provavelmente era devido a ter sido aquela rua, o local de concentração de venda de carne fresca, em Natal. Ali também se amontoava unto, que exposto na rua, era vendido para o fabrico de sabão, nas incipientes barreiras de fundo de quintal.

Segundo o historiador Luís da Câmara Cascudo, a rua do Sebo era a rua dos namoros, onde em meados do século XIX, havia grande movimentação de rapazes, em busca das recatadas moças casadoiras de então.

A Guerra do Paraguai gerou grande preocupação à população natalense, que assistia desolada a partida dos seus filhos para tão assombroso conflito. Os “Voluntários-de-Pau-e-Corda” tentavam libertar-se daquele terrível compromisso com a Pátria. Em 1865, chegou a Natal a notícia da rendição de Uruguaiana. A Cidade virou uma festa e cobriu-se da fumaça dos foguetões. As ruas encheram-se de gente, fazendo passeatas, declamando versos e proferindo discursos, aclamando a pessoa de Sua Majestade, o imperador Dom Pedro II, e o presidente da província, Olinto José Meira.

Durante aquele regozijo, a rua do Sebo mudou de nome, virou Uruguaiana. E assim permaneceu até que o ato nº 110, de 22 de julho de 1938, substituiu a denominação para General Osório.

Manuel Luís Osório é o Patrono da Cavalaria do Exército Brasileiro. Nasceu em 1808, em Conceição do Arroio, atualmente Osório, no Rio Grande do Sul. Seguiu brilhantemente a carreira militar. Alistou-se como voluntário na cavalaria da Legião de São Paulo. Participou do movimento da Independência do

Brasil, na Província Cisplatina. Combateu a Revolução Farroupilha, aderindo ao Exército Imperial, por não concordar com o caráter separatista da referida revolução.

Em 1851, Osório comandou as tropas que combatiam Rosas e Oribe, durante a intervenção brasileira no Uruguai. Em 1859, Osório recebeu a patente de Brigadeiro, e 5 anos depois comandou uma brigada de apoio ao General Flores, no Uruguai.

Durante a guerra contra o Paraguai, Osório comandou o Exército Brasileiro em ação, conseguiu a rendição do General Estigarribia, em setembro de 1865, podendo assim dispor do território uruguaio, para através dele invadir o Paraguai. O General Osório foi o militar de maior prestígio da região do Prata.

Após a rendição de Uruguaiana, tornou-se ele Marechal de Campo. Traçou pessoalmente, os planos que romperam a defesa paraguaia na batalha de Tuiuti, em 1866. Combateu nas batalhas de Itororó e Avaí, sendo promovido a marechal após a guerra. Recebeu o título de barão, pelo imperador Dom Pedro II, e posteriormente, de Marquês de Herval. Elegeram-se Senador pelo Rio Grande do Sul, em 1877. No ano seguinte, passou a ocupar o cargo de Ministro da Guerra, assim permanecendo até a sua morte, ocorrida em 1879 no Rio de Janeiro.

Atualmente, a rua General Osório não guarda nenhuma lembrança da rua do Sebo de outrora. As antigas residências, construídas de taipa, com as fachadas principais, geralmente de alvenaria de tijolos, foram todas substituídas por prédios comerciais e estabelecimentos bancários.

É que a antiga rua do Sebo se esqueceu das primitivas “quitandas”, onde era comercializada a carne fresca. Esqueceu também do movimento da rapaziada, que no final das tardes passeava naquelas velhas calçadas, sempre na esperança de conseguir um disfarçado e fugaz encontro com a mulher amada.

Rua Professor Zuza

A atual Rua Prof. Zuza está localizada na Cidade Alta, entre as ruas Dr. Heitor Carrilho e Apodi, no trecho compreendido entre as ruas José de Alencar e de Santo Antônio.

Não foi possível identificar as denominações anteriores daquele antigo logradouro público, incluído na Zona de Preservação Histórica de Natal. É provável que tenha recebido o atual topônimo em data posterior a 1922, ano do falecimento de seu eminente patrono.

54

José Emerenciano, carinhosamente conhecido como professor Zuza, devotou-se com afeto à educação. Dedicou 53 anos de sua vida, abnegadamente ao magistério. Iniciou suas atividades, como professor público estadual, em 1869, na cidade de Natal, cargo que exerceu até 1908, ano em que ocorreu a reforma do ensino. À época, foi posto em disponibilidade, afastado involuntariamente da profissão a que se dedicava com amor e devoção. Não aceitou a inatividade e passou a lecionar em escolas diurnas e noturnas municipais, desta cidade.

O professor José Emerenciano era casado com Inácia Florinda Emerenciano, tendo sido pai de 7 filhos. Acometido de grave enfermidade, o professor Zuza faleceu aos 17 de maio de 1922, com 77 anos. Seu sepultamento realizou-se às 8:00 horas do dia seguinte ao óbito, no Cemitério do Alecrim, no túmulo nº 20 da Confraria do Senhor dos Passos, da qual era um dos mais antigos irmãos. O enterro, de acompanhamento numeroso, contou com as presenças do reverendo Monsenhor Pegado, Governador do Bispado, chefes do serviço público federal e estadual, Irmandades do Santíssimo Sacramento e dos Passos. A oração de despedida foi pronunciada pelo professor Severino Bezerra, em nome da Associação dos Professores.



MADE ALTA
NATAL/RN



RUA PROFESSOR ZUZA
(ATUAL ESPAÇO CULTURAL RUI PEREIRA)

2019



Rua Dr. Heitor Carrilho

Entre as atuais ruas professor Zuza e João Pessoa, encontra-se como prolongamento da General Osório, a rua Dr. Heitor Carrilho. Conhecida originalmente como “o beco em frente à Igreja de Santo Antônio”, a referida rua recebeu posteriormente a denominação de travessa de Santo Antônio, através do decreto municipal de 13 de fevereiro de 1888.

Na 2ª metade do século XX, aquele logradouro público passou a chamar-se Dr. Heitor Carrilho, em homenagem ao médico natural deste Estado, nascido em Natal, a 21 de março de 1891. Era filho de José Calistrato Carrilho de Vasconcelos e de sua primeira esposa, Maria Terceira Pereira Carrilho.

Heitor Carrilho realizou seus estudos secundários no Atheneu Norte-Rio-Grandense, entre 1902-1905, seguindo posteriormente para o Rio de Janeiro, onde veio graduar-se em Medicina, em dezembro de 1911, especializando-se em Psiquiatria. Pertenceu ao Conselho Previdenciário do Rio de Janeiro, sendo considerado uma das maiores autoridades brasileiras no campo da Psiquiatria Criminal. O tema estimulou o Dr. Carrilho à realização e publicação de vários trabalhos científicos.

O Dr. Carrilho dirigiu o Manicômio Judiciário e o Sanatório do Rio de Janeiro, tendo também prestado serviços como professor da Faculdade de Medicina de Niterói e da Faculdade de Ciências Médicas. Foi ele, sócio da Academia Nacional de Medicina e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na categoria de sócio correspondente, desde 12 de junho de 1930.

Dr. Carrilho era casado com Virgínia Ribeiro Carrilho, sendo pai de uma única filha, Virgínia Carrilho Santoro, esposa de Elva Santoro, diretor da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

Na ocasião de Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais, prestou relevantes auxílios à construção do Hospital de Psicopatas de Natal. Faleceu no dia 20 de maio de 1954, no Rio de Janeiro, onde residia.

Rua e Travessa Ulisses Caldas

58



A Travessa Ulisses Caldas, localizada na Cidade Alta, inicia-se à margem direita do rio Potengi. Trata-se de um beco muito estreito, cercado de casas residenciais que não guardam nem vestígios de sua primitiva arquitetura colonial. À altura da praça 7 de Setembro, a travessa Ulisses Caldas recebe a denominação de rua D. Pedro I.

No prolongamento da rua D. Pedro I, tem início a partir da rua da Conceição, a rua Ulisses Caldas, que seguindo em direção ao nascente termina na avenida Deodoro. Daí para frente, surge a rua Mossoró, que é um prolongamento da Ulisses Caldas.

Esta, originalmente era conhecida como a “Travessa do Correio de Natal”. O decreto Municipal de 13 de fevereiro de 1888, determinou a substituição daquele primitivo topônimo, para a rua Ulisses Caldas, e assim, permaneceu até os dias atuais.

Ulisses Olegário Lins Caldas nasceu no município de Assu/RN, aos 5 de maio de 1846, filho do alferes Francisco Justiniano Lins Caldas e de Maria Gorgonha de Holanda Wanderley. Ulisses serviu fielmente à Pátria, alistando-se como voluntário, indo combater na guerra contra o ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopes. Contava Ulisses, então, menos de 20 anos de idade.

No período sangrento da Guerra do Paraguai, Ulisses Caldas, apesar de sua juventude, foi um “exemplo de coragem, de tenacidade, de sangue frio perfeito”. Não se deixava abater, encorajando com entusiasmo aos seus companheiros de luta.

Ulisses Caldas recebeu, por determinação do imperador D. Pedro II, a condecoração da Imperial Ordem do Cruzeiro, em reconhecimento aos seus atos de bravura e amor à Pátria. Faleceu como herói, em pleno campo de batalha, no dia 7 de novembro de 1866.

No ano seguinte, Luís Wanderley, conterrâneo de Ulisses Caldas, dedicou-lhe os seguintes versos:

“Porém depois da vitória

Morreu... Que resta! Uma cruz!

Uma página da História,

Escrita com muita glória,

Cercado de muita luz!... “

Ao longo dos anos, a rua Ulisses Caldas sofreu grandes modificações. Perdeu os trilhos onde passavam os bondes. Seu calçamento, de pedras irregulares, foi revestido com pavimento de asfalto. O casario todo modificado. Sobrevive o prédio da Prefeitura Municipal do Natal, inaugurado em 7 de setembro de 1922, por ocasião dos festejos comemorativos ao Centenário da Independência do Brasil.

Foi aquele prédio construído no local da antiga Intendência Municipal, que funcionava em um edifício de planta quadrangular, desenvolvido em um único pavimento e que apresentava uma água furtada. Posteriormente o prédio recebeu um frontão neoclássico, apoiado em colunas com capitéis jônicos.

O atual prédio da Prefeitura Municipal do Natal, de inspiração eclética, foi projetado pelo arquiteto italiano Miguel Micucci. Defronte ao prédio existiu uma bela edificação, com platibanda e ornatos de massa, a qual resistiu até a construção do novo prédio da Assembleia Legislativa, na década de setenta.

Na esquina das ruas Ulisses Caldas e Vigário Bartolomeu, existia o Potiguarânia, um café muito frequentado em Natal, no início do século XX. Defronte ao Potiguarânia, ficava o Royal Cinema, que proporcionou muita alegria, tendo sido motivo de inspiração para a valsa Royal Cinema, de Tonheca Dantas.

Tratava-se de um amplo e belo prédio, que ocupava a esquina das ruas Ulisses Caldas e Vigário Bartolomeu, chegando até ao prédio da Prefeitura. Durante muitos anos, foi o único cinema de Natal. Os filmes mudos de então, eram orquestrados por Otávio Pinto, Jessé Café, José Herôncio e Paulo Lira. A sessão noturna somente começava com a presença de Ana Maria Cascudo, mãe do saudoso Luís da Câmara Cascudo.

Nada restou dos antigos prédios da rua Ulisses Caldas. O comércio impôs a reforma total do seu casario.

Rua Quintino Bocaiúva

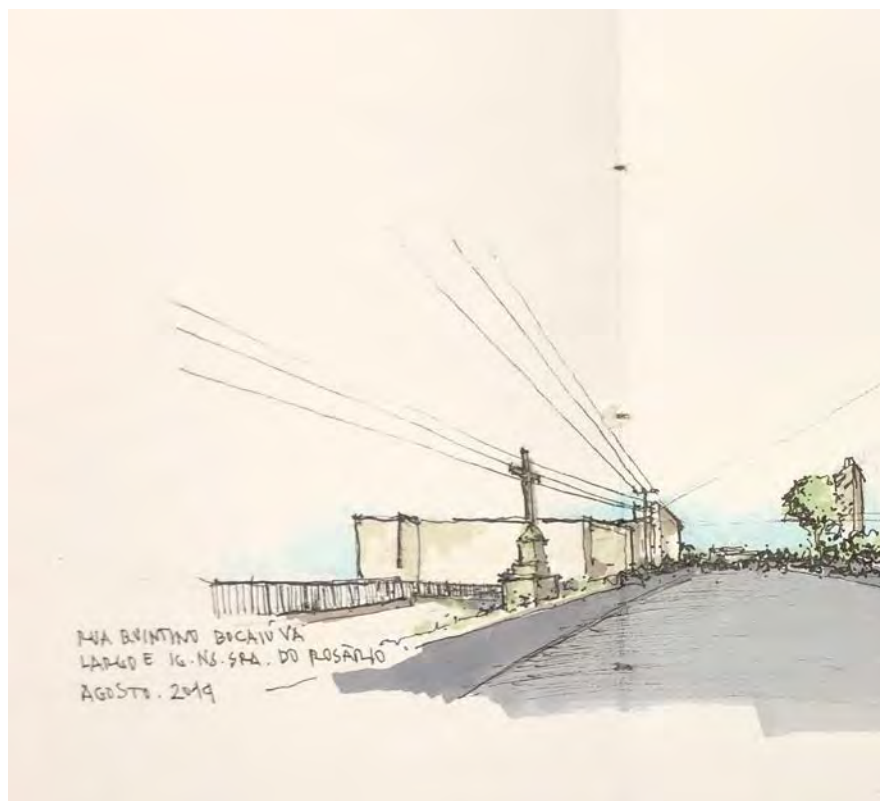
O primeiro registro de concessão de terras, na atual Rua Quintino Bocaiúva, na Cidade Alta, data de 3 de novembro de 1706, cujo beneficiário foi Antônio Henrique de Sá: “na sua fronteira se quer fundar a Igreja de Nossa Senhora do Rosário”.

É desconhecida a data de fundação do templo existente naquela rua, sabendo-se apenas que, em 2 de julho de 1714, a Igreja já estava concluída. Na referida data, o vigário da Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, o reverendo padre Simão Rodrigues de Sá, requeria ao Senado da Câmara do Natal, “terras devolutas defronte ao cruzeiro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, indo pela estrada que vai desta Cidade para a Ribeira”.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que tão bem representa nossa arquitetura tradicional, foi o segundo templo católico construído em Natal, constituindo-se a mais importante edificação da rua onde acha-se implantada.

Em 1º de agosto de 1714, Antônio Henrique de Sá requeria terreno “junto às testadas e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos... até o caminho que vai do porto do Madeira por detrás dos quintais desta Cidade”. Segundo o pesquisador Olavo de Medeiros Filho, o porto do Madeira deve corresponder ao local onde se encontra a Pedra do Rosário.

Observa-se a preferência de religiosos, pelas terras localizadas nas proximidades da Igreja do Rosário. Primeiramente foi o próprio vigário da matriz. Em seguida, no mesmo ano, a 1º de agosto de 1714, foi a vez da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, também requerer terras naquela rua, “em as quais quer a dita Irmandade e Confraria fazer uma morada de casas, para aumento de sua igreja”. Em 7 de maio de 1723, foi a vez do padre Antônio Rodrigues Fontes, que obteve uma data “entre as terras da Capela de Nossa Senhora do Rosário e o Barreiro”.



Quase 60 anos após o primeiro requerimento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a referida confraria fazia uma nova solicitação de sesmaria. Afirmava “que em 40 braças de terras, de que estava de posse a mesma Soberana Senhora há muitos anos... ficando aquela Senhora perdendo aquelas braças de terra, por ficarem para o bem público”.

É provável que a igreja tenha dado nome à rua, logo nos primeiros anos do seu funcionamento; porém o topônimo rua do Rosário somente surgiu oficialmente, quase um século depois da inauguração do templo.



Em 22 de novembro de 1808, o soldado João José de Brito requeria terras “na rua do Rosário, ao correr das casas de Francisco Lázaro”. Até o ano de 1826 apareceram registros de concessões de terras na rua do Rosário. Em 1888, um decreto municipal substituiu a denominação original, rua do Rosário, para rua Quintino Bocaiúva.

Quintino de Souza Ferreira nasceu no Rio de Janeiro, em 1836. Foi político, jornalista e dramaturgo, um dos principais vultos da propaganda republicana no Brasil. Iniciou o curso de Direito, em São Paulo,

porém, por dificuldade financeira não chegou a concluí-lo. Voltou ao Rio de Janeiro, passando a dedicar-se ao jornalismo e à literatura. Fundou o jornal “A Honra”, de princípios republicanos, ocasião em que passou a adotar o sobrenome Bocaiúva.

Com o fim da Guerra do Paraguai, Bocaiúva dedicou-se à propaganda de suas ideias republicanas. Publicou um violento manifesto, no primeiro número do jornal “A República” do Rio de Janeiro. Quintino Bocaiúva colaborou com vários jornais, fundando em 1874 “O Globo”. Em 1889 foi eleito presidente do Partido Republicano. Ocupou as pastas da Agricultura e das Relações Exteriores, no Governo Provisório da República. Em 1890 foi eleito Senador pelo Estado do Rio, cargo a que renunciou após a aprovação da Constituição de 1891.

No ano seguinte foi reeleito, permanecendo no Senado até 1899. Voltou, em 1909, permanecendo no cargo até o seu falecimento, ocorrido em 1912. Como dramaturgo não foi considerado brilhante. Publicou “Estudos Críticos e Literários”, além de várias traduções de óperas e comédias. Ficou conhecido como o “Príncipe dos Jornalistas Brasileiros”, e o “Patriarca da República”.

Como se pode observar, apesar dos seus valores morais e profissionais, não teve participação na história da gente potiguar. Seu nome representa um momento de euforia política, vivenciado pelo povo brasileiro, na fase de transição marcada pelo fim do Império e a Proclamação da República. Fato que não justifica o merecimento de denominar uma das ruas de Natal. O mais grave foi o fato de vir a substituir a denominação de uma tradicional rua da Cidade, de relevante importância para o povo natalense.

Para resgatar a memória da cidade, é necessária a reparação desse erro. Restituir a denominação original de rua do Rosário, àquele tradicional logradouro público da Zona de Preservação Histórica de Natal.

Rua Padre João Manuel

A Rua Padre João Manuel, está localizada na Cidade Alta, iniciando-se na rua D. Pedro I (que é um prolongamento da Ulisses Caladas) e terminando no entroncamento com a atual avenida Câmara Cascudo. Desenvolve-se inicialmente na parte mais alta do outeiro onde nasceu a Cidade, descendo em direção à Ribeira até encontrar-se com a Câmara Cascudo, na praça das Mães.

Trata-se de um antigo logradouro público, incluído no Centro Histórico de Natal. Já existia em 1714, pois no dia 2 de julho daquele ano, o Senado da Câmara do Natal concedia ao padre Simão Rodrigues de Sá, terras naquele logradouro, na esquina com a atual rua Quintino Bocaiúva.

As concessões de terras se sucederam ao longo de todo o século XVIII. Em 7 de maio de 1723, o beneficiário foi outro sacerdote, o padre Antônio Rodrigues Fontes. Em 5 de setembro de 1770, foi a vez de Manuel Gonçalves Branco. Em 2 de dezembro de 1780, do coronel João de Barros Coelho. Em 2 de maio de 1782, foram contempladas com terras concedidas pelo Senado da Câmara, Ana Maria, Eugênia e Úrsula Patrícia. Em 2 de julho de 1785, o oficial de sapateiro José Gomes da Costa. Em 3 de outubro de 1787, Antônio José de Vasconcelos. Em 20 de agosto de 1791, Francisco Manuel Álvares Cabral. Finalmente, a última concessão de terras naquela rua, cujo registro ainda existe, ocorreu em 23 de dezembro de 1791, cujo beneficiário foi Roberto Costa Gomes.

Todos os registros de datas concedidas pelo Senado da Câmara, referentes àquela rua, descrevem-na como “o caminho da Ribeira, que vai pelo Rosário”. Denominação espontânea, que deve ter perdurado por muitos anos. Não foram encontradas informações sobre os topônimos anteriores ao atual.

O padre João Manuel de Carvalho nasceu em Natal, aos 26 de dezembro de 1841. Era filho do capitão João Manuel de Carvalho e Quitéria de Moura Carvalho. Iniciou os primeiros estudos em Natal, ingressando em seguida no Seminário do Maranhão, onde

concluiu o Curso Superior de Filosofia e Teologia. Recebeu as ordens pelo 18º bispo de São Luís do Maranhão, Dom Luís da Conceição Saraiva, no ano de 1865.

Foi ele também jornalista, colaborando de modo literário em vários jornais de Natal e do Rio de Janeiro. Foi fundador do periódico “O Recreio” e proprietário de “A Gazeta de Natal”. No Rio de Janeiro fundou o jornal “Quinze de Julho”.

João Manuel foi um sacerdote político e uma das figuras de destaque na política da Província, no tempo do Império. Chefe do Partido Conservador, deputado provincial, nos biênios de 1866-1867, 1870-1871 e 1876-1877. Foi ainda 2º secretário e vice-presidente da Assembleia e Diretor da Instrução Pública. Desligado do Partido Conservador, João Manuel aderiu à causa republicana, sem procurar aproximação com o Partido Republicano, formado por Pedro Velho, em Natal.

O padre João Manuel faleceu no Rio de Janeiro, a 30 de maio de 1899, quando atuava como pároco da Candelária.

A rua padre João Manuel, no seu trecho entre a Quintino Bocaiúva e a Câmara Cascudo, apresenta um acentuado declive. No início da descida, ainda resiste ao tempo um antigo prédio, de linhas neoclássicas. No referido prédio funcionou o Dispensário Sinfrônio Barreto, casa destinada a prestar assistência aos desvalidos. O nome escolhido para o dispensário, foi uma homenagem ao homem que dedicou sua vida à prática da caridade.

Sinfrônio Barreto nasceu no ano de 1853, em Floresta, PE, filho de Leandro Paes Barreto, revolucionário praiano. Foi voluntário da Pátria, na Guerra do Paraguai. De volta, ingressou no Seminário do Recife, transferindo-se depois para o da Paraíba, não chegando a concluir os estudos eclesiásticos. Abandonou o Seminário e veio morar em Natal, onde vivia com o irmão Juvino Barreto.

Em Natal, Sinfrônio passou a residir em um pequeno cômodo, debaixo da torre da Igreja de Santo Antônio, dedicando-se com humildade e fervor à assistência aos pobres. Durante quase vinte anos, presidiu o grupo Vicentino da Ribeira. Depois da missa diária, Sinfrônio seguia a pé em visita aos pobres, a quem levava consolo e tratava de feridas, distribuindo remédios e alimentos. Era “um soldado de Cristo, em luta perpétua contra a miséria”.

Na visão do historiador Luís Câmara Cascudo, Sinfrônio Barreto era: “baixo, gordo, calvo, moreno, o rosto picado de cicatrizes de bexigas, os olhos pretos e falando depressa, engasgando-se quando queria falar com maior rapidez”.

Faleceu às 8:30 horas da noite de 2 de outubro de 1919, na travessa Juvino Barreto, em Natal. O dispensário da rua Padre João Manuel adotou Sinfrônio Barreto como seu natural e legítimo padroeiro.



RUA PADRE JOÃO MANOEL - NATAL / RN
ARIANNE CONSTANTINO
08/2019

Praça das Mães

A atual Praça das Mães está localizada no vértice formado por dois importantes logradouros públicos, do Centro Histórico de Natal: a atual Av. Câmara Cascudo e rua Padre João Manuel.

Naquele entroncamento, em 1599, foi chantada uma cruz que assinalava o limite norte do sítio da Cidade. O limite sul era marcado por um cruzeiro, a Santa Cruz da Bica, cuja réplica acha-se ainda implantada no mesmo local. A cruz da atual Praça das Mães foi destruída e nunca mais recuperada, porém se mantém viva na documentação de outrora.

Em 30 de janeiro de 1790, o Senado da Câmara do Natal concedia a Ricardo Wittshire, cinco por dez braças de terra, “no apartamento dos dois caminhos que vão desta Cidade para a Ribeira, entre a cruz e as casas de dona Engrácia... com a frente para a Ribeira, e o fundo para o oitão de dona Engrácia”.

Francisco Gomes de Albuquerque, o Chico Bilro, conhecedor das tradições de Natal, informava que por volta de 1872, o cruzeiro que marcava o limite norte da Cidade ainda se encontrava no mesmo lugar, “diante da casa de Aninha Cambada, que o vendia rapé. A cruz demorava entre esta casa e a casinha de Antônio Quebra Canela”.

No início do século XX, ali construiu-se uma linda pracinha, arborizada, ajardinada e cheia de banquinhos. Em 7 de setembro de 1911, ergueram na praça a herma de Pedro Velho, projetada e confeccionada por Corbiniano Villaça. O busto de Pedro Velho permaneceu no “square” por quase meio século, sendo posteriormente removido para a praça que tem o seu nome.

Em 8 de maio de 1960, Dia das Mães, aquele local foi solenemente inaugurado sob a denominação de Praça das Mães, na gestão do Prefeito José Pinto

Freire. Na solenidade, que contou com um grande número de pessoas, foi também inaugurado o Monumento às Mães, constituído por um painel de azulejo e ferro fundido, de autoria do artista plástico Dorian Gray. O monumento foi patrocinado pela Prefeitura e inaugurado pelo então governador, Dinarte Mariz.

Maria Amélia de Lemos Soares, esposa do desembargador Antônio Soares de Araújo, descerrou o monumento, enquanto Diva Mariz e Dolores de Medeiros Freire colocavam uma coroa de flores aos pés da escultura. Na ocasião discursaram Dinarte Mariz, José Pinto Freire, Câmara Cascudo, Dorian Gray, além da poetisa Palmira Wanderley, Clotilde Madruga e Carlos Serrano recitarem poesias, ainda como parte comemorativa do evento.

Um ato de beleza filial presenciado com emoção pelos presentes, foi o momento em que Dinarte Mariz colocou junto do monumento, uma rosa branca, indicando que sua mãe ainda se encontrava viva, e Antônio Soares de Araújo uma rosa vermelha, simbolizando orfandade.

Compareceram àquela solenidade representações do Colégio Estadual, Escola Doméstica, Escola Normal, Colégio da Conceição, Escola Profissional Feminina, Colégio Maria Auxiliadora, Colégio Salesiano e os Escoteiros do Alecrim, além de autoridades civis e militares e o povo em geral.

O monumento metálico resistiu pouco mais de vinte anos à falta de manutenção e às depredações. Em 1985 foi inaugurado um novo painel, daquela vez de azulejo, pintado pelo mesmo artista Dorian Gray.





Rua São Tomé

A atual Rua São Tomé está localizada entre os bairros da Cidade Alta e Ribeira, paralela à avenida Câmara Cascudo, em um trecho compreendido entre as ruas Coronel José Bezerra e Juvino Barreto.

Rua do Quartel de Linha foi a sua primitiva denominação, originada pelo fato de ali existir o antigo Quartel da Companhia de Linha. O prédio do quartel resistiu até os meados do século XX. No mesmo local, está edificado hoje o Colégio Estadual Winston Churchill.

O capuchinho francês Frei Claude d'Abbeville, em seu livro "História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas", impresso em Paris em 1614, informava que o indígena potiguar Japiáçu lhe dera informações acerca de um rochedo no rio Pottiú (Potengi), onde se conservava a impressão de uma pegada do profeta Sumé.

Sumé era um personagem da mitologia indígena, que segundo a lenda ensinara as técnicas da agricultura dos índios. Japiáçu fazia parte de um numeroso grupo de potiguares, fugidos da Capitania do Rio Grande, à época da chegada do capitão-mor Manuel Mascarenhas Homem, no final de 1597.

A Igreja Católica, com propósitos religiosos, transformou Sumé em São Tomé, a fim de facilitar a catequese dos primitivos habitantes da nossa terra. A marca da pegada de um dos pés de Sumé ficava localizada em um rochedo na margem direita do Potengi, no terreno hoje ocupado pelo Colégio Salesiano.

No local onde se encontrava a pegada de São Tomé existia uma cacimba, cuja primeira referência documental data de 1º de outubro de 1765, quando Matias Ferreira requereu um terreno ao Senado da Câmara de Natal, "entre as casas que foram do Licenciado Manuel Pinto, no caminho da Ribeira, e uma cacimba que chamam de Santo Tomé".

Um dos principais pontos de abastecimento de água de Natal, a cacimba de São Tomé mereceu a atenção de diversos presidentes da Província, que nela realizaram serviços de recuperação e conservação.

Henrique Pereira de Lucena, quando presidente da província, reformou a cacimba em 1872, nela colocando uma placa de mármore alusiva ao fato. Tal placa encontra-se atualmente guardada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Depois de 1885, a cacimba ficou dentro de propriedade particular.

À época em que foi dono da cacimba, encravada em sua bela chácara, Juvino Barreto mandou abrir uma outra cacimba, a fim de não prejudicar o abastecimento d'água da população moradora no bairro da Ribeira.

O Decreto Municipal de 13 de fevereiro de 1888, que reviu a toponímia da Cidade, consagrou o desejo da população natalense, conferindo à rua anteriormente denominada de Rua do Quartel de Linha, o nome de rua São Tomé.

Apesar de possuir algumas edificações novas e reformadas a rua São Tomé conserva ainda alguns prédios, de expressivo valor arquitetônico. A manutenção desses edifícios, na paisagem urbana de Natal, garante a preservação da memória cultural da Cidade.



Rua Juvino Barreto

A atual Rua Juvino Barreto está localizada no bairro da Ribeira, perpendicular à praça Augusto Severo, no trecho compreendido entre as avenidas Câmara Cascudo e Deodoro da Fonseca.

No final do século XIX, a rua já existia e era conhecida pela denominação de Beco do Tecido, em razão da presença da Fábrica de Tecidos, logo depois do beco. No local da fábrica acha-se atualmente instalada uma agência da Caixa Econômica Federal.

68

O Beco do Tecido era o limite máximo entre o Xarias e os Canguleiros, que nutriam uma rivalidade que durou por dezenas de anos. Era inexplicável aquela separação, pois as famílias da Cidade Alta e da Ribeira conviviam pacificamente. A meninada, encontrando um morador do bairro contrário, expulsava-o imediatamente, aos gritos de “Xaria não desce!” ou “Canguleiro não sobe!”.

Grandes grupos de canguleiros subiam a ladeira, armados, para assistirem à Festa da Padroeira. Depois de terem participado dos atos religiosos e profanos, sabiam que a batalha era inevitável no Beco do Tecido.

A denominação da rua Juvino Barreto, dada àquele logradouro público, foi posterior ao ano de 1901, quando faleceu o seu patrono. Juvino César Paes Barreto nasceu no município pernambucano de Aliança, a 2 de fevereiro de 1847, filho do coronel Leandro César Paes Barreto, republicano e insurgente da Revolução Praieira (1848), e Umbelina de Medeiros César.

Aos 10 anos de idade, Juvino ficou órfão de pai e passou a trabalhar como caixeiro viajante, em um estabelecimento de Nazaré/PE. À noite, ele ainda trabalhava em uma pequena oficina de encadernação, instalada em sua própria residência. Em 1869, associou-se ao irmão Júlio Barreto, estabelecendo-se em Macaíba, neste Estado.

Juvino Barreto casou-se em 28 de janeiro de 1873, com Inês Augusta Paes Barreto, filha de Amaro Barreto. Transferindo-se para o Recife, ali passou a dirigir a firma Júlio & Irmão. Voltou em seguida, passando a residir com o sogro e com um cunhado, Fabrício Maranhão, no Porto de Guarapes, em Macaíba.

Juvino sonhou um dia construir uma fábrica de tecidos em Natal. Tirou proveito das Leis nº 732, de 9 de agosto de 1875 e 773, de 9 de dezembro de 1876 e dispôs de 8.000 metros quadrados de terreno, no começo da então Rua da Cruz.

Comprou na Inglaterra as mais modernas máquinas existentes na época, com o compromisso de pagá-las com os lucros obtidos.

Em 24 de maio de 1886, lançou a pedra fundamental do edifício fabril, em cerimônia presidida pelo presidente da província, José Moreira Alves da Silva. A fábrica foi inaugurada em 21 de julho de 1888. Junto à fábrica, Juvino construiu vila, escola, capela e prestou assistência médica completa aos seus operários.

Segundo Câmara Cascudo, Juvino Barreto era um homem “pequeno, forte, moreno, barba cerrada, sempre de casimira, com um revólver metido entre a calça e o colete, revólver que jamais disparou”.

Juvino Barreto, era católico fervoroso, caridoso e de grande visão social, tendo sido considerado um modelo ideal de patrão. Foi o fundador da “Liberadora Macaibense”, conseguindo um grande número de alforrias de escravos. Foi condecorado com a Imperial Ordem da Rosa, pelos serviços prestados à causa abolicionista. Também foi sócio do Clube do Cupim e Oficial Superior da Guarda Nacional.



Em frente à sua fábrica, Juvino construiu um notável palacete, que hoje abriga o Colégio Salesiano São José, e ali criou seus 14 filhos. A casa foi construída em um imenso sítio que abrangia todo um quarteirão.

Ainda em vida Juvino doou, conjuntamente com a esposa, Inês a casa com todas as benfeitorias existentes na chácara, à Ordem dos Salesianos, que somente poderia entrar na posse do imóvel, após o falecimento do cônjuge sobrevivente.

Juvino Barreto, conhecido como o “pai dos pobres”, faleceu em sua residência, em 9 de abril de 1901. A cerimônia triste, grandiosa e solene do enterro, contou com a presença de quase 3.000 pessoas. Naquele dia o comércio foi fechado.

A rua que possui o seu nome, não apresenta exemplares representativos da arquitetura de outrora.



Av. Câmara Cascudo e Largo Junqueira Aires

(antiga Av. Junqueira Aires)

70

Até o início do século XVIII, a Ribeira era uma região pantanosa, alagada por um braço do rio Potengi. Os limites da cidade eram marcados pelas cruzeiras plantadas na Santa Cruz da Bica, ao sul e uma outra ao norte, no local atualmente conhecido como Praça das Mães, na bifurcação da Avenida Câmara Cascudo e rua Padre João Manuel.

A primeira referência documental sobre o “Caminho que ia para a Ribeira”, a atual avenida Câmara Cascudo, data de 3 de julho de 1716, quando o Senado da Câmara do Natal concedeu terreno ao ajudante Matias Quaresma, “que queria fazer duas moradas de casas, ao sopé do Outeiro e caminho que vai para a Ribeira desta Cidade, na paragem aonde chamam a Tapera de Maria de São Thomé”.

Durante quase um século, aquele caminho ficou conhecido como a rua ou ladeira da Cruz, situando-se entre os dois únicos bairros natalenses de então: a Cidade Alta e a Ribeira.

Ao longo de todo o século XVIII, há referências a concessão de terras na Ladeira da Cruz. Naquele período, 27 requerimentos foram deferidos pelo Senado da Câmara do Natal, a pessoas interessadas em construir casas naquela ladeira.

No requerimento formulado por José dos Santos, de 4 de junho de 1729, há alusão à existência de coqueiros e cajueiros naquele antigo e tradicional logradouro público. Vicente Rodrigues Viana, em 20 de fevereiro de 1735, fazia referência ao mangue e ao baldo, presentes na Ribeira.

Em 15 de novembro de 1747, já era registrada a existência de uma grande ponte sobre o alagado da Ribeira. Novas referências sobre o mangue, a ponte e as salinas que aproveitavam as águas salgadas do braço do rio, são feitas no requerimento de concessão de terras formulado pelo Condestável da Fortaleza dos Reis Magos, Francisco Correia de Araújo, em 15 de junho de 1748. Em 1º de outubro de 1765, Matias Ferreira referia-se à existência da Cacimba de São Thomé.

O documento de concessão de terras, pelo Senado da Câmara do Natal, feita a João da Costa Santiago, em 11 de dezembro de 1782, referia-se ao “aterro da Ladeira”. Em 12 de maio de 1790, Fidélis José da Rocha, como proprietário de terras na Ladeira da Cruz desde 13 de fevereiro do mesmo ano, requeria “terras desapropriadas e inúteis para edifícios pelas concavidades ignotas que em si têm... cercando-as para plantas e legumes, que por esse tempo costumam neste continente florescer e fecundar com utilidade”.



NQUEIRA AIRES/
CÂMARA CASUDO

Renata
2019

No século XIX houve concessão de terras a 6 beneficiários, na então Rua do Aterro. Primeiramente o Capitão Luís José de Medeiros, em 22 de abril de 1809, “na rua que desce para o aterro... por onde passa o comércio que vai para a várzea da dita Ribeira”. O último registro de concessão de terra naquele logradouro, data de 20 de novembro de 1824, cujo beneficiário foi Bernardo Luís Álvares.

Até a primeira metade do século XIX existiram poucos moradores na ladeira. Em 9 de dezembro de 1859 foi expedido pelo Palácio do Governo, um ofício assinado por João José de Oliveira Junqueira, dirigido aos vereadores da Câmara Municipal do Natal. O referido ofício recomendava a construção de casas particulares no lado do poente da Rua do Aterro até o rio, local considerado “próprio para edifícios de casas particulares em um bairro comercial que tanto carece delas”. Entretanto, exigia-se que fossem respeitados os alinhamentos das casas já existentes e conservado um espaço de 60 palmos, entre as edificações e o rio, visando à construção de uma rua e do cais.

Recomendava-se também que os moradores de tais casas ficassem obrigados a fechar seus quintais com muros. O alinhamento dos muros deveria ser rigorosamente regular e em uma das extremidades do aterro ficaria uma rua com 50 palmos, comunicando-se com o cais.

Até o último quartel do século XIX, aquela rua recebeu sucessivas denominações: Aterro, Ladeira, Subida da Ladeira, rua da Cruz. Manuel Januário Bezerra Montenegro, vice-presidente da Província, em exercício, referia-se àquele logradouro como sendo a Rua da Cruz, em seu relatório de 4 de dezembro de 1878. O decreto municipal de 13 de fevereiro de 1888, conservou o mesmo topônimo.

Posteriormente ao ano de 1888, a antiga Rua da Cruz recebeu a denominação de Conselheiro João Alfredo.

João Alfredo Correia de Oliveira, pernambucano de Goiana, nasceu em 1835. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, aos 25 anos de idade.

Antes de ingressar na política, João Alfredo foi delegado de polícia, promotor público, juiz municipal e de direito. Em 1859, elegeu-se deputado em sua cidade, e por duas vezes foi eleito deputado geral. Ocupou os cargos de Presidente da Província do Pará (1869-1870), Ministro do Império (1871-1875), Senador (1877), Presidente da Província de São Paulo (1885-1886). Em seguida presidiu o penúltimo Gabinete Conservador da Monarquia, em 1888. No período republicano, assumiu a presidência do Banco do Brasil. Faleceu ele no Rio de Janeiro, em 1919.

A Resolução nº 28, de 5 de março de 1896, da Intendência Municipal do Natal, substituiu a denominação de Conselheiro João Alfredo, para Rua do Dr. Junqueira Aires:

“Considerando que o cidadão João Alfredo Correia de Oliveira, como signatário do Manifesto Restaurador-documento que embora sem eco na opinião pública, constitui uma afronta à consciência nacional mostra-se infenso à felicidade da Pátria;

Considerando que bem e legitimamente tem merecido do Estado o Dr. Junqueira Aires, tanto pela sua lealdade republicana, como pela relevância dos seus serviços no Congresso Federal;

RESOLVE:

Art. 1- A rua conhecida nesta capital pela denominação de - Conselheiro João Alfredo, passa nesta data, a chamar-se rua do Dr. Junqueira Aires.

Art. 2 - Revogam-se as disposições em contrário”.

A Resolução acima foi assinada na Sala das Sessões do Conselho Municipal da Cidade do Natal, em 5 de março de 1896, pelo Vice-Presidente da Intendência, Olympio Tavares. Após a sessão, uma comissão constituída por vários membros da Intendência foi pessoalmente levar uma cópia da Resolução à residência de Junqueira Aires.

Luís Francisco Junqueira Aires de Almeida nasceu na Bahia, em 1860. Descendia ele de família ilustre, de grande projeção na política, letras e ciências. Era filho de Junqueira Aires de Almeida Freitas, poeta e juriconsulto. Em 1881, Junqueira Aires graduou-

-se em Engenharia Civil, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Retornou em seguida à Bahia, sendo eleito, por um biênio, à Assembleia Provincial. Posteriormente representou a Bahia, no Império, como deputado geral.

Junqueira Aires destacou-se como orador brilhante, tribuno genial e admirável pensador. À época da Proclamação da República, encontrava-se em Minas Gerais, afastado do cenário político. Com a implantação do novo regime, foi nomeado em 1892, fiscal do Governo junto à Estrada de Ferro Natal - Nova Cruz.

A nomeação de Junqueira Aires, para fiscalizar a referida ferrovia causou grande satisfação ao então Governador Pedro Velho, seu antigo admirador e amigo.

Pedro Velho já se relacionava com Junqueira Aires desde o período acadêmico, no Rio de Janeiro, o primeiro cursando medicina e o outro engenharia. Depois de formados, tomaram rumos diferentes. O reencontro somente ocorreu por ocasião da Proclamação da República.

Em Natal, Junqueira Aires passou a colaborar brilhantemente nas gazetas partidárias, sempre com artigos quentes e vibrantes. Em 1894 foi eleito, por indicação de Pedro Velho, representante do Rio Grande do Norte na Câmara dos Deputados Federais. Foi considerado o mais brilhante orador daquela Câmara.

Luís da Câmara Cascudo assim o descreveu “era o Dr. Junqueirinha uma criatura pequenina, agitada, olhos brilhantes, testa ampla e uma barba à andó. Ninguém o conhecia. Morava longe da cidade, retraído, lendo... Era encantador de simplicidade, de comunicação afetuosa... Seu vocabulário, a rapidez fulminante da dicção, o gesto, a rutilância das imagens, sagraram-no tribuno incontestado”.

Depois de assumir o cargo de deputado federal, Junqueira Aires só retornou uma vez a Natal, em fevereiro de 1896, sendo então recebido, no cais da Alfândega, por amigos e representantes de todas as classes sociais.

Às 12:00 horas do dia 21 de fevereiro de 1896 foi servido um banquete, em homenagem a Junqueira Aires, realizado no Hotel Brasil, com a presença de altas personalidades da política e da administração, presidido pelo Governador Pedro Velho.

Junqueira Aires permaneceu em Natal até o final do mês de março, com o objetivo de assistir à posse de Ferreira Chaves, que deveria assumir o governo do Estado em 25 de março de 1896.

Por ocasião de sua estada em Natal, Junqueira Aires foi acometido de uma terrível enfermidade, que lhe produziu sofrimento. Seguiu para Recife, em busca de tratamento, ali vindo a falecer no dia 10 de maio de 1896, quando contava apenas 36 anos de idade. Natal já havia prestado uma grande homenagem ao brilhante tribuno, denominando de Junqueira Aires, uma das mais importantes avenidas da Cidade.

Até o final do século XIX, ainda era lento o povoamento da Ladeira. Em 1897, a Intendência Municipal de Natal realizou um recenseamento na Cidade. Àquele ano foram registradas 22 casas e 168 habitantes na antiga avenida Junqueira Aires.

O primitivo aterro recebeu posteriormente um revestimento, de pedras soltas. O Prefeito Omar O’Grady retirou aquelas pedras, calçando então a Ladeira com paralelepípedos. Atualmente a avenida apresenta um pavimento asfaltado.

Em 1907, a antiga avenida Junqueira Aires assistiu à passagem dos funerais do seu ilustre e destacado morador, Pedro Velho, cujo velório ocorreu no antigo prédio do Congresso e da Sede da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Rio Grande do Norte.

Em 1908, a Companhia Ferro Carril inaugurava o sistema de transportes urbanos coletivos de Natal. Surgiram os bondes puxados a burro. Os animais desciam e subiam com dificuldade a ladeira, conduzindo os passageiros, no trajeto Ribeira-Cidade Alta. Em 1911 foi inaugurado um novo sistema de transportes; eram os bondes elétricos, que venciam também com dificuldade o acentuado aclave da ladeira. Contam que a meninada passava sebo nos trilhos, apreciando de longe o esforço da robusta máquina.

Até 1935, a então avenida Junqueira Aires era a única via de acesso entre os dois bairros, Cidade Alta e Ribeira. O Prefeito Miguel Bilro, em 1935, prolongou a avenida Rio Branco até encontrar a Ribeira, passando então o natalense a conhecer outro caminho para a mesma.

Vários e importantes prédios de Natal permanecem na paisagem da atual Avenida Câmara Cascudo. Dentre eles o edifício da antiga Companhia de Aprendizes Marinheiros, instalada em 1873, servindo depois à Capitania dos Portos. O prédio teve a sua bela fachada neoclássica restaurada pela Prefeitura Municipal de Natal, surgindo no lugar do antigo prédio uma nova construção, a Capitania das Artes, um novo espaço alternativo para a cultura natalense.

Do início do século XX, existem na avenida expressivos prédios, de relevante valor arquitetônico: a casa nº 377, onde morou Luís da Câmara Cascudo, construída em 1900; o prédio nº 478, onde funcionou a Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Rio Grande do Norte, construído em 1906, pelo arquiteto Herculano Ramos, para sediar o Congresso Legislativo do Estado; o casarão nº 431, construído em 1908, por João Alfredo, posteriormente adquirido pelo coronel Aureliano Medeiros, restaurado pelo Governo do Estado, nele funcionando, hoje, o Centro de Documentação Cultural da Fundação José Augusto; o Solar Bela Vista, construído em 1910, para residência do coronel Aureliano Medeiros, em cuja edificação foi utilizado o que havia de melhor em materiais de construção e de acabamento, em sua maioria importados da Europa; a bela balaustrada decorativa e o relógio, inaugurados em 2 de outubro de 1911, desenhados e construídos por Corbiniano Villaça, que trouxe de Paris todo o material necessário às obras.

Por tudo isso, a avenida Câmara Cascudo é merecedora do título de Corredor Cultural de Natal, e as edificações que a compõem devem ser contempladas com os recursos necessários à sua conservação como obras arquitetônicas, e valorizadas como Patrimônio Artístico e Histórico do Rio Grande do Norte.



VENIDA

CÂMARA CASUDO

NATAL - RN



75

Praça Augusto Severo

76

A primeira referência documental de cessão de terras na atual Praça Augusto Severo, data de 5 de outubro de 1703, cujo beneficiário foi o alferes Antônio da Silva Carvalho, “começando pelo primeiro (mangue) do Salgado até os morros da Fortaleza”. O primeiro mangue do Salgado, corresponde ao terreno atualmente ocupado pela referida praça.

Entre o final do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX, seis outras pessoas foram favorecidas com doações de terras na atual Praça Augusto Severo. As cartas de doação feitas pelo Senado da Câmara de Natal, faziam sempre referência ao alagado, ou ao aterro da Ribeira.

Em 1º de setembro de 1791, Caetano da Costa de Almeida requeria terras “místicas ao aterro da Ribeira”. Em 23 de setembro de 1809, José Joaquim Pereira recebia terras “no princípio do aterro, que vai desde a Cidade para a Ribeira, da parte do nascente”. Em 2 de dezembro de 1815, foi a vez de Antônio José de Souza Caldas: “uma parte de terra, alagada das marés de águas vivas”. O último registro de concessão de terras naquela área, data de 13 de agosto de 1825, cujo beneficiário foi José Joaquim Raposo, “no pé do aterro, da parte do leste”.

Observa-se que, até o final do século XIX, a área correspondente à atual Praça Augusto Severo, não passava de um terreno pantanoso, alagado em grande parte por um braço do Rio Potengi.

Na 3ª década do século XVIII, foi construída uma ponte que seria o único elo de ligação entre a Cidade Alta e a Ribeira, cujo percurso era feito através da atual avenida Câmara Cascudo. Para a edificação da referida ponte, o Senado da Câmara do Natal contratou o mestre de pedreiro Antônio Correia. O mes-

tre contratado deveria seguir as recomendações do Senado da Câmara do Natal, constantes do termo de vereação de 18 de março de 1732: “e fizesse duas paredes de pedra e cal de quatro palmos de alto e quatro palmos de largo, ou que for necessário, em forma que assim fiquem em boa ordem para se fazer por cima uma ponte de madeira, no boqueirão do baldo, que vai desta Cidade para a Ribeira, dando-lhe-se, por tudo fazer perfeitamente dez mil réis, e escravos e materiais para o fazer”.

A ponte existiu até, pelo menos, o último quartel do século XIX, pois encontra-se assinalada em um mapa da Cidade, elaborado em 1864. A ponte apresentava uma extensão de cerca de 120 metros.

O presidente da Província Casimiro José de Moraes Sarmiento, no seu discurso de 7 de setembro de 1847, referiu-se ao “pântano da Ribeira”, informando da necessidade de dessecá-lo das “águas impregnadas de matérias vegetais putrefatas, causando enfermidades”, e que fosse desbastado o denso bosque de coqueiros que circundava o bairro.

Na década de 70, foi realizado um trabalho de saneamento na referida área. Em novembro de 1878, o chefe de polícia, Joaquim Tavares da Costa Miranda, informou o estado em que se encontrava o terreno, antes do início das obras: “no bairro da Ribeira... há um descampado, onde o oceano se espraia sobre plantas rasteiras, capim, algas, ficando ali as águas estagnadas como uma massa lodacenta”. Informou ele ainda, que no istmo de união dos bairros da Cidade Alta e Ribeira, havia uma ponte sobre um canal de água salgada que alagava uma extensa área até “o canavial”. O mencionado canavial corresponde ao terreno atualmente ocupado pelo Colégio Salesiano.



Joaquim Tavares de Miranda também descreveu a área, atualmente ocupada pela praça Augusto Severo, como sendo coberta de ervas e aglomerado de matos, o que dificultava o escoamento das águas ali depositadas.

Com o saneamento da área, foi criada uma pequena praça que recebeu a denominação de praça da República. Em 14 de maio de 1902, a Intendência mudou o topônimo para praça Augusto Severo, em homenagem ao eminente norte-rio-grandense, pioneiro da Aviação.

A Praça Augusto Severo é um dos mais importantes logradouros públicos do Centro Histórico de Natal e o mais belo recanto da Ribeira. No entorno da praça encontram-se os históricos e imponentes prédios

do Teatro Alberto Maranhão (antigo Carlos Gomes), o antigo Grupo Escolar Augusto Severo, a Secretaria Estadual de Saúde (antiga Escola Doméstica) e o Colégio Salesiano (antigo palacete de Juvino Barreto).

A atual denominação da praça representa uma justa homenagem ao norte-rio-grandense, mártir da Ciência, Augusto Severo.

Augusto Severo de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba RN, em 11 de janeiro de 1864. Era filho de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e Feliciano Maria da Silva e Albuquerque. O menino Augusto estudou as primeiras letras em Macaíba, com o professor Manuel Fernandes de Oliveira. Concluiu com brilhantismo o curso secundário de humanidades, em um colégio da Bahia.

Após os estudos preparatórios, Augusto Severo matriculou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1880. Abandonou o curso de Engenharia, no segundo ano, por ter sido acometido de uma grave enfermidade, que o obrigou a voltar para o Rio Grande do Norte.

Em 1882, Augusto Severo associou-se ao seu irmão Pedro Velho, fundando o Ginásio Rio-Grandense, ocupando então os cargos de vice-diretor e professor de matemáticas. Na ocasião ele iniciou as primeiras pesquisas sobre aeroplanos, orientado pelas experiências do aeronauta paraense, Júlio César.

O Ginásio Rio-Grandense fechou em 1883. No ano seguinte, Augusto Severo dedicou-se à vida comercial, no Porto de Guararapes. Em 1888, com sua transferência para Natal, envolveu-se completamente nas agitações políticas da época, participando da Campanha Abolicionista iniciada por Pedro Velho, e na propaganda republicana, revelando na oportunidade seus dotes de orador e jornalista. No mesmo ano, casou-se com Maria Amélia Teixeira de Araújo, falecida no Rio de Janeiro, em 1896.

Após a proclamação do novo regime político, Severo abandonou a vida pública. Foi ele eleito Deputado Local, em 1892, sendo sucessivamente reeleito até sua morte. Simultaneamente, Augusto Severo abandonou seus estudos sobre a dirigibilidade dos balões.

Em 1893, ele conseguiu do Governo Federal, autorização e ajuda financeira para construir um pequeno balão. Seguiu então para o Rio de Janeiro, onde construiu em Realengo, o dirigível “Bartholomeu de Gusmão”. Um dos varões de alumínio que sustentavam a barquinha quebrou, provocando a queda do balão e causando um grande susto no aeronauta.

Embora frustrado, Augusto Severo não desanimou, e em 1901 seguiu para Paris, sonhando construir, com recursos oriundos de donativos generosos dos seus amigos, um aparelho capaz de provar a viabilidade da sua descoberta. “Já estou vendo meu aeróstato, vencedor das tempestades, pairando sobre o mundo como um sinal de paz universal”.

O novo balão denominava-se PAX, medindo 30x12 metros. O PAX, com uma capacidade de 2.000 metros cúbicos, possuía três hélices de propulsão colocadas na proa e popa, duas hélices na frente e atrás da barquinha, que possibilitavam sua direção, e outra no meio. Possuía dois motores, um deles com 20 cavalos (160 quilos) e o outro, com 16 cavalos (100 quilos).

A barquinha foi confeccionada com hastes de bambu ligadas por fios de aço, apresentando ainda, algumas partes de alumínio.

Augusto Severo realizou sua primeira experiência com o PAX, no dia 2 de dezembro de 1901, a 3.000 metros de altitude, atingindo uma velocidade de 200 km/h.

O PAX foi concebido dentro das normas técnicas e o emprego dos materiais disponíveis, de acordo com os recursos do seu inventor. Augusto Severo preparou com dedicação sua exibição oficial, marcada para 12 de maio de 1902.

“Se por grande acaso eu vier a cair, os senhores me verão em pedaços, porque não tenho medalha milagrosa. Creio na Ciência unicamente e não na proteção divina”. Finalmente, a 12 de maio de 1902, sob os céus de Paris, o dirigível PAX, que havia subido obedecendo ao comando do seu inventor, explodiu o motor, a 400 metros de altura, produzindo incêndio na aeronave, o que provocou a sua queda em plena avenida Maine, nas proximidades do Cemitério de Montparnasse. O mecânico Sachet morreu carbonizado e Augusto Severo, com a cabeça e o tronco quase intactos, e os sapatos atravessados pelos ossos das pernas, faleceu cinco minutos após o impacto.

Falecido Augusto Severo, em Paris, seu corpo foi embalsamado e transportado para o Rio de Janeiro, em um caixão envolvido com as bandeiras do Brasil e da França. Chegando ao Brasil em 15 de junho, o corpo foi sepultado no Cemitério de São João Batista, naquele mesmo dia.

Os contrerrâneos de Augusto Severo iniciaram, no mesmo mês, uma campanha popular visando arrecadar recursos para a confecção de uma estátua em homenagem ao ilustre filho da terra. A referida estátua seria colocada na Praça Augusto Severo.

A referida praça, sob a denominação de Praça da República, já existia desde os meados do século XIX, embora apresentando menores proporções, devido à invasão provocada na área pelas grandes marés. Em 1853, Antônio Francisco Pereira de Carvalho já demonstrava a conveniência da construção da praça. Ordenou então, por ocasião da abertura da Assembleia Provincial, que a Câmara Municipal proibisse ali as edificações particulares.

Em 11 de junho de 1904 o Governador do Estado, Tavares de Lira, contratou o arquiteto Herculano Ramos para projetar e realizar obras de aterro e ajardinamento da Praça Augusto Severo. Tamanha foi a satisfação natalense, que logo todos passaram a colaborar com a obra. O negociante Silvestre Alves Pereira ofereceu duas belíssimas palmeiras oriundas do Pará; o Capitão Manuel Joaquim do Amorim Garcia, três oitizeiros; o Coronel Avelino Freire ofereceu duas palmeiras imperiais.

Os serviços foram imediatamente iniciados. O sistema de galerias para escoamento das águas, custou 13:378\$618 (treze contos, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e dezoito reis). Em seguida foram calçadas as ruas que contornam a praça pelo norte e poente, sendo gasta com esse serviço a quantia de 18:265\$940 (dezoito contos, duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta reis).

Em 29 de setembro de 1904, Herculano Ramos informava ao público da necessidade de interromper o trânsito de carros e cavalos, no trecho entre a Estação da Estrada de Ferro e a casa do Comendador José Gervásio, visando a construção de uma pequena ponte. As pessoas que transitassem a pé, poderiam utilizar uma ponte provisória de madeira que se achava no local.

Em outubro de 1905 foi assentada na praça uma fonte de ferro fundido, de alto valor artístico, confeccionada na Europa. Em 15 de novembro de 1905,

a praça foi entregue à serventia pública. O antigo pântano havia sido transformado em um dos mais belos recantos de Natal.

A praça ocupava então uma vasta área, hoje bastante reduzida. Apresentava alamedas formadas por oitizeiros e palmeiras imperiais. Havia um canal de cimento e pedra que circulava toda a praça, como uma serpentina, com um constante movimento de água de conformidade com as marés.

O canal era cortado por três pontes rústicas, muito pitorescas. Posteriormente o canal foi aterrado. Embora sem qualquer serventia, ainda existe uma pontezinha de alvenaria e concreto, que substituiu a primitiva executada por Emídio Florentino, imitando bambu oriental.

Próximo à casa da viúva de Juvino Barreto, o atual Colégio Salesiano, havia um caramanchão com uma cobertura de quatro águas, envolvido por belas trepadeiras. Havia também um grandioso coreto com estrutura de ferro. Em 19 de março de 1911 foi inaugurada na praça Augusto Severo um medalhão de bronze, em homenagem a Nísia Floresta. A estátua de Augusto Severo foi finalmente inaugurada, em 12 de maio de 1913, dia do 11º aniversário do desaparecimento do homenageado.

A estátua, que atualmente encontra-se em frente ao antigo Grupo Escolar Augusto Severo, era contornada por quatro belíssimos postes ornamentais. Em 28 de maio de 1930, Augusto Severo recebeu uma grande homenagem do piloto Hugo Eckner, que sobrevoando a cidade, pilotando o dirigível Graff Zeppelin, atirou um ramalhete de flores sobre a estátua.

Descreve Iveraldo Lopes, que o ramalhete caiu mansamente no sítio de dona Inês, a uns 15 metros do local da estátua. “Um menino galgou o muro com habilidade e, e trouxe a homenagem para o sopé da estátua”. A praça continua homenageando o glorioso Augusto Severo, um norte-rio-grandense que jamais deve ser apagado da memória dos seus contrerrâneos.

Largo Dom Bosco

O Largo Dom Bosco está localizado no bairro da Ribeira, no trecho entre a Praça Augusto Severo a Avenida Câmara Cascudo.

Até o final do século XIX, seu trecho era alagado por um braço do rio Potengi, onde foi construída uma ponte que facilitou a comunicação entre os bairros da Cidade Alta e Ribeira.

A região pantanosa da Ribeira foi drenada e aterrada no início do século XX, com o objetivo de se construir a Praça Augusto Severo, que à época ocupava um terreno que superava mais de duas vezes o existente hoje, englobando inclusive a área atualmente denominada de Largo Dom Bosco.

No terreno onde recentemente foi edificada a Agência da Caixa Econômica Federal da Ribeira, localizado no trecho final da Avenida Câmara Cascudo, em frente ao Largo Dom Bosco, foi originalmente ocupado pela primeira fábrica da Cidade, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal, idealizada e construída pelo industrial Juvino Barreto. A construção da referida fábrica foi iniciada em 1886, sendo solenemente inaugurada, em 21 de julho de 1888, em cerimônia presidida pelo então presidente da província, Antônio Francisco Pereira de Carvalho.

Juvino Barreto foi um planejador vitorioso, que introduziu em Natal a primeira máquina Lowell. Trouxe ele da Inglaterra o que havia de mais moderno em máquinas e tecnologia, visando a implantação de sua fábrica na Ribeira. Contando com 48 teares, 1.600 fusos, 9 cardas, com motor de 60 HP, fabricava quatro tipos de tecidos grossos, beneficiando o algodão que descia do interior da província, emombo de animais.

A casa residencial de Juvino Barreto foi construída no final do século XIX e acha-se localizada no atual Largo Dom Bosco, no lado oposto à fábrica, dentro

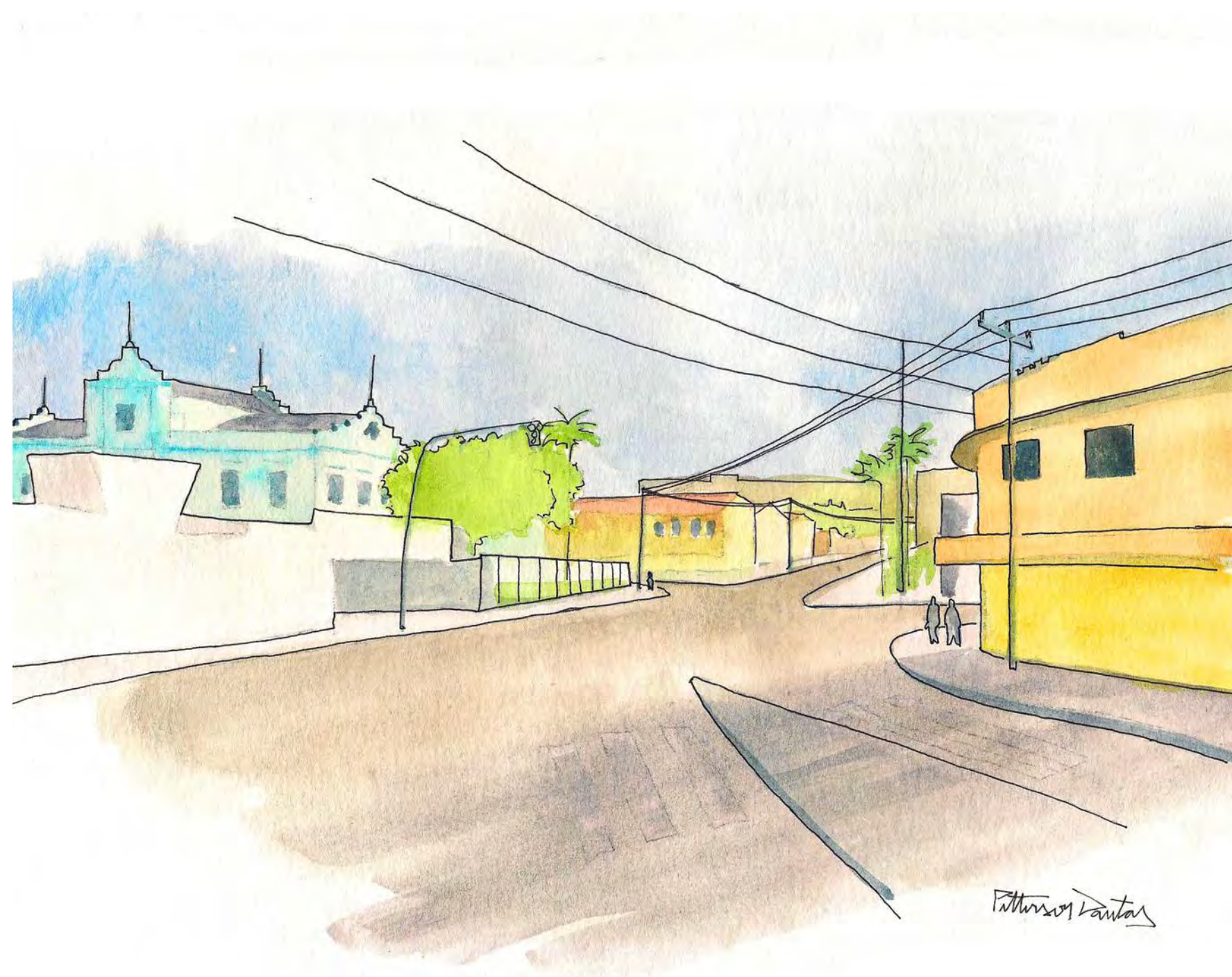
de um imenso sítio que abrangia um quarteirão inteiro. Era uma propriedade bem cuidada, com pomar, cachoeira, cacimba (chamada Cacimba de São Tomé), além de outras dependências, tudo envolvido por uma paisagem exuberante, constituída de frondosas mangueiras e pontilhada de belas palmeiras imperiais.

Casado com Inês Paes Barreto, Juvino doou em vida, conjuntamente com a esposa, a casa com todas as benfeitorias existentes na chácara, à Ordem dos Salesianos, que somente poderia entrar na posse do imóvel, após o falecimento do cônjuge sobrevivente.

Juvino Barreto expirou em 9 de abril de 1901 e sua esposa Inês, em 5 de agosto de 1932. Os filhos do casal deixaram a propriedade, às 13:00 horas do dia 20 de setembro de 1936, cumprindo fielmente o desejo de seus pais. Seis dias depois, os padres Salesianos iniciavam ali, as suas atividades.

Não foi possível determinar a data em que aquele logradouro público, da Zona de Preservação Histórica de Natal, passou a chamar-se Largo Dom Bosco. É certo, porém, que o topônimo data de um período posterior à 1936, quando os padres Salesianos tomaram posse do imóvel, outrora pertencente a Juvino Barreto. A atual denominação homenageia Dom Bosco, o Santo Padroeiro da Ordem dos Salesianos.

São João Bosco nasceu em Castelnuovo d'Asti, na Itália, em 1815. Ordenou-se padre e dedicou seu trabalho pastoral às crianças desamparadas. Organizou a Pia Sociedade de São Francisco de Sales, a conhecida Ordem dos Salesianos, dedicada à atividade missionária e à educação de meninos, e o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora, para a educação das meninas.



A orientação pedagógica que norteava seu método, baseava-se na participação do professor na vida do aluno, desenvolvendo-lhe as faculdades afetivas e a noção do dever através dos bons hábitos.

No Brasil, a obra Salesiana foi iniciada em 1883, com a fundação do Colégio Santa Rosa, em Niterói. Atualmente existem centenas de casas em todo o país.

Dom Bosco destacou-se como pregador e escritor popular. Faleceu em Turim, na Itália, em 1888, tendo sido canonizado em 1934.



Rua Chile

A atual Rua Chile localiza-se no bairro da Ribeira. Trata-se de um dos primeiros logradouros públicos daquele bairro. Existe registro de concessão de terras naquele local, pelo Senado da Câmara do Natal, desde 1731.

No decorrer do século XVIII foram solicitadas 69 datas de terra naquela rua. A preferência dos suplicantes justificava-se principalmente, pelo fato da rua margear o rio Potengi, sendo frequente verificar-se a expansão de uma cidade, paralelamente ao curso de um rio. A atual rua Chile constituía o caminho natural para a Fortaleza dos Reis Magos.

Sua primitiva denominação foi Rua da Praia, devido à presença do rio Potengi. O topônimo Rua da Praia apareceu pela primeira vez, em um registro de concessão de terra, em 21 de novembro de 1769. O beneficiário Manuel Gonçalves de Oliveira, desejando ampliar o seu terreno, declarou ser possuidor de “umas casinhas térreas, de taipa, na Ribeira desta Cidade, na Rua da Praia, por compra de Isabel de Barros, cujas casinhas ocupam de fronteira 15 palmos de chão... entre as ditas casas e as de Antônio Cardoso de Moura... juntamente a terra para quintal, e na fronteira até a pancada do mar”. Verifica-se, na declaração acima, o tipo de construção de taipa, que deve ter povoado a rua.

No início do século XIX, já existiam alguns sobrados de pedra-e-cal. Em 27 de novembro de 1816, Joaquim José da Silva alegava “ser possuidor de uma morada de casas de pedra-e-cal, sitas na mesma Ribeira, na Rua da Praia, da parte do poente... e dela para o sul terá 30 palmos de terras devoluta... pretende o suplicante levantar casa com andar para cima... para desembarque de gêneros que hajam de vir a este porto”.

Continuou pelo século XIX, a preferência dos habitantes da Cidade, pela Rua da Praia. Até o ano de 1829, já haviam sido doados 15 terrenos destinados à construção de prédios. Multiplicavam-se, então, as edificações de pedra-e-cal destinadas ao armazenamento de mercadorias, principalmente açúcar e algodão, a serem exportadas para outras províncias.

No registro de concessão de terra datado de 14 de março de 1829, o beneficiário Antônio Correia de Melo referia-se àquele logradouro público, como a Rua da Ribeira, denunciando a importância daquela rua para o bairro.

A Rua da Praia teve a sua denominação, posteriormente mudada para a rua da Alfândega, provavelmente após 1863, ano da construção do primeiro cais da Alfândega, naquela rua. O imenso movimento de negociantes na Rua da Alfândega, mudou mais uma vez o topônimo para Rua do Comércio.

O decreto municipal de 13 de fevereiro de 1888, que reviu toda a nomenclatura urbana de Natal, transformou a então Rua do Comércio em Rua Tarquínio de Souza.

Tarquínio Braulio de Souza Amarante nasceu em Papari (atual Nísia Floresta, RN), em 20 de julho de 1839. Era filho do tenente do Exército Francisco José de Melo e Souza e de Ana de Melo e Souza. Bacharelou-se em Direito, em 3 de dezembro de 1857, pela Faculdade de Direito do Recife, recebendo dois anos depois o grau de doutor. Ainda estudante, ensinou Filosofia no Atheneu Norte-Rio-Grandense, e depois de graduado foi Promotor em Natal.

Aprovado em concurso, em 1860, passou a lecionar Direito Eclesiástico e Direito Civil na mesma Faculdade onde se graduara. Foi o primeiro norte-rio-grandense a tornar-se professor em uma Faculdade de Direito.

O imperador Dom Pedro II, em passagem pelo Recife, assistiu às provas do concurso prestado por Tarquínio de Souza, admirando então, a sabedoria demonstrada pelo candidato.

Tarquínio de Souza foi, por três vezes, Deputado Geral pela Província do Rio Grande do Norte, de 1873 a 1877, 1882 a 1885 e 1886 a 1889, além de figurar na Assembleia Legislativa Provincial, no biênio 1858-1859. Fez parte, por duas vezes, de lista tríplice para o Senado, em 1869 e 1876.

Nos últimos anos do Império, o Conselheiro Tarquínio de Souza era o chefe do Partido Conservador na Província. As reuniões do Grupo Conservador eram realizadas na farmácia do Comendador José Gervásio de Amorim Garcia, na atual Rua Chile. Era o conhecido “Grupo da Botica”.

Na visão de Câmara Cascudo, Tarquínio de Souza era um homem “sereno, sisudo, composto, circunspeto... foi um modelo de boa educação e de severidade. Justo, generoso, severo”. Faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1894.

Posteriormente, a rua Tarquínio de Souza recebeu a denominação de rua Chile, que é mantida até os nossos dias.

A atual Rua Chile é um dos mais importantes logradouros públicos do “Centro Histórico de Natal”. Foi uma das primitivas ruas povoadas na Ribeira, e cenário de relevantes fatos históricos ocorridos na Província do Rio Grande do Norte.

O recenseamento realizado pela Intendência Municipal de Natal, em 1897, apontava então a rua Tarquínio de Souza como a mais povoada de Natal, composta por 90 casas, onde residiam 284 habitantes.

Ali nasceu, aos 27 de novembro de 1856, Pedro Velho, que seria o primeiro governador do Rio Grande





RUA CHILE
RIBEIRA, NATAL/R

do Norte, após a Proclamação da República. No último quartel do século XIX, aquela rua abrigava na casa nº 36, a clientela médica do mesmo Pedro Velho, especialista em doenças pulmonares.

Em 9 de julho de 1869, o então presidente da província Pedro de Barros Cavalcanti de Albuquerque, transferiu a sede do Poder Executivo para o prédio de nº 106, da então Rua do Comércio, deixando o palácio de taipa e pedra da Rua da Conceição. À época, o imóvel pertencia ao comerciante Domingos Henrique de Oliveira, sendo alugado ao Governo da Província por 2:000\$000 (dois contos de réis) anuais, a partir de 25 de maio de 1869.

No Palácio do Governo, como era conhecido, residiram dezenas de governantes da Província e do Estado. O velho Palácio assistiu às passeatas organizadas pelos Abolicionistas. Hospedou o Conde D’Eu, consorte da Princesa Isabel, para cuja recepção foi nomeada uma comissão de alto nível, encarregada de organizar uma recepção à altura do nobilíssimo visitante.

No dia 11 de agosto de 1889, a rua Tarquínio de Souza achava-se, então a exemplo de toda a Cidade, revestida de pompa. No Palácio da Ribeira, a limpeza e a ornamentação mereceram atenção nos seus mínimos detalhes, tudo isso para que Sua Alteza colhesse a primeira impressão de nossa Capital.

A atual Rua Chile, através do seu expressivo casarão, foi palco da adesão norte-rio-grandense à Proclamação da República, episódio ocorrido às 3:00 horas da tarde do dia 17 de novembro de 1889, quando Pedro Velho foi aclamado Chefe do Executivo, em substituição ao presidente deposto. O novo governante dirigiu-se à janela, de onde saudou às pessoas que dominavam toda a rua, vivenciando aquele momento de alegria e perplexidade. Todos deram vivas à República e ao governador aclamado.

Após a transferência do Governo para o prédio da atual Praça 7 de Setembro, fato ocorrido em 1902, o velho Palácio foi vendido à firma Tasso & Irmão, do Recife. Em seguida foi adquirido pelo ex-presidente da Província, Miguel Joaquim de Almeida Castro.

Anos depois, os herdeiros do prédio venderam-no ao comerciante Galileu Pedro Lettieri, que no andar térreo instalou o seu estabelecimento comercial de bebidas e gêneros alimentícios.

Os pavimentos superiores foram alugados, e ali funcionaram uma dependência do Hotel Internacional e um cabaré, o “Wander Bar”. Este foi uma casa alegre de extraordinário movimento, muito frequentada por americanos à época da 2ª Guerra Mundial.

Posteriormente, o prédio foi doado ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Ele foi restaurado, passando a funcionar como Museu de Arte Popular. Atualmente, abriga a Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão – EDTAM.

Em frente ao antigo “Wander Bar” funcionou o Banco de Natal (futuro BANDERN), quando o mesmo saiu do prédio da Dr. Barata, permanecendo na rua Chile até a construção do novo prédio, na esquina das avenidas Tavares de Lira e Duque de Caxias. No local, funcionou o Hotel Internacional, que pertenceu a Milcíades Bandeira, José de Carvalho, Theodorico Bezerra e Guilherme Lettieri. Era um hotel bastante frequentado, que mantinha um bar de intenso movimento, com afluência de industriais, comerciantes, políticos, fazendeiros etc.

Em 1930, o hotel hospedou a Caravana de Batista Luzardo, que iniciou um comício em uma das janelas do prédio, provocando grande tumulto nas ruas, ocasionando inclusive a morte de três pessoas.

A atual Rua Chile foi a de maior movimento na Ribeira. As maiores empresas comerciais, industriais e exportadoras se instalaram naquela rua. No antigo Cais da Alfândega era desembarcado todo o tipo de mercadoria, movimento que desapareceu, motivado pela utilização de caminhões como meio de transporte de carga.

No prédio da Alfândega, construído à margem do Potengi, funciona atualmente a Capitania dos Portos e a Sociedade dos Amigos da Marinha. A embarcação que fazia a travessia do Potengi, rumo à Macaíba, era o principal meio de transporte de então, pertencendo ao mestre Antônio.

As principais firmas exportadoras eram: a S. A. Wharton Pedroza, que também se dedicava ao beneficiamento de algodão, uma firma inglesa cujos dirigentes eram frequentemente revezados com outros vindos da Inglaterra. O prédio da firma apresentava uma arquitetura interessante e ímpar na Cidade, ocupando os dois lados da Rua Chile, achando-se interligado por uma espécie de ponte no pavimento superior, por onde passavam os fardos de algodão, após o beneficiamento. A firma Dinarte Mariz, também exportadora de algodão, adquiriu o seu prédio das mãos da firma Anderson Clayton.

Funcionou também, na Rua Chile, um jornal político, A “Folha do Povo”, dirigido por Sandoval Wanderley, um dos mais destacados jornalistas da cidade. Na mesma rua, funcionou uma padaria pertencente a Felipe de Souza, e a “Saúde do Povo”, repartição administrada por expressivas figuras da sociedade médica de então, a exemplo dos doutores Feijó, Pelúcio Pinheiro de Melo, Mário Lira e outros; o Departamento de Correios e Telégrafos; a Junta Comercial, a EMPARN; a fábrica de bebidas dos irmãos Manuel e Cláudio Machado; a Despensa Natalense, grande mercearia que atendia aos moradores da Ribeira; uma distribuidora de automóveis, da firma Faria & Pinheiro.

Em frente ao antigo Hotel Internacional, na esquina das ruas Chile e Tavares Lira, foi construído um prédio com dois pavimentos, onde funcionavam os escritórios da Air France, no período da 2ª Guerra Mundial.

Depois o prédio, foi transferido para a Cook & Cia., e em seguida para a Wharton Pedroza. A firma M.F.do Monte & Cia. Dedicava-se à compra, beneficiamento e exportação de algodão, sendo uma das principais exportadoras para as indústrias têxteis do sul do país. A firma Fernandes & Cia de Mossoró, beneficiava, enfardava e armazenava o algodão para a exportação.

Existiam ainda as empresas exportadoras de peles e couros de animais, como Huascar Purcell, firma inglesa gerenciada pelo natalense Deolindo Lima; a firma Epaminondas Brandão; além da empresa

Monte e Rebouças Ltda., especializada na industrialização e exportação da borracha de mangabeira e maniçoba, desativada com a morte dos seus sócios, desaparecendo assim, uma indústria de beneficiamento de matéria prima muito abundante no Rio Grande do Norte.

Na atual Rua Chile existiam também firmas dedicadas ao comércio atacadista de tecidos, como João Galvão & Cia., Alves de Brito & Cia., cujo prédio foi substituído posteriormente por uma fábrica de sapatos de José Lagrecia. Além dos atacadistas de estivas, como Cunha & Maia, e Loureiro Barbosa & Cia.; e comerciantes de cereais.

A presença do rio Potengi favoreceu o surgimento de um extraordinário esporte aquático, o remo, disputados pelos jovens de então. Naquela rua foi construída a sede do Sport Náutico Potengi, frequentada por desportistas e torcedores, que nos dias de regata invadiam a Ribeira. Além dos competidores, os barcos embandeirados das torcidas estimulavam os remadores e enchiam de graça e beleza o Potengi.

A Rua Chile, que já foi a mais povoada e importante da Cidade e ainda guarda na sua paisagem urbana, belos exemplares da arquitetura do passado, passou um período em verdadeiro estado de decadência. Em 1996, a Prefeitura Municipal de Natal, com recursos oriundos do Ministério da Cultura, realizou obras de restauração em 45 fachadas de casas daquele logradouro, medida emergencial que restituiu uma atmosfera nova à rua e estimulou a iniciativa privada em investir na área e explorá-la para fins turísticos, a exemplo de outras capitais brasileiras.



Rua Dr. Barata

A atual Rua Dr. Barata está localizada no bairro da Ribeira, no trecho compreendido entre a praça Augusto Severo e a avenida Tavares de Lira. Trata-se de um dos mais antigos logradouros públicos daquele bairro. Ali foram construídas as primeiras residências da Ribeira, no último quartel do século XVIII. Eram as casas destinadas aos vigias dos armazéns, que guardavam as mercadorias exportadas para Pernambuco, embora ali ainda predominassem os sítios com plantações, especialmente de coqueiros.

No final do século XVIII, ainda não existia uma denominação definida para a rua Dr. Barata que formava conjuntamente, com as atuais avenidas Duque de Caxias e Tavares de Lira, e as ruas Chile, Frei Miguelinho e Câmara Cascudo, a Campina da Ribeira, de frente à Igreja do Bom Jesus. Existem referências documentais, que evidenciam a existência daquele templo no ano de 1776.

Nas primeiras décadas do século XIX, o comércio consolidou-se na Ribeira, concentrando-se principalmente na atual rua Dr. Barata, justificando assim o seu primitivo topônimo: Rua das Lojas. Esta recebeu posteriormente a denominação de Correia Teles, que homenageava ainda em vida, o General do Exército José Correia Teles, norte-rio-grandense de Assu/RN. Correia Teles atuou com destaque na campanha do Paraguai, tendo falecido em 4 de novembro de 1897, aos 62 anos de idade.

Em 1888, a Câmara Municipal realizou uma revisão na nomenclatura urbana de Natal, ocasião em que a rua Correia Teles passou a chamar-se Visconde do Uruguai.

Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai, filho de pai brasileiro, nasceu em Paris em 1807. Realizou seus primeiros estudos no Maranhão. Voltou

à Europa rapaz, e ingressou no Curso de Direito da Universidade de Coimbra, sendo preso por motivos políticos. Afastou-se da Universidade quando cursava o 4º ano. Regressando ao Brasil, bacharelou-se em 1831, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi chefe do Partido Conservador, magistrado, diplomata, Ministro dos Estrangeiros, Senador do Império e Conselheiro de Estado. Recebeu o título de Visconde em 1854, tendo falecido no Rio de Janeiro, em 1866.

Em 24 de setembro de 1900 a Intendência Municipal de Natal mudou, mais uma vez a nomenclatura da rua para Dr. Barata, denominação que se conserva até hoje.

Cipriano José Barata de Almeida nasceu em Salvador/BA, em 1762. Graduiu-se em Filosofia e Medicina pela Universidade de Coimbra, Portugal. Orador brilhante e muito popular, Barata foi eleito deputado às Cortes Gerais de Lisboa, pela província da Bahia tomando posse em dezembro de 1821. Seu discurso agressivo e suas respostas rápidas provocaram o ódio que lhe votavam os deputados portugueses. Participou de várias conspirações, pela Independência do Brasil, e em 1822 fugiu para Inglaterra com sete companheiros. Em dezembro do mesmo ano voltou ao Brasil, passando a residir em Recife. Publicou o panfleto “Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco”. Preso, foi levado ao Rio de Janeiro por ordem de José Bonifácio. Permaneceu prisioneiro de 1825 (ano em que faleceu sua primeira esposa, Leonor Maria de Azevedo), até 1829.

Voltou à Bahia em 1830, sendo ali recebido como herói e mártir. Não desistindo de suas atividades como agitador, foi novamente preso em 1831. Em 27 de agosto de 1832, casou-se em segundas núpcias, com Ana Joaquina de Oliveira, com a qual já tinha cinco

filhos. O casamento realizou-se no oratório da Fortaleza de São Marcelo, na Bahia, local onde Cipriano Barata encontrava-se preso.

Solto em 1833, Dr. Barata já velho, pobre e doente, aceitou o convite dos amigos potiguares para residir em Natal. Inicialmente morou com esposa e filhos na atual praça André de Albuquerque, passando posteriormente para a então denominada Rua das Lojas, logradouro que hoje é conhecido por Dr. Barata.

Cipriano Barata faleceu em Natal, no dia 1º de junho de 1838 e foi sepultado na Igreja do Bom Jesus das Dores, na Ribeira.

A Rua Dr. Barata, conserva ainda hoje a sua vocação comercial.

Até o terceiro quartel do século XX, ela era um dos principais logradouros públicos da Cidade. A grande atividade comercial desenvolvida na Rua Dr. Barata transformou-a em um local atraente, frequentado por toda a população da Cidade. Ali concentravam-se as lojas chiques de Natal.

Nas tardes de sábado o comércio abria e a Dr. Barata transformava-se em uma verdadeira passarela de moda. As senhoras e senhoritas desfilavam com os mais elegantes trajes, complementados com luvas e chapéus.

No local, hoje usado como uso residencial, que foi ocupado pela Mercantil Val Paraíso, existia um prédio antigo, onde funcionava a firma José Farache & Filhos. Carlos Farache, um dos filhos de José, fundou conjuntamente com Carlos Lamas a Rádio Educadora de Natal. Vicente, outro filho de José Farache, foi promotor da Capital. Dr. Vicente, uma figura muito estimada, era grande admirador e colaborador do “mais querido”, o ABC Futebol Clube. Funcionava simultaneamente, no mesmo endereço, a firma Carlos Elihimas & Cia., de Carlos Lamas, especializada em artigos esportivos e instrumentos musicais. José Farache residia com a família, em uma casa contígua à loja.

Posteriormente aquele prédio foi demolido, em seu lugar foi construído um outro edifício com dois pavimentos, onde instalou-se a loja de Vicente Mesquita, a “Natal Modelo”, que comercializava tecidos, chapéus, confecções e perfumarias. A Singer Machine Co. vendedora de máquinas de costura, também se instalou na Dr. Barata, no prédio que depois pertenceu à firma César, Comércio & Representações Ltda. Também funcionou uma distribuidora de tratores, uma joalheria e uma loja de ferramentas.

Alexandre Reis fundou na Dr. Barata, a sua firma especializada em calçados. Era a famosa “Casa Reis”. No local foi construído um novo prédio. A firma Olímpio Tavares & Cia., uma das mais antigas no ramo de tecidos no atacado, também funcionou naquela rua. O prédio onde ela estava instalada sofreu um incêndio criminoso e ficou reduzido a cinzas. Depois do prédio reconstruído, ali foi instalada a firma José Fernandes & Filhos. Funcionou também no mesmo local, um armário pertencente a Francisco Lamas, e a firma F. Costa & Cia Ltda.

Tácito M. Brandão, dedicado ao comércio de louças, e artigos de papelaria, instalou-se na Dr. Barata, no prédio posteriormente ocupado pela empresa J. Rezende, Comércio S.A. A firma de Matheus Petrovich abrangia um variado ramo de atividades. No prédio que ela ocupava foi posteriormente instalada a fábrica de sapatos de Paschoal Romano.

Vizinha à fábrica funcionou a “Rosa Branca”, uma loja de tecidos de propriedade de Francisco Herculano Barbalho. Posteriormente foi ocupada pela “DECOART”, casa especializada em brinquedos e artigos para decoração. Ali também funcionou a firma exportadora de algodão J. Fasanaro Pepino, uma farmácia e uma casa de modas - “Au Bon Marché”.

No local onde funcionou a Livraria Universitária, da firma Livraria e Papelaria Walter Pereira S.A., funcionou a Sapataria Nolasco. Naquela importante rua foi instalado o notável estúdio fotográfico de João Alves de Mello, em um prédio atualmente desativado. O Banco de Natal, posteriormente transformado

em BANDERN, foi fundado na rua Dr. Barata. Com sua transferência para a sede própria, na esquina das atuais avenidas Duque de Caxias e Tavares de Lira, o local foi ocupado pela Livraria Cosmolita, propriedade de Fortunato Aranha.

Outros estabelecimentos instalaram-se na Dr. Barata, como a Formosa Síria, o Armazém Potiguar, o Armarinho Santa Terezinha, a Casa Lux, Sérgio Severo, o Bazar Doméstico, Dieb & Irmão, a Marmita de Ouro, a Alfaiataria Brasil, o Café Globo, o Chapim Elegante, a Casa Rubi, a Samaritana, posteriormente ocupada pela Loja Paulista, a Casa Porpino, a Alfaiataria Londres, além de vários armarinhos, relojarias, topografias, livrarias, papelarias e farmácias.

O trecho da atual rua Dr. Barata, compreendido entre a travessa Venezuela e Avenida Tavares de Lira, chamava-se travessa Quintino Bocaiúva. Era um beco muito estreito, que somente permitia a passagem de pedestres e veículos pequenos, como bicicletas. Aquele trecho foi posteriormente alargado, pela Prefeitura, anexando assim a travessa Quintino Bocaiúva à rua Dr. Barata.



Rua Frei Miguelinho

A Rua Frei Miguelinho, está localizada no bairro da Ribeira, paralela à rua Chile, no trecho compreendido entre a avenida Tavares de Lira e a Esplanada Silva Jardim.

Trata-se de uma das mais antigas ruas da Ribeira, na realidade o prolongamento da rua Dr. Barata, outra conhecida como o “Caminho da Fortaleza”.

Em 3 de março de 1744, já era citada no registro de uma concessão de terra, doada pelo Senado da Câmara de Natal ao capitão Manuel Raposo da Câmara: “na paragem das testadas da casa que serve de armazém ao tenente-coronel Manuel de Souza Vieira, correndo para o norte ou nordeste até entestar com o caminho que vai para a fortaleza”. Como se pode observar, o referido caminho já era habitado antes daquela data.

Em 1764, o português Manuel Pinto de Castro e sua esposa, Francisca Antônia Teixeira, pais de Frei Miguelinho, fixaram residência “em um sítio localizado além da Ribeira”. Tal sítio estava situado no caminho para a fortaleza. Naquela época o bairro da Ribeira se estendia até o atual Beco da Quarentena.

O último registro documental de concessão de terras naquele logradouro público, data de 27 de agosto de 1791, sendo beneficiária Luciana Bezerra.

O mais conhecido hotel da cidade, no último quartel do século XIX, era o Hotel da Bimoa, de propriedade de Francisca Generosa Gosset de Bimont. Ficava o mesmo localizado na esquina da Esplanada Silva Jardim com a rua Frei Miguelinho, no lado do nascente. Por tal razão, o trecho que hoje compreende a rua Frei Miguelinho, era assim denominado: “do Hotel até a casa do Padre Constâncio”. Este morava em um casarão colonial, na esquina das atuais ruas Tavares de Lira e Frei Miguelinho, local onde funcionou a oficina do jornal “A República”.

O decreto municipal, de 13 de fevereiro de 1888, denominou aquele logradouro público de Rua 13 de Maio.

O primeiro fonógrafo de Natal foi instalado naquela rua, em 2 de julho de 1895, dando até nome a um jornalzinho cuja circulação ocorreu em Natal, no ano seguinte.



Em 1897, a Intendência Municipal realizou um recenseamento em Natal. O trecho da então rua 13 de Maio, entre a praça 28 de Novembro (desaparecida com a abertura da avenida Tavares de Lira) e o Beco da Quarentena, foi recenseado pelos estudantes Sérgio Barreto e José Gomes de Maia Monteiro. Ali foram cadastrados 85 casas e 252 habitantes.

Em 29 de junho de 1905, a luz de acetileno começava a iluminar as noites natalenses. O trecho escolhido para primeiramente receber o benefício, estendia-se da praça Augusto Severo até o Quartel de Batalhão de Segurança, que ficava na esquina da Silva Jardim

com a 13 de Maio. O farmacêutico Francisco Gomes Vale Miranda, gerente da Empresa de Iluminação a Gás Acetileno, trouxe o benefício à Cidade.

A resolução nº 104, de 11 de junho de 1906, da Intendência Municipal de Natal, batizou a antiga rua 13 de Maio de rua Frei Miguelinho, em virtude de ter sido a mesma, “a rua em que nasceu esse inolvidável patriota”. Uma grande festa, animada por músicas, desfiles e cantos, comemorou aquela mudança toponímica.



No dia seguinte à assinatura da resolução municipal nº 104, foi colocada uma placa comemorativa do evento, no prédio do Quartel do Batalhão de Segurança, construído em 1894, na esquina da rua Frei Miguelinho e Esplanada Silva Jardim. A legenda da placa informa ter nascido ali Frei Miguelinho.

O pesquisador Olavo de Medeiros Filho apurou, que a casa dos pais de Frei Miguelinho foi demolida para dar lugar à Esplanada Silva Jardim, em ano posterior a 1862, quando ocorreu a expansão da Ribeira. A informação que norteou a pesquisa de Olavo, foi obtida no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, através de um relato deixado por Antiocho Aprígio de Miranda, então Tesoureiro do Correio Geral de Natal. Segundo o referido relato “...adiante para o lado nascente do quartel de segurança hoje, ficava a antiga casa de construção forte, altura regular, bom tamanho que havia pertencido a Manuel Pinto de Castro”, pai de Frei Miguelinho.

Apesar do local, onde foi colocada a placa comemorativa, não se tratar do exato ponto onde existira a residência dos pais de Frei Miguelinho, isto não invalida a homenagem prestada àquele que foi um dos heróis da Revolução de 1817.

A solenidade realizou-se no dia em que ocorreu o 89º aniversário do falecimento do homenageado.

Miguel Joaquim de Almeida Castro, o Frei Miguelinho, nasceu em 17 de novembro de 1768, em um sítio de coqueiros localizado em um terreno atualmente ocupado pelo leito da Esplanada Silva Jardim, esquina com a atual rua Frei Miguelinho, na Ribeira. Batizou-se na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, aos 13 de dezembro daquele mesmo ano.

Tinha ele 16 anos de idade, quando ingressou na Ordem dos Carmelitas, no Recife, recebendo o nome de Frei Miguelinho de São Bonifácio, simplificado para Frei Miguelinho.

Posteriormente ele viajou à Europa, tendo estudado em Portugal, onde conheceu dom José da Cunha Azeredo Coutinho, Bispo de Olinda, que o nomeou professor de Retórica no Seminário de Olinda, em 1800, após o seu retorno a Pernambuco.

Ainda em Portugal, Frei Miguelinho obteve da Santa Sé o breve de sua secularização, passando então a ser conhecido como Padre Miguelinho.

Durante a Revolução Republicana em 1817, foi ele eleito Secretário do novo Governo. Residia em Olinda, em um sobrado nas proximidades da Igreja da Misericórdia.

Miguelinho recusou-se a fugir por ocasião da contrarrevolução, sendo preso e conduzido a Salvador, na Bahia, onde foi julgado em 10 de junho de 1817, por um tribunal presidido por dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos. Foi condenado e fuzilado na manhã de 12 de junho do mesmo ano, no Campo da Pólvora. Morreu descalço, vestido com uma roupa branca, algemado, a cabeça descoberta e o pescoço amarrado por uma corda.

A escritora Lair Tinoco, em seu livro “Tempo de Saudade”, relembra a rua Frei Miguelinho, como um velho logradouro de casas residenciais e de comércio, onde em meados do século XX ainda existiam alguns sítios e o bonde passava em toda a sua extensão.

No final da rua havia uma feirinha, conhecida como a Feira da Tatajubeira, cuja denominação era justificada pela existência de uma frondosa tatajubeira, em cuja sombra eram instalados vendedores, que ali comercializavam produtos alimentícios, como grudes, tapiocas, peixes fritos, camarões torrados, frutas, legumes, verduras e temperos. Constituíam, assim, “uma feira de emergência bem concorrida”.

Vários foram os estabelecimentos comerciais, de todos os ramos, que se instalaram naquele logradouro, no decorrer do século XX.

Apesar do grande movimento e relevante importância que aquela rua representou para Natal, encontra-se ela esquecida e semiabandonada, aguardando a sua revitalização, o despertar de sua vocação, destino que compartilha com todo o bairro da Ribeira. Desponta como um futuro polo turístico de Natal, de grande importância.

Rua Câmara Cascudo

A atual Rua Câmara Cascudo está localizada no bairro da Ribeira, estendendo-se paralelamente ao rio Potengi. Compreende um trecho que vai da Praça Augusto Severo até a avenida Tavares de Lira. Desconhece-se o seu nome primitivo. Por ela passou, em 26 de abril de 1817, o cadáver desnudo do coronel André de Albuquerque Maranhão, inquirido em um pau, tendo então uma moradora daquela rua, Ritinha Coelho, recoberto o corpo do inditoso revolucionário com uma esteira.

Depois a rua tornou-se conhecida como Rua das Virgens, tradicional denominação que foi substituída por rua Senador José Bonifácio, através do Decreto Municipal de 13 de fevereiro de 1888. Em 1941 ocorreu uma nova mudança do nome da rua, que ganhou o nome de Coronel Bonifácio. Até então, recebia a denominação de Coronel Bonifácio uma outra rua, hoje conhecida como rua Santo Antônio, na Cidade Alta.

O Coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara nasceu em Natal, a 14 de maio de 1813. Eleito deputado provincial em 1852, reeleito para cinco legislaturas. Além de coronel da Guarda Nacional, foi ele chefe do Partido Conservador (conhecido como Nortista), Cavaleiro da Ordem da Rosa, Comandante Superior da Guarda Nacional, Inspetor da Tesouraria da Fazenda, Administrador da Repartição dos Correios e, por várias vezes, Presidente da Câmara Municipal de Natal. Assumiu o Governo do Rio Grande do Norte, como 2º Vice-Presidente, no período de 19 de janeiro a 17 de junho de 1873. O coronel Bonifácio faleceu a 2 de novembro de 1883, em Natal, sepultando-se no mesmo túmulo ocupado pelo seu padrinho, o Padre Pinto. Em 1888 ele foi homena-

geado pela Intendência Municipal de Natal, que deu o seu nome à atual rua de Santo Antônio.

Finalmente aquele antigo logradouro público da Zona de Preservação Histórica de Natal, a tradicional Rua das Virgens, assumiu a sua atual denominação de rua Câmara Cascudo, uma justa homenagem prestada ao eminente mestre Luís da Câmara Cascudo.

A mais destacada figura intelectual do Rio Grande do Norte, Luís da Câmara Cascudo é considerado Patrimônio da Cultura Brasileira. Nascido na antiga Rua das Virgens, em 30 de dezembro de 1898, foi ele batizado na Igreja do Bom Jesus das Dores, na Ribeira, pelo padre João Maria Cavalcanti de Brito, em maio de 1899. Luís da Câmara Cascudo bacharelou-se em direito, em 1928, pela tradicional Faculdade de Direito do Recife.

A casa da Antiga Rua das Virgens, onde ele nasceu, apresentava uma fachada simples composta por duas janelas e uma porta, cujo aluguel mensal correspondia a 10 mil réis. Dali saiu ainda bebê, passando a residir em um sítio localizado no início da Avenida Rio Branco. Em 1904 passou a morar na praça Augusto Severo, no palacete onde residiram os governadores: Pedro Velho, Tavares de Lira e Ferreira Chaves. Passados dois anos, seus pais mais uma vez mudaram de residência, ocupando então o sobrado nº 44 da atual Rua Chile. Finalmente seu pai comprou a residência de João Avelino Pereira de Vasconcelos, por 12:000\$000 (doze contos de réis), cujo terreno compreendia mais da metade do quarteirão. No lugar da referida casa foi posteriormente construído o Grande Hotel.

A forte ligação de Câmara Cascudo com a Ribeira fez com que ele ali residisse após o seu casamento com Dália. Naquele bairro ele criou seus filhos e produziu a sua imensa obra literária.

A imensa produção literária de Câmara Cascudo foi iniciada em 1921, somente sendo interrompida por motivo de deficiência visual e auditiva, poucos anos antes de seu falecimento, ocorrido em Natal a 30 de julho de 1986.

Câmara Cascudo foi autor de mais de 150 livros e seu nome está indelevelmente ligado aos temas de História, Folclore, Geografia, Etnologia, Antropologia e Jornalismo, além de ter sido o Professor Emérito que conseguiu “dar vida” à nossa História. Ele próprio se autointitulava de “um provinciano incurável”. Na realidade, havia uma fortíssima ligação entre o Mestre e a sua Terra. Foi aqui que ele construiu toda a sua obra, projetando o Rio Grande do Norte dentro e fora das fronteiras do Brasil.





Avenida Duque de Caxias

A Avenida Duque de Caxias está localizada no bairro da Ribeira. Primitivamente conhecida como a Campina da Ribeira, passou depois a denominar-se Rua do Bom Jesus, marcada pela presença da Igreja do Bom Jesus das Dores.

Já no dia 7 de agosto de 1604, o então capitão-mor do Rio Grande, Jerônimo de Albuquerque, concedia ao padre vigário Gaspar Gonçalves Rocha trezentas braças em quadra, na campina junto à Cidade.

Foram doadas diversas concessões de terras naquele logradouro público, a última das quais, segundo os registros sobreviventes, ocorreu no dia 8 de fevereiro de 1812. Conforme informava a requerente Mariana da Costa, o terreno por ela desejado, media cinco braças de frente por dez de fundos, “fazendo frente para a Igreja do Senhor Bom Jesus, com o fundo para o poente”.

Em um mapa relativo à Cidade do Natal, desenhado na 7ª década do século XIX, figura a antiga Rua da Campina, cuja extensão principiava na atual rua José Alexandre Garcia, prolongando-se até a rua que hoje recebe a denominação de Ferreira Chaves.

A Rua do Bom Jesus teve a sua denominação alterada para a Rua 25 de dezembro, pelo Decreto Municipal de 13 de fevereiro de 1888. Quinze anos depois, em 31 de julho de 1903, a Intendência Municipal passou a denominar aquele logradouro de Rua Sachet, em homenagem ao mecânico do “Pax”, o balão que explodiu em Paris, matando Augusto Severo e seu amigo Sachet.

Em 1929, o então Prefeito de Natal, Omar O’Grady, iniciou as obras de calçamento da antiga Rua Sachet. O governador do Estado, àquela época, era Juvenal Lamartine de Faria.

O calçamento da antiga rua Sachet, trecho compreendido entre as ruas Nísia Floresta e 15 de novembro, somente foi inaugurado em 3 de outubro de 1934, na gestão do prefeito Miguel Bilro. No mesmo dia foram inaugurados os calçamentos da Rio Branco (até a atual Rua do Saneamento) e 15 de novembro. As solenidades foram iniciadas às 8:30 horas, na presença do Interventor Federal Mário Câmara, do Prefeito Miguel Bilro e de diversas personalidades, como Neiva Júnior, Comandante Aluísio Moura, Juvenal de Carvalho, os prefeitos de São José de Mipibú, São Gonçalo do Amarante e Papari, além de secretários de Estado, altas autoridades, funcionários da prefeitura e uma grande multidão.

Posteriormente, aquele logradouro público recebeu a denominação de Avenida Duque de Caxias, que permanece até os dias atuais, uma homenagem prestada ao Patrono do Exército Brasileiro.

Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, nasceu na fazenda Taguaraçu, no atual município de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, no dia 25 de agosto de 1803. Era ele filho do tenente Francisco de Lima e Silva e de Cândida de Oliveira Belo. Aos 15 anos, ingressou na Academia Real Militar, criada por Dom João VI em 1814. Caxias recebeu a patente de tenente em 2 de janeiro de 1821. Em dezembro do mesmo ano, concluiu o curso de oficial, passando então a servir no 1º Batalhão de Fuzileiros. Em 1822, incorporado ao Batalhão do Imperador, combateu na Bahia, contra os soldados portugueses, adversos à Independência do Brasil.

Aos 21 anos, recebeu do Imperador Dom Pedro I, a Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul, as insígnias de major e as Comendas da Ordem de São Bento de Aviz e Hábito da Rosa.



AV. DUQUE DE CAXIAS
RIBEIRA - NATAL/RN

Em 1836, Caxias convolou núpcias com Ana Luiza, filha do intendente de polícia Paulo Fernandes Viana. O casal teve três filhos: Luiza de Loreto, Ana de Loreto e Luís.

Em 1837, foi ele promovido a tenente-coronel. Em 1840, a General Brigadeiro, quando recebeu também o título de Barão de Caxias, um referencial à cidade maranhense onde ele combatera e sufocara a Revolta dos Balaíos.

Em 1852, combateu Rosas (Argentina) e Oribe (Uruguai). Retornando vitorioso, recebeu o título de Marquês. Aos 66 anos, foi agraciado com o título nobiliárquico de Duque de Caxias. O grande militar que ficaria conhecido como “O Pacificador”, faleceu no dia 7 de maio de 1880.

A Avenida Duque de Caxias ainda conserva belos e imponentes casarões históricos, alguns construídos na primeira metade do século XX, como as casas residenciais de Januário Cicco e Fortunato Aranha. O primeiro morou em um palacete imponente, que atualmente funciona como albergue. A parte térrea da casa era destinada ao consultório de Januário Cicco residia ele com a família, no pavimento superior.

A casa de Fortunato Aranha, outro imponente palacete, que já serviu como sede do Instituto do Açúcar e do Alcool, abriga atualmente a sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência do Rio Grande do Norte. A casa, valorizada por uma escadaria de acesso, apresenta porão e mirante. Sua cobertura é toda arrematada por platibanda com balaustrada, ostentando na fachada belos arcos ogivais com cercaduras de massa.

O antigo prédio do BANDERN, construído na esquina com a avenida Tavares de Lira, foi inaugurado em janeiro de 1939.

O prédio, desenvolvido em três pavimentos, ostenta belas colunas com capitéis caprichosamente trabalhados, que servem de apoio à marquise que separa o segundo do terceiro pavimento.

No mesmo ano de 1939, aos 13 de maio, inaugurava-se na mesma avenida, o antigo prédio do Grande Hotel, que hoje serve de sede ao Tribunal de Justiça. A construção daquele prédio veio solucionar o grave problema de hospedagem, existente na Natal de então.

No dia 19 de abril de 1944, inaugurava-se na Duque de Caxias, o prédio que até os dias atuais, serve de sede à Associação Comercial. Desenvolvido em três pavimentos, o prédio apresenta cornija encimada por platibanda. Possui fachada harmoniosa e perfeitamente simétrica em relação ao acesso principal, que é efetuado através de hall de entrada com pé-direito duplo, cuja cobertura acha-se apoiada em quatro colunas com capitéis de massa.

No cruzamento da Duque de Caxias com a Esplanada Silva Jardim existia, até 2010, uma árvore bicentenária conhecida como a “Árvore da Cidade”. Trata-se de uma tradicional castanhola (*Terminalia Catappa* Linn, da família das Combretáceas). A referida árvore, já centenária em 1904, foi plantada no quintal da casa que pertenceu, a partir de 1764, ao português Manoel Pinto de Castro, casado com Francisca Antônia Teixeira. Do casal nasceu dentre outros filhos, Miguel Joaquim de Almeida Castro, Frei Miguelinho, mártir norte-rio-grandense da Revolução Republicana de 1817.

Como principal artéria da Ribeira, a avenida Duque de Caxias foi palco de grandes acontecimentos. Pelas suas calçadas circularam figuras de destaque internacional, como os artistas americanos que se hospedaram no Grande Hotel, à época da 2ª Guerra Mundial, além de políticos importantes e boêmios inveterados.

Ivanaldo Lopes, em seu livro “Natal do meu Tempo”, conta um fato curioso ocorrido naquela avenida. Certa vez houve um tiroteio na Duque de Caxias, nas proximidades da Tavares de Lira, que por pouco não ocasionou uma tragédia. Uma bala perdida varou a cartola de um passante, e para espanto geral e susto maior para a vítima, o projétil passou à distância de um centímetro da cabeça do transeunte!

Este foi apenas um dos milhares de fatos curiosos, ocorridos na nossa “Ribeira Velha de Guerra”.

Praça Capitão José da Penha

A atual Praça José da Penha está localizada em frente à Igreja do Bom Jesus das Dores, no bairro da Ribeira. Uma licença para casamento, datada de 5 de fevereiro de 1776, já evidenciava a existência da igreja, naquele ano. Conclui-se que a praça fronteira à mesma, já existia desde o último quartel do século XVIII.

A igreja denominou o logradouro, que ficou conhecido como praça do Bom Jesus até 1902, quando a Resolução Municipal nº 74 de 5 de dezembro, batizou-a de Praça Leão XIII, em homenagem ao Sumo Pontífice de então.

Vincenzo Gioacchino Pecci, o Papa Leão XIII nasceu no Carpineto Romano, em 1810. Filho de família nobre, ordenou-se padre em 1837, entrando em seguida para a administração papal. Foi ele núncio, bispo e cardeal, lutando sempre pela elevação do nível intelectual e espiritual do clero.

Em 1878, foi eleito papa com o nome de Leão XIII. Em suas encíclicas “Imortale Dei” (1885) e “Libertas Praestantissimum” (1888), condenava a democracia, pois considerava que ela retirava o poder das mãos de Deus, colocando-o nas mãos do povo.

Leão XIII era considerado um papa adaptado ao seu tempo. A sua doutrina social, conceituada na encíclica “Rerum Novarum” (1891), condenava os excessos capitalistas, defendendo o direito dos trabalhadores a salários justos. No campo intelectual, facilitou o acesso aos arquivos e à biblioteca do Vaticano.

Com a encíclica “Aeterni Patris” (1879), iniciou o neotomismo (renovação das doutrinas de Santo Tomás de Aquino), e aceitou a crítica religiosa em “Providentissimus Dei” (1893).

Afirmava Leão XIII, que a igreja católica não se ligava a nenhuma forma de governo, e deu fim aos conflitos criados no pontificado anterior, restabelecendo relações com a Alemanha (1882) e a Rússia (1894). O papa Leão XIII faleceu em Roma, no ano de 1903.

A praça fronteira à Igreja do Bom Jesus das Dores, até a primeira década do século XX, não passava de um grande descampado. Em 1919, o intendente municipal, major Fortunato Aranha, resolveu construir uma linda pracinha. Naquela época, o padre Pedro de Paula Barbosa era o vigário da Igreja e grande incentivador da construção da praça.

O padre era também diretor espiritual do Seminário de São Pedro, jornalista, filósofo e filólogo. Foi colaborador da revista dirigida por Laudelino Freire, privativa dos filólogos. E assim, com o pseudônimo de Zaborda (anagrama de Barbosa), escreveu ao lado de mestres brasileiros e portugueses.

Acometido de enfermidade nos pulmões, o padre Pedro de Paula Barbosa faleceu em Nova Cruz, em 4 de março de 1923. Seus restos mortais repousam na Igreja do Bom Jesus das Dores.

A Praça Leão XIII foi inaugurada em 12 de outubro de 1919, em cerimônia presidida pelo Governador



PRACA
JOSE DA PENHA, RIBEIRA
NATAL RN

Ferreira Chaves, que proferiu o discurso inaugural, seguido pelo major Fortunato Aranha, que falou em nome da Intendência Municipal.

Aquele importante logradouro público passou a ostentar belos canteiros floridos e um singelo coreto de alvenaria, sem o luxo dos similares edificadas em outras praças.

A praça foi durante algum tempo, o ponto chique da cidade, onde as moças e os rapazes circulavam pelos passeios laterais. À época, cogitou-se de mudar a denominação da praça, porém uma série de artigos de Zaborda, publicados na primeira coluna do jornal “A República”, sobre o papa Leão XIII, divulgando as glórias do grande Pontífice, consolidou a denominação de Praça Leão XIII.

Em 11 de outubro de 1930, a praça foi denominada Capitão José da Penha, pelo Ato nº 4 do Prefeito Municipal.

José da Penha Alves de Souza nasceu em Angicos RN, no dia 13 de maio de 1875. Abraçou a carreira militar, tendo se apresentado aos 2 de agosto de 1890, com apenas 15 anos. Atingiu o posto de alferes em 3 de novembro de 1894, tenente em 27 de agosto de 1908 e capitão em 2 de agosto de 1911.

O Capitão José da Penha era detentor de grande espírito de justiça. Segundo o historiador Câmara Cascudo, “desde alferes inicia a campanha de justiça social, de respeito às leis, de veneração aos direitos públicos, de honestidade administrativa, de aplicação restrita das rendas estaduais aos serviços coletivos”.

Foi grande defensor dos jovens, dos trabalhadores e dos pequenos negociantes. Foi o primeiro militar norte-rio-grandense a apelar diretamente pelo povo. Magnífico orador, erguendo a voz concludora nas praças, ruas, caminhos e nas estações da Estrada de Ferro.

José da Penha combateu no Ceará, no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, tendo sido deputado estadual no Ceará. Morreu em Miguel Calmon Ceará, aos 22 de fevereiro de 1914, após derrotar trezentos jagunços em Juazeiro, apesar de contar com um contingente numericamente inferior ao inimigo, e com uma reduzida quantidade de armas.

Natal homenageou aquele notável potiguar, dando o seu nome a um importante logradouro público da cidade, em plena efervescência da Revolução de 1930.

Atualmente a Praça José da Penha já não é mais aquela, inaugurada em 1919. Perdeu a beleza e a utilização de outrora, teve sua área reduzida, cortada pelo prolongamento da Tavares de Lira.

Em frente à praça, ainda está a Igreja do Bom Jesus das Dores, já bastante descaracterizada. Sua fachada barroca foi grosseiramente modificada, apresentando atualmente um revestimento de azulejos.

Ao lado da praça, vê-se ainda o prédio do antigo Grande Hotel, inaugurado em 1938, no mesmo local onde existia um casarão que servira de residência ao Capitão José da Penha e que, posteriormente, foi o lar de infância do grande mestre potiguar Luís da Câmara Cascudo.

Travessa Venezuela

104



A Travessa Venezuela está localizada no bairro da Ribeira, entre a avenida Tavares de Lira e a travessa Argentina, em um pequeno trecho que liga a rua Dr. Barata à Chile.

Por volta de 1870, instalou-se naquele logradouro público, o comerciante Antônio Idalino de Vasconcelos. Naturalmente a travessa ficou popularizada pela denominação de Beco do Antônio Idalino. Era uma via pública de grande movimento, pois todas as pessoas que desembarcavam no Cais Pedro de Barros, atual Cais da Tavares de Lira, para alcançar a rua Correa Teles, atual Dr. Barata, atravessavam obrigatoriamente o Beco do Antônio Idalino.

Naquele beco instalou-se, por volta de 1885, a Farmácia Medeiros, do farmacêutico Victor José de Medeiros. Segundo o historiador Luís da Câmara Cascudo, Victor José de Medeiros “era um homem letrado, conversando bem e de um trato agradável... ficou sendo amigo de todos porque todos conheciam a sua ciência e recursos imediatos”. A Farmácia Medeiros tornou-se conhecidíssima, contando com grande clientela, pois além dos largos conhecimentos do farmacêutico, ele era proprietário de uma das duas únicas farmácias existentes na Natal de então. A outra, de propriedade do Comendador José Gervásio de Amorim Garcia, funcionava também na Ribeira, na Tarquínio de Souza, atual rua Chile.

A Intendência Municipal de Natal, que em 1888 reviu toda a nomenclatura urbana da Cidade, resolveu homenagear o farmacêutico, mudando o topônimo daquele logradouro para Travessa do Medeiros, através do decreto de 13 de fevereiro.

O novo topônimo foi rapidamente assimilado por todos e ninguém chamava de outra maneira. Acometido de uma grave enfermidade, Victor José de Medeiros viajou ao Recife em busca de tratamento médico, onde veio falecer em 24 de outubro de 1900.

Em 28 de junho de 1902, inaugurava-se naquela travessa a primeira fábrica de gelo de Natal.

O Conselho da Intendência Municipal de Natal, visando desenvolver uma política de boa vizinhança, resolveu rebatizar vários logradouros públicos da

Cidade com os nomes de nações sul americanas que mantinham relações amigáveis com o Brasil. Então, pela resolução nº 74, de 15 de fevereiro de 1902, a Travessa do Medeiros teve a sua denominação oficialmente substituída por Travessa Venezuela.

É óbvio que o novo topônimo demorou muito a popularizar-se, pois nada representava para os habitantes. Até 1915 aproximadamente, os velhos moradores da rua e de todo o bairro ainda a chamavam de Travessa do Medeiros, até por uma questão de justiça.

O tempo, que tem a capacidade de apagar todas as lembranças, boas ou más, não ficou indiferente com a Travessa do Medeiros, que foi aos poucos desaparecendo, junto com os seus antigos e fiéis moradores. Permaneceu o título, dado pela Intendência Municipal em 1902.

Resta-nos apelar para os que fazem atualmente a Prefeitura Municipal de Natal, especialmente os órgãos interessados na defesa do nosso Patrimônio Histórico, para que, no resgate da memória cultural da Cidade, seja novamente revista a nomenclatura urbana de Natal.

Não é necessário retroceder às antigas denominações, pois as atuais já estão sedimentadas. Ademais, corre-se o risco de ocasionar uma enorme confusão, demandando tempo para que todos se acostumem à nova nomenclatura.

A memória cultural da cidade seria resgatada, se nas placas indicativas dos nomes dos logradouros públicos fossem também colocadas todas as suas antigas denominações. Realizando esse resgate na Zona de Preservação Histórica de Natal, que compreende os primitivos bairros da Cidade Alta e da Ribeira, parte da memória cultural da cidade estaria assegurada. Dar-se-ia um enorme prazer aos antigos habitantes, ao relembrar os topônimos existentes no tempo de sua infância e juventude. Além do mais, seria prestada uma relevante homenagem a todas as pessoas, ou fatos históricos que em algum momento do passado significaram muito para a história do Rio Grande do Norte.

Rua Ferreira Chaves

A atual Rua Ferreira Chaves está localizada no bairro da Ribeira, entre as ruas 15 de novembro e Nísia Floresta, no trecho compreendido entre as ruas Frei Miguelinho e Almino Afonso.

Um antigo mapa de Natal, datado de 1864, apresenta a Ribeira, que se estendia até a atual rua Ferreira Chaves e Beco da Quarentena. Daí por diante existiam apenas sítios. A rua Ferreira Chaves surgiu sob a denominação de rua de João Guedes, topônimo que sobreviveu por pouco tempo. O decreto municipal de 13 de fevereiro de 1888 mudou-lhe o nome para Rua Formosa.

Em 1897, a Intendência Municipal realizou um censo na Cidade. Os recenseadores Francisco Palma e Carvalho Rios registraram 50 casas com 239 habitantes, na Rua Formosa.

Em 22 de março de 1899, a resolução municipal nº 35 mudou a denominação da rua para Ferreira Chaves, permanecendo ela com esta designação até os dias atuais.

A mudança do topônimo representou uma homenagem prestada ao então presidente do Estado do Rio Grande do Norte, Joaquim Ferreira Chaves, eleito para o cargo através do voto popular e direto, pela primeira vez no regime republicano.

Joaquim Ferreira Chaves era pernambucano, radicado no Rio Grande do Norte. Bacharelado em Direito, seguiu carreira na magistratura do nosso Estado. Quando ocorreu a proclamação da República, Ferreira Chaves era juiz no município de Trairi, atual Santa Cruz. Posteriormente, exerceu o cargo de juiz de casamentos em Natal.

O primeiro casamento civil realizado no Rio Grande do Norte, foi celebrado pelo juiz Joaquim Ferreira Chaves, em Natal no dia 9 de julho de 1890. Os noi-

vos eram Felipe Pereira do Lago e Maximina Sinfrosa de Castro Barroca. Serviram de testemunhas, Joaquim Xavier da Silva Júnior, então governador do Estado e João Avelino Pereira de Vasconcelos.

Ferreira Chaves também foi juiz seccional, posteriormente demitido pelo Barão de Lucena. Além de membro da Junta Governativa e Desembargador, por ocasião da instalação do Superior Tribunal, em 1892.

Na eleição governamental marcada para 14 de junho de 1895, Ferreira Chaves foi lançado candidato pelo então governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, tendo como vice Francisco de Sales Meira e Sá.

A 14 de junho daquele ano, Ferreira Chaves foi eleito, quarenta e oito horas depois, falecia Moreira Brandão, candidato da oposição. Ferreira Chaves assumiu a administração do Rio Grande do Norte em 25 de março de 1896, governando o Estado até 25 de março de 1900, quando foi substituído por Alberto Maranhão.

O Senador Francisco Gomes da Rocha Fagundes, eleito em 1900 renunciou ao mandato em 10 de julho do mesmo ano, tendo sido substituído por Ferreira Chaves, em 4 de outubro.

Em 1903, Ferreira Chaves foi eleito para renovação de um terço do Senado, tendo sido reeleito em 1906, 1909 e 1912, permanecendo assim no Senado Federal durante 15 anos.

Em 1º de janeiro de 1914, Ferreira Chaves assumiu novamente a administração do Rio Grande do Norte, após sair vencedor nas eleições ocorridas no ano anterior. Permaneceu no poder até 1920.

Joaquim Ferreira Chaves faleceu no Rio de Janeiro a 12 de março de 1937.





FERREIRA CHAVES

RIBEIRA, NATAL/RN

Renate
ago/2019



GRANDE HOTEL
AV. TAVARES DE LIMA, RIBEIRA

Renata
2019

Avenida Tavares de Lira

A Avenida Tavares de Lira constitui-se uma das principais vias de acesso da Ribeira. Ela corta o bairro no sentido Leste-Oeste, compreendendo o trecho entre o rio Potengi e a avenida Deodoro, fazendo a ligação da Ribeira com o bairro de Petrópolis.

Um mapa de Natal, datada de 1864, ainda não apresentava a avenida Tavares de Lira, que somente foi concluída em 1919, no governo de Ferreira Chaves.

O quarteirão que separa a avenida Tavares de Lira da travessa Venezuela, foi reduzido à metade, sendo cortado no sentido diagonal, visando à abertura da avenida. Nas proximidades do atual Cais Tavares de Lira existia outro quarteirão, que foi suprimido para facilitar a ligação daquele logradouro, público com o rio Potengi. O quarteirão que obstruía a Tavares de Lira ligava-se à rua Chile, em ambos os lados. À sua frente existia um largo, denominado Praça da República.

O “Hotel Internacional” foi implantado na avenida Tavares de Lira, esquina com a rua Chile. O sobrado, já suprimido da paisagem urbana da Ribeira, fora construído com partido de planta retangular, desenvolvido em dois pavimentos, apresentando ainda um sótão. Possuía cobertura de quatro águas e esquadrias do tipo guilhotina com caixilhos de vidro, assentadas em vãos de arcos batidos.

Na esquina com a rua Frei Miguelinho existiu uma casa que serviu de residência ao padre Constâncio. Posteriormente foi construído no local, o prédio onde funcionaram as oficinas do Jornal “A República”. Em seu lugar, existem atualmente três prédios. Na outra esquina com a Frei Miguelinho, existia a “Mercearia Paulista”.

No lado oposto ao prédio das oficinas do jornal, na esquina da Tavares de Lira com a Dr. Barata, havia um prédio, onde em 1911 instalou-se a Seção Bondes da Companhia Melhoramentos de Natal, a empresa

encarregada dos bondes elétricos que serviam à Cidade. Era um belo sobrado de planta retangular, com cobertura de quatro águas arrematada por platibanda, e um elegante frontão central.

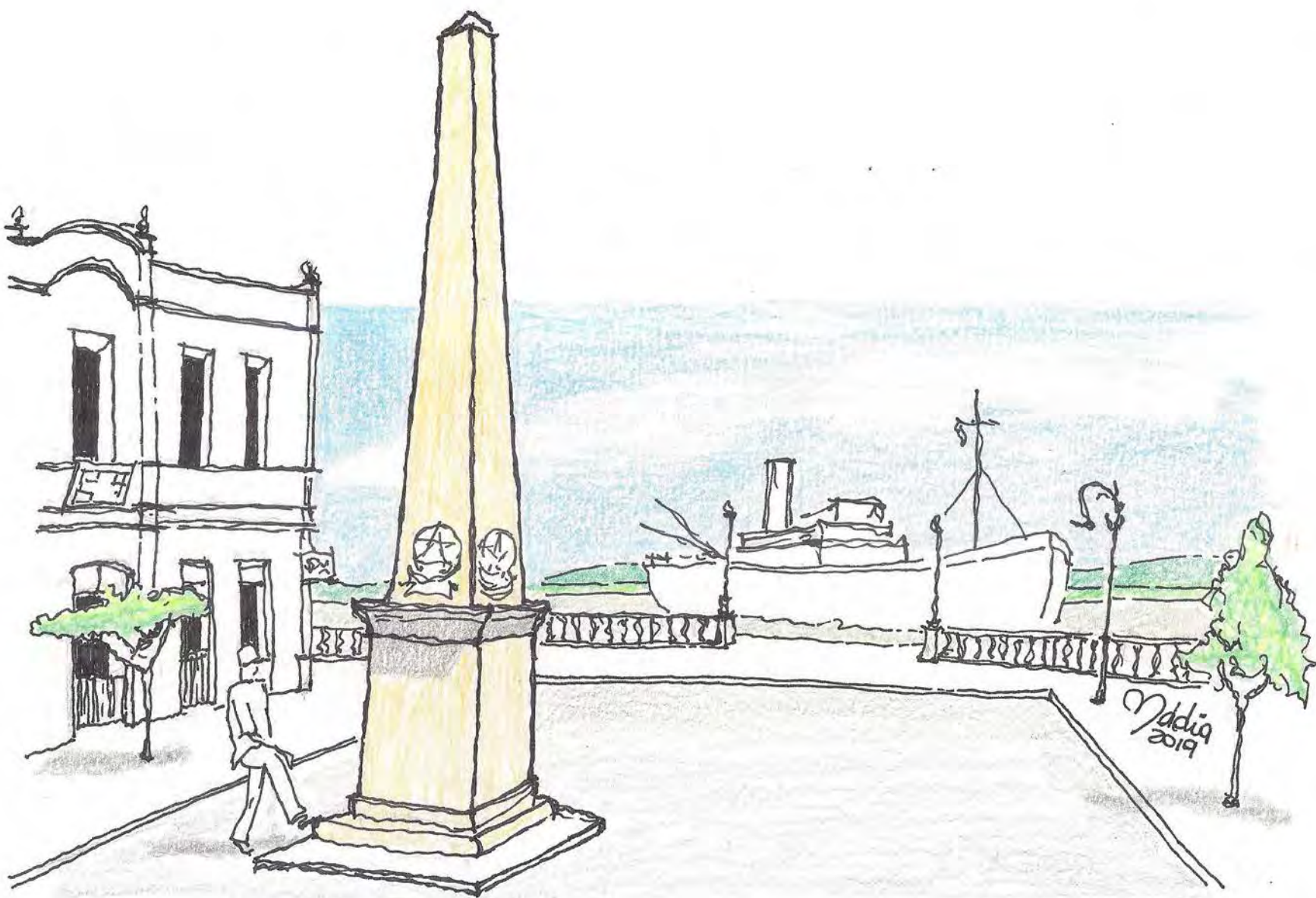
Na esquina com a atual Duque de Caxias existia o sobrado da “Casa Paulista”. No mesmo prédio, hoje totalmente descaracterizado, funcionou o escritório da Construtora A. Azevedo, e posteriormente, o BANDERN Crédito Imobiliário.

Do outro lado, na mesma avenida permanece ainda o prédio inaugurado em 1939, a primeira sede própria do Banco de Natal, posteriormente o BANDERN.

O projeto de construção do Banco foi confiado ao prefeito da Capital, o engenheiro Gentil Ferreira de Souza. À época da sua construção, constituía-se uma das mais belas e sólidas edificações de Natal. Apresentava partido de planta retangular desenvolvido em três pavimentos, com cobertura arrematada por platibanda com balaústres. A única modificação verificada naquele prédio, foi a retirada de um belo frontão curvilíneo que valorizava sobremaneira o seu pórtico de entrada. O Banco foi extinto e, posteriormente, o prédio foi reinaugurado como Central do Cidadão. Atualmente, este prédio encontra-se desocupado.

A concentração do curso na avenida Tavares de Lira, consolidou o carnaval na Ribeira. Ali eram travadas as famosas batalhas de confete, que animavam os festejos momescos e coloriam todo o logradouro.

Em 1934, o carnaval acabou logo na 2ª feira. Uma rixa entre soldados do Exército e da Força Policial, terminou em violento tiroteio, iniciado às 9:00 horas da noite, quando a animação atingia o ponto alto na avenida. Em poucos minutos, a Tavares de Lira estava deserta, com cinco mortos e vários feridos, restando apenas o colorido dos confetes e serpentinas, espalhados pelo chão.



Cais Tavares de Lira

O Cais Tavares de Lira, está localizado na Ribeira, à margem do rio Potengi, no início da avenida de mesmo nome. Sua construção foi iniciada em 1869, na gestão do presidente Pedro Barros Cavalcanti de Albuquerque. Foram gastos nas obras, 2:940\$000 (dois contos, novecentos e quarenta mil réis). Originalmente denominado de Cais 10 de Junho, teve ele o seu topônimo substituído, em seguida, para Cais Pedro de Barros, em homenagem ao governante que autorizara a sua construção.

Pedro de Barros Cavalcanti de Albuquerque, nasceu na capital Pernambucana, em 6 de maio de 1839. Em 1861 recebeu o grau de Bacharel, pela Faculdade de Direito do Recife. Foi ele Auditor de Guerra, diretor da Imprensa Oficial da Corte, jornalista, advogado e Presidente da Província do Rio Grande do Norte.

Em 9 de junho de 1869, ele transferiu a residência presidencial e a secretaria do Governo, que até então funcionavam na Rua da Conceição, na Cidade Alta, para a Rua Chile, na Ribeira. A sede do Governo permaneceu naquele prédio até 1902, quando o então governador Alberto Maranhão, transferiu-a para o Palácio Potengi, na Praça 7 de Setembro.

O Cais Pedro de Barros foi cenário de importantes acontecimentos sociais da Capital Potiguar. Era ele frequentemente enfeitado com bandeirinhas, e especialmente preparado para embarques e chegadas de pessoas ilustres, principalmente políticos.

Com o passar do tempo e o avanço dos meios de transportes, o pequeno cais foi desativado para o uso de passageiros, e transformado em um simples ponto de descarga de mercadorias. Posteriormente o cais, que se achava semiabandonado, foi reconstruído com uma rampa de desembarque, recebendo ainda um gradil de ferro, para proteção.

Em seguida, o cais recebeu uma nova denominação, passou a chamar-se Tavares de Lira, que é o mesmo topônimo da avenida que lhe dá acesso. A nova denominação, que perdura até os nossos dias, foi uma homenagem prestada a Augusto Tavares de Lira, ilustre político norte-rio-grandense.

Augusto Tavares de Lira nasceu em 1872, no então povoado de Macaíba, RN. Homem de moral inabalável, prudente, modesto e sereníssimo, foi ele professor de história, no Atheneu Norte-Rio-Grandense, deputado estadual e federal, governador do Estado, senador da República, ministro de Estado em duas gestões, professor de Direito, ministro do Tribunal de Contas e historiador eminente; tendo inclusive, o seu nome inscrito no Livro do Mérito Nacional.

Tavares de Lira publicou uma longa série de monografias, baseado em documentação segura. Em 1921, ele escreveu o livro “História do Rio Grande do Norte”, descrevendo os mais importantes fatos de nossa História, fonte confiável, utilizada com segurança por pesquisadores até os dias atuais.

Casou-se, em 21 de janeiro de 1902, com dona Sofia Maranhão, filha do então senador Pedro Velho. A cerimônia realizou-se em Natal, na capela da Fábrica de Tecidos. Os noivos foram, em seguida recepcionados na residência dos pais da noiva.

Tavares de Lira faleceu aos 86 anos de idade, no Rio de Janeiro.

O Cais Tavares de Lira sofreu uma reforma, sendo reativado como local de embarque e desembarque de passageiros, que fazem a travessia Ribeira-Redinha-Ribeira. Voltou o cais a ser utilizado, tanto pela população natalense como pelos turistas, que passaram assim a contar com mais uma opção de lazer, navegando pelas águas mansas do Potengi. Atualmente, esse transporte fluvial de passageiros no Cais Tavares de Lira não existe mais.

Esplanada Silva Jardim

A Esplanada Silva Jardim, está localizada no bairro da Ribeira, perpendicular à avenida Duque de Caxias, na fronteira com o bairro das Rocas.

A primeira data e sesmaria concedida no Rio Grande, pelo Capitão-Mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, ocorreu em 9 de janeiro de 1600, cujo beneficiário foi o Capitão-Mor do Rio Grande, João Rodrigues Colaço, o qual, no seu requerimento, alegava que “queria fazer umas casas no sítio que está escolhido para a Cidade, e dar princípio à povoação”.

A terra concedida a João Rodrigues Colaço, começava “em chãos distantes duzentas braças do Riacho da Ponte”. Segundo análise procedida pelo pesquisador Olavo de Medeiros Filho, “tal distância nos leva à atual Esplanada Silva Jardim”.

Um mapa da cidade de Natal, desenhado na 7ª década do século XIX, indica que o bairro da Ribeira terminava na atual Rua Ferreira Chaves e no Beco da Quarentena. A partir destes logradouros públicos, havia diversos sítios, cortados pelo chamado Caminho para a Fortaleza.

A Esplanada Silva Jardim foi aberta em data posterior ao ano de 1862, quando ocorreu a expansão do bairro da Ribeira. Frequentemente as marés alagavam todo o espaço ocupado pelas Rocas, chegando à atual Silva Jardim, o que obrigava os seus moradores a percorrer uma grande curva, procurando os terrenos mais elevados, quando pretendiam se locomover para outros pontos da cidade.

Durante anos, vários estaleiros de construção naval ocupavam grande extensão da Esplanada. Ali eram construídos botes de pesca, pontões e canoas. Até o início do século XX, existia o estaleiro do mestre Felipe Benício da Silva, que faleceu em 10/11/1906.

Em 27 de junho de 1905, foi inaugurado o primeiro trecho de Natal, iluminado a gás acetileno. A iluminação abrangia o trecho compreendido entre a Esplanada Silva Jardim e a Praça Augusto Severo. Somente em novembro do mesmo ano, a iluminação foi inaugurada na Cidade Alta.

Os primeiros bondes puxados a burro, começaram a circular em 7 de setembro de 1908. Pertenciam à Companhia Ferro Carril. O primeiro trecho inaugurado, iniciava-se na Esplanada Silva Jardim e os bondes percorriam a Ribeira, depois vencendo dificultosamente a ladeira correspondente à atual avenida Câmara Cascudo, até atingir a Praça Padre João Maria.

Em 10 de fevereiro de 1909, ocorreu na Esplanada o primeiro acidente provocado por bonde, em Natal. O garoto Antônio Pereira Dias, atingido pelo veículo, perdeu uma perna.

A euforia provocada pela vitória do Movimento Republicano, em 1889, influenciou a denominação daquele importante logradouro público da Zona de Preservação Histórica de Natal, que ganhou a denominação de Esplanada Silva Jardim.

Antônio da Silva Jardim nasceu no Rio de Janeiro, em 1860, filho de um modesto professor primário, com quem aprendeu as primeiras letras. Em 1874, o rapaz ingressou no Mosteiro de São Bento, ali passando a estudar Português, Francês, Geografia e Latim. Logo interessou-se pela política, redigindo então um jornal estudantil, intitulado “Labarum Litterario”. Seus ideais de liberdade já se manifestavam aos 15 anos de idade, quando escreveu, naquele jornal, um artigo condenando o Absolutismo.



Em 1877, Silva Jardim transferiu-se para São Paulo, ingressando no ano seguinte na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Participou ativamente das sociedades literárias da época. Criticava os costumes acadêmicos de então e debatia abertamente as ideias abolicionistas e republicanas.

Silva Jardim não se limitava a pregar a libertação dos escravos. Organizou fugas de escravos das fazendas, dedicando-se como advogado à defesa de causas dos escravos. Filiou-se ao Partido Republicano e visitou várias cidades, propagando os seus ideais.

Chegou a Natal em 18 de junho de 1889, a bordo do mesmo vapor em que viajava o Conde d'Eu, consorte da Princesa Isabel. Silva Jardim não se intimidou em fazer abertamente propaganda republicana. Em Natal, Silva Jardim foi saudado por Brás de Andrade Melo, no Clube Republicano Acadêmico.

Com a Proclamação da República, Silva Jardim candidatou-se ao Congresso, pelo Distrito Federal. Foi derrotado e sentiu-se alijado do processo político. Desgostoso, partiu para a Itália, em 1890. No ano seguinte, em visita ao vulcão Vesúvio, foi tragado pela cratera. No mesmo ano, foi publicado o seu Livro "Campanhas de um Propagandista".

A Intendência Municipal de Natal, homenageou o grande republicano, denominando de Silva Jardim aquele importante logradouro da cidade.

Vários prédios importantes se ergueram ao longo da Esplanada Silva Jardim. O Hotel da Bimboa, a mais conhecida hospedaria de Natal, no século XIX, ficava localizada na esquina leste da rua Frei Miguelinho com a rua Silva Jardim. Em 25 de março de 1900, inaugurava-se ali o Derby Clube Natalense, trazendo uma grande movimentação àquela rua, onde eram realizadas corridas de cavalos.

Em 1906 era inaugurado o prédio da Estação Central da Estrada de Ferro, que funcionou como estação de passageiros, escritório da Estrada de Ferro Central do Rio Grande. Ali, em 1916 foram construídas as

oficinas da estrada, anexas ao prédio e destinadas à manutenção dos trens.

Em 1968, aquele prédio foi desativado como escritório da Estrada de Ferro, passando então a abrigar algumas repartições públicas. Atualmente suas dependências acham-se ocupadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte. Trata-se de um prédio majestoso, com partido de planta retangular, desenvolvido em dois pavimentos. Possui fachada de composição perfeitamente simétrica, em relação ao acesso principal, que é feito através de um pórtico de entrada, em arcadas, encimado por uma torre central.

No mesmo logradouro foram também construídos dois importantes prédios: a Delegacia Fiscal e a Delegacia da Receita Federal. O primeiro foi edificado em meados do século XX, na esquina da Silva Jardim com Duque de Caxias. A Delegacia Fiscal foi oficialmente inaugurada às 15:00 horas do dia 10 de julho de 1955, na presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas. Trata-se de um prédio de expressivo valor arquitetônico. Apresenta fachadas principal e laterais assumindo um único bloco. Acha-se implantado no alinhamento da rua e possui planta quadrangular, desenvolvida em três pavimentos. Seu aspecto externo é harmonioso e monumental. Uma barra de mármore, com aproximadamente 1,80 metro, reveste toda sua parte inferior externa. Possui cobertura arrematada por platibanda e uma única marquise, que contorna toda a parte superior do prédio. Logo abaixo da marquise, sobre a entrada do edifício, encontra-se o brasão da República e, nas laterais, inscrições que identificam o prédio: Ministério da Fazenda.

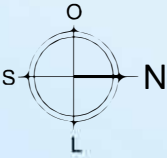
O edifício da Delegacia da Receita Federal foi construído na Silva Jardim, nº 83, em 1928, com a finalidade de abrigar a Alfândega de Natal. Sua inauguração ocorreu aos 15 de dezembro de 1928. Trata-se de uma edificação de significativo valor arquitetônico, implantada no alinhamento da rua e desenvolvi-

da em dois pavimentos. Possui fachada simétrica, emoldurada por cornijas e cunhais. Uma pequena escadaria de acesso valoriza a entrada principal do edifício, que é feita através de uma porta, ligeiramente arqueada, de grade de ferro, com as iniciais AN (Alfândega de Natal). Essa porta localiza-se na parte central do edifício e é ladeada por duas colunas, cuja função é a de apoiar a sacada do pavimento superior.

No cruzamento da Esplanada Silva Jardim com a avenida Duque de Caxias, existia uma árvore bicentenária, a Castanhola da Ribeira (*Terminalia Catappa* Linn, da família das Cobretáceas). Foi ela batizada como a “Árvore da Cidade”, uma verdadeira testemunha da história de Natal, derrubada em 2010.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PESQUISADOS

CENTRO HISTÓRICO DE NATAL
CIDADE ALTA - RIBEIRA - ROCAS



LEGENDA

- ① PRAÇA DA SANTA CRUZ DA BICA
- ② PRAÇA JOÃO TIBÚRCIO
- ③ PRAÇA ANDRÉ DE ALBUQUERQUE
- ④ PRAÇA PADRE JOÃO MARIA
- ⑤ PRAÇA DAS MÃES
- ⑥ PRAÇA AUGUSTO SEVERO
- ⑦ PRAÇA JOSÉ DA PENHA

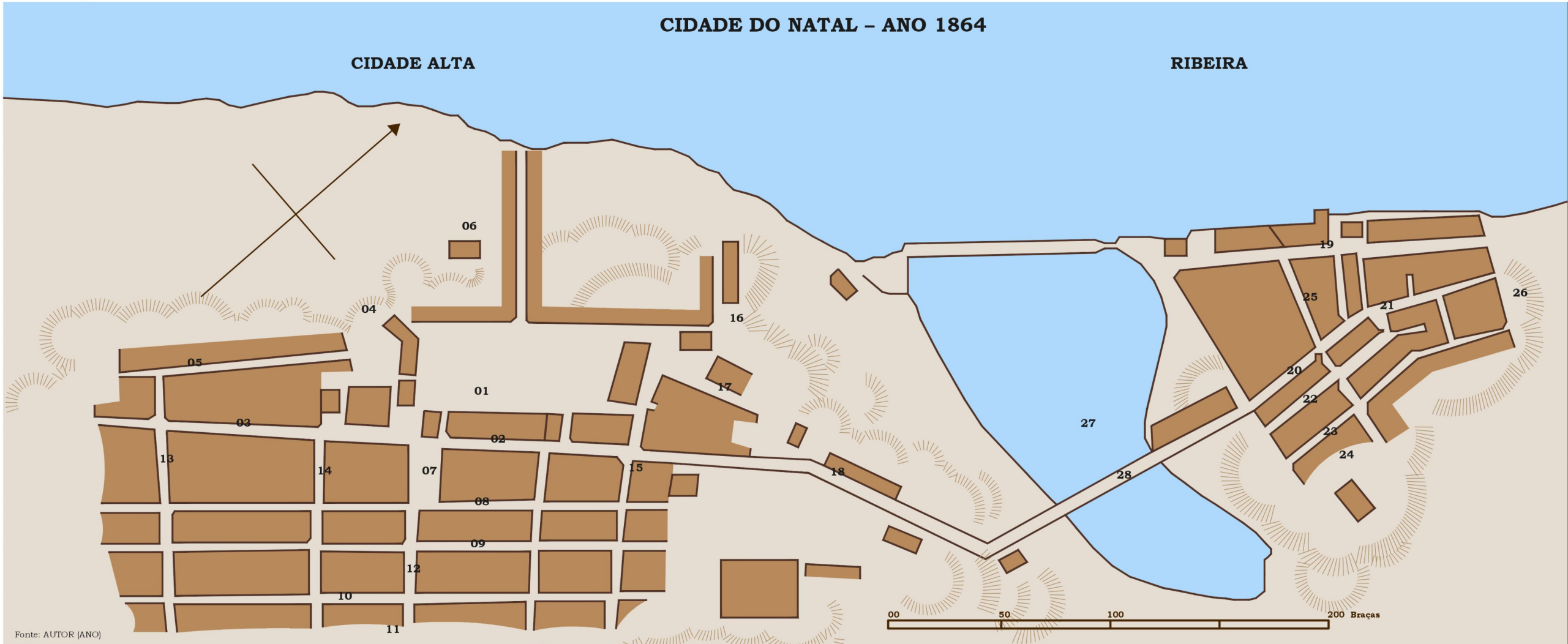
— POLIGONAL DE TOMBAMENTO

— POLIGONAL DE ENTORNO

— LIMITE DOS BAIRROS

ESCALA GRÁFICA

0 50 100 200 300m



- 17 – Caminho da Ribeira que vai pelo Rosário
Rua Padre João Manuel
- 18 – Caminho que vai para a Ribeira – 1716
Rua da Ladeira
Rua da Cruz
Ladeira da Cruz
Rua do Aterro
Rua Conselheiro João Alfredo
Avenida Junqueira Aires – 1896
- 19 – Rua da Praia – 1769
Rua da Ribeira – 1829
Rua da Alfândega – 1853
Rua do Comércio
Rua Tarquínio de Souza – 1888
Rua Chile – 1902
- 20 – Rua das Lojas
Rua Correia Teles
Rua Visconde do Uruguai – 1888
Rua Dr. Barata – 1900
- 21 – O Caminho da Fortaleza
Rua 13 de Maio – 1888
Rua Frei Miguelinho
- 22 – Rua das Virgens
Rua Senador José Bonifácio – 1888
Rua Coronel Bonifácio – 1941
Rua Câmara Cascudo
- 23 – Campina da Ribeira
Rua da Campina
Rua do Bom Jesus
Rua 25 de Dezembro – 1888
Rua Sachet – 1903
Avenida Duque de Caxias
- 24 – Praça do Bom Jesus
Praça Leão XIII – 1902
Praça José da Penha – 1930
- 25 – Beco do Antônio Idalino – 1870
Travessa do Medeiros – 1888
Travessa Venezuela – 1902
- 26 – Rua de João Guedes
Rua Formosa – 1888
Rua Ferreira Chaves – 1899
- 27 – Braço do rio Potengi, formava o Alagado da Ribeira
- 28 – Ponte construída em 1732

LOGRADOUROS

- 01 – Rua fronteira à Matriz
Rua da Cadeia – 1706
Rua Nova desta Cidade – 1731
Rua da Matriz – 1767
Praça Grande desta Cidade – 1816
Rua Grande – 1821
Praça André de Albuquerque – 1888
- 02 – O Caminho do Rio de beber água – 1678
Rua Direita que vai por detrás da Matriz – 1791
Rua da Conceição - 1808

- 03 – O Caminho do Rio de beber água – 1678
Rua Nova de Santo Antônio – 1763
Rua Coronel Bonifácio – 1888
Rua de Santo Antônio – 1941
- 04 – Praça das Laranjeiras
Praça D. Pedro II
Praça João Tibúrcio

- 05 – Rua Paralela à Rua de Santo Antônio
Rua Nova por detrás de Santo Antônio
Rua do Fogo – 1818
Rua Padre Pinto
- 06 – Rua da Salgadeira
Rua da Misericórdia – 1856
Praça Coronel Lins Caldas, Rua da Misericórdia e Rua Presidente Passos – 1953

- 07 – Praça da Matriz
Praça da Alegria
Praça Padre João Maria – 1905
- 08 – Beco Novo
Beco da Lama
Rua Voluntários da Pátria – 1888
- 09 – Rua da Palha – 1814
Rua Vigário Bartolomeu – 1888

- 10 – Rua da Luz
Rua Felipe Camarão – 1888
Rua Vaz Gondim
- 11 – Nova – 1822
Avenida Rio Branco – 1888
- 12 – Rua do Sarmento – 1845
Rua Visconde de Inhomerim – 1888
Rua Coronel Pedro Soares
Rua João Pessoa e Praça Kennedy

- 13 – Rua Professor Zuza
- 14 – Beco em frente à igreja de Santo Antônio
Travessa de Santo Antônio – 1888
Rua Dr. Heitor Carrilho
- 15 – Travessa do Correio de Natal
Rua Ulisses Caldas
- 16 – Rua do Rosário
Quintino Bocaiuva – 1888

Referências Bibliográficas

ABBEVILLE, Claude d'. História das Missões dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas. São Paulo: Edição USP; Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1975.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Império do Brasil. Rio de Janeiro: [s.e.], 1868.

ANDRADE, Júlio César de. Comerciantes e Firms da Ribeira (1924-1989) Reminiscências. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

BEZERRA, Severino. Levitas do Senhor. Natal: Fundação José Augusto, 1985. V.1.

CASCUDO, Luís da Câmara. História da Cidade do Natal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Achiamé, Natal: Fundação José Augusto, 1984.

_____. História da República no Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Edições Do Vai Ltda, 1965.

GALVÃO, Hélio. História da Fortaleza da Barra do Rio Grande. Rio de Janeiro: MEC - Conselho Federal de Cultura, 1979.

LIRA, Tavares. História do Rio Grande do Norte. Natal: 2ª Ed., Fundação José Augusto; Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, 1982.

LOPES, Ivaldo. Natal do Meu Tempo. Natal: CERN, 1985

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Terra Natalense. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

MIRANDA, João Maurício de. 380 Anos de História Foto-Gráfica da Cidade de Natal (1599-1979). Natal: Editora Universitária, 1981.

PINTO, Lauro. Natal que eu vi. Natal: Imprensa Universitária, 1971.

PINTO, Lenine. Natal, RN. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1975.

SOARES, Antônio. Notas de História. Natal: Fundação José Augusto, 1985.

_____. Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1988, v.1. (Coleção Mossoroense).

SOARES, Boanerges. Padre João Maria. Natal: 1956.

TINOCO, Lair. Tempo de Saudade. Natal: Fundação José Augusto, 1992.

Relações Anônimas

DOCUMENTOS Avulsos do Paço da Câmara Municipal do -Natal, acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, caixa nº 218.

LIVRO 8º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1728-1743), acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do RN

LIVRO de Vereações do Senado da Câmara do Natal (1674-1698), acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, caixa nº 117.

LIVRO de Vereações do Senado da Câmara do Natal (1721-1735), acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, caixa nº 116.

121

Publicações Periódicas

CASCUDO, Luís da Câmara. Sinfrônio Barreto. A República, Natal, 15-11-1939 (Acta Diurna).

_____. Juvino Barreto. A República, Natal 30-01-1940 (Acta Diurna).

_____. Rua da Cruz, Junqueira Aires. A República, Natal, 15-11-1939 (Acta Diurna).

_____. João Tibúrcio. A República, Natal, 08-08-1940 (Acta Diurna).

_____. O Presidente Passos. A República, Natal, 15-02-1942 (Acta Diurna).

_____. Capitão José da Penha Valoroso Potiguar. A República, Natal, 22-02-1942 (Acta Diurna).

_____. Junqueira Aires. A República, Natal, 05-04-1942 (Acta Diurna).

_____. A Profecia de Frei Vital. A República, Natal, 13-01-1943 (Acta Diurna).

_____. Doutor Barata. A República, Natal, 30-01-1943 (Acta Diurna).

_____. Vaz Gondin. A República, Natal, 13-03-1943 (Acta Diurna).

_____. O Nosso Primeiro Professor de Direito. A República, Natal, 13-9-1943 (Acta Diurna).

_____. Respondendo. A República, Natal, 20-09-1945 (Acta Diurna).

_____. Rua do Sebo, Rua do Fogo, Rua da Lama. A República, Natal, 14-08-1956 (Acta Diurna).

_____. Padre Miguelinho e não Frei Miguelinho. A República, Natal, 18-08-1956 (Acta Diurna).

_____. Paula Barros e sua Rua. A República, Natal, 01-09-1956 (Acta Diurna).

_____. Vou Lembrar Pedro Soares de Araújo. A República, Natal, 2011-1956 (Acta Diurna).

_____. Tavares de Lira. A República, Natal, 23-12-1958 (Acta Diurna).

_____. Leão XIII e Zaborda. A República, Natal, 24-02-1959 (Acta Diurna).

_____. Travessado Medeiros. A República, Natal, 26-03-1959 (Acta Diurna).

_____. Viagem na Cidade do Natal. A República, Natal, 17-04-1959 (Acta Diurna).

_____. Correia Teles e sua Rua. A República, Natal, 10-09-1959 (Acta Diurna).

LIMA, Nestor. Preciosa Relíquia Colonial. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vols. XXIII-XXIV, Natal, 1926-1927.

LIRA, A. Tavares. Luís Francisco Junqueira Aires, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. L, Natal, 1953.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. As Casas da Câmara e Cadeia da Cidade do Natal, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. LXXVIII, Natal, 1985-1986.

_____. Os dois Camarões da Nossa História, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, vol. 105, Fortaleza, 1991.

_____. Uma Árvore Bicentenária: a Tradicional Castanhola da Ribeira. Tribuna do Norte, Natal, 22-12-1993.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. Corredor Cultural de Natal. Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro sobre Patrimônio Histórico e Cidadania, promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, 1991.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. 51, Natal, 1954.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL Lei 6º 3,942 de 09-07-1990. Natal, (Zona Especial de Preservação Histórica de Na-tal).

Jornais:

A REPÚBLICA. Natal, 05-03-1896, 11-03-1896, 14-05-1896, 10-04-01, 12-04-1901, 22-11-1901, 02-12-1901, 10-12-1901, 26-12-1901, 22-01-1902, 12-05-1902, 14-05-1902, 22-05-1902, 01-07-1902, 12-05-1905, 14-05-1905, 22-05-1905, 01-07-1905, 28-10-1905, 06-12-1905, 15-06-1907, 19-05-1922, 01-07-1929, 04-10-1934, 08-12-1938, 15-02-1942, 08-03-1942, 19-04-1942, 17-05-1942, 05-06-1948, 21-08-1948, 14-08-1956, 16-04-1959, 10-05-1960.(acervo do IHG-RN).

CORREIO do Natal. Natal, 10-08-1888. (acervo IHG-RN).

Ilustrações

Detalhe da Prefeitura Municipal de Natal: Lenilson Jonas Júnior
Detalhe do Solar Bela Vista: Lenilson Jonas Júnior
Detalhes de Ruas de Natal (Relógio): Petterson Michel Dantas
Ateliê Flávio Freitas: Luiz Miguel Ribeiro Nasser Silva
Casa no Centro Histórico de Natal: Luiz Miguel Ribeiro Nasser Silva
Ladrinho da Rua Dr. Barata: Eunádia Silva Cavalcante
Cruz da Igreja de Nossa Senhora do Rosário: Petterson Michel Dantas
Detalhe do Piso do Sebo Balalaika: Eunádia Silva Cavalcante
Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos: José Clewton do Nascimento
Praça André de Albuquerque: Renata Freire Costa
Rua da Conceição: Ricardo Souza Marques
Rua de Santo Antônio: Ricardo Souza Marques
Praça da Santa Cruz da Bica: Eunádia Silva Cavalcante
Praça João Tibúrcio: Mônica Rosário Alves
Rua Padre Pinto: Lenilson Jonas Júnior
Rua Passo da Pátria: Mônica Rosário Alves
Rua Presidente Passos: Arianne Constantino
Antiga Rua da Salgadeira: Mônica Rosário Alves
Praça Padre João Maria: Petterson Michel Dantas
Rua Paula Barros e Travessa Paula Barros: José Clewton do Nascimento
Rua Voluntários da Pátria: Lenilson Jonas Júnior
Rua Vigário Bartolomeu: Lenilson Jonas Júnior
Rua Vaz Gondim: José Clewton do Nascimento
Avenida Rio Branco: José Clewton do Nascimento
Rua João Pessoa: André Felipe Moura Alves
Rua General Osório: Luiz Miguel Ribeiro Nasser Silva
Rua Professor Zuza: José Clewton do Nascimento
Rua Dr. Heitor Carrilho: Luiz Miguel Ribeiro Nasser Silva
Rua e Travessa Ulisses Caldas: Luiz Miguel Ribeiro Nasser Silva
Rua Quintino Bocaiuva: André Felipe Moura Alves
Rua Padre João Manuel: Arianne Constantino
Praça das Mães: José Clewton do Nascimento
Rua São Tomé: Luiz Miguel Ribeiro Nasser Silva
Rua Juvino Barreto: Eunádia Silva Cavalcante
Av. Câmara Cascudo e Largo Junqueira Aires (Antiga Avenida Junqueira Aires): Renata Freire Costa
Av. Câmara Cascudo: José Clewton do Nascimento
Praça Augusto Severo: Arianne Constantino
Largo Dom Bosco: Petterson Michel Dantas
Rua Chile 1: André Felipe Moura Alves
Rua Chile 2: José Clewton do Nascimento
Rua Dr. Barata 1: José Clewton do Nascimento
Rua Dr. Barata 2: Petterson Michel Dantas
Rua Frei Miguelinho: José Clewton do Nascimento
Rua Câmara Cascudo: Renata Freire Costa
Avenida Duque de Caxias: Mônica Rosário Alves
Praça Capitão José da Penha: José Clewton do Nascimento
Travessa Venezuela: José Clewton do Nascimento
Rua Ferreira Chaves: Renata Freire Costa
Avenida Tavares de Lira: Renata Freire Costa
Cais Tavares de Lira: Eunádia Silva Cavalcante
Esplanada Silva Jardim: Vinícius Bezerra de Moraes Galindo
Mapa de Localização dos Logradouros: Maria Helena Apolinário Soares
Mapa de Natal – 1864: Maria Helena Apolinário Soares

Este livro foi impresso em offset pela Cromos Gráfica e Editora, em papel couché Marte 150g/m². A família tipográfica é a Vista Sans OT. Esta edição tem 2.000 exemplares.



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

GOVERNO
FEDERAL

